

ANDERSON LUIS SCHUCK

“Nossa fome não é por comida, é por direitos e políticas públicas...”

**Cartografias de processos de resistência com o Movimento da
População em situação de Rua em Santa Catarina**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, como requisito para obtenção do título de mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Marivete Gesser

Co-Orientador: Prof. Dr. Adriano Beiras

Florianópolis – SC

2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Schuck, Anderson L.

"Nossa fome não é por comida, é por direitos e políticas públicas..." : Cartografias de processos de resistência com o Movimento da População em situação de Rua / Anderson L. Schuck ; orientador, Marivete Gesser, coorientador, Adriano Beiras , 2017.

171 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. população em situação de rua. 3. resistências. 4. direitos humanos. I. Gesser, Marivete. II. Beiras , Adriano. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. IV. Título.

ANDERSON LUIS SCHUCK

“Nossa fome não é por comida, é por direitos e políticas públicas...”

Cartografias de processos de resistência com o Movimento da População em
situação de Rua em Santa Catarina

Dissertação apresentada à Universidade Federal de
Santa Catarina – UFSC, como requisito para
obtenção do título de mestre em Psicologia.

Dra. Marivete Gesser
Professor Orientador – PPGP/UFSC

Dr. Adriano Beiras
Professor Co-Orientador – PPGP/UFSC

Dra. Myriam Aldana Vargas - Unochapecó
Membro da Banca Examinadora

Dra. Mériti de Souza – PPGP/UFSC
Membro da Banca Examinadora

Dr. Rodrigo Otávio Moretti
Membro da Banca Examinadora – PPGSC/UFSC

Dra. Kátia Maheirie
Membro Suplente – PPGP/UFSC

Florianópolis (SC), 03 de maio de 2017.

Dedico este trabalho a todos aqueles que lutam, inspiram com sua militância e não desistem das batalhas pela transformação social. Para os muitos que estão na rua reivindicando direitos e reconhecimento social, buscando condições para uma vida vivível.

AGRADECIMENTOS

“(…) Ele sempre foi, um cara desses, que estuda demais, demais. Procurando encontrar a solução pra tudo, com muita paz (…)” (Pinhal, Cidadão Quem)

Agradeço imensamente à minha família, mãe, pai e irmãos, por sempre poder contar com um refúgio e cuidado para enfrentar tantas mudanças e desafios.

“(…) Roda mundo, roda-gigante. Rodamoinho, roda pião. O tempo rodou num instante. Nas voltas do meu coração (…)” (Roda Viva, Chico Buarque)

Aos professores-mestres que me inspiram no processo de aprendizagem e na constituição de possibilidades de resistência. À Marivete pela parceria e acolhida inestimável. Adriano por suas importantes contribuições ao processo de pesquisa. Mériti, Rodrigo e Kátia pelo aceite em participar da banca e pelos olhares sempre cuidadosos. À Myriam por estar junto em mais uma conquista.

“(…) Que me empreste a alegria... que me faça juntar, todo resto do dia... meu café, meu jantar. Meu mundo inteiro, que é tão fácil de enxergar... E chegar (…)” (Realejo, O Teatro Mágico).

Aos companheiros de uma vida, que ainda persistem, sempre dispostos a partilhar novas histórias: Rodrigo, Raquel, Débora, Edaiane, Vanessa, Miriam, Adriano, Micheli, Vinicius, Josiane e Francieli. E também a tantos outros amigos e colegas que me fazem recordar com saudades do velho oeste.

“(…) Remonta, Ai, ai, ai, ai, ai. Que eu não quero mais saber de dissabor (…)” (Remonta, Liniker e os Caramelows)

Aos novos e potentes amigos que se apresentaram nas andanças pela psicologia e por Florianópolis, em especial: Juliana, Marcos, Ematuir, Rudinei e Iramaia.

“(…) Dias sim, dias não. Eu vou sobrevivendo sem um arranhão. Da caridade de quem me detesta. A tua piscina tá cheia de ratos. Tuas ideias não correspondem aos fatos. O tempo não para (…)” (O tempo não para, Cazuza)

Aos membros e apoiadores do Movimento Nacional da População de Rua – MNPR/SC, que lutam por um futuro a todxs que (r)existem nas ruas.

SCHUCK, Anderson. “Nossa fome não é por comida, é por direitos e políticas públicas...” Cartografias de processos de resistência com o Movimento da População em situação de Rua de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Programa de Pós Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/ SC, 2017.

RESUMO: Nesta proposta de dissertação nos lançamos às experiências com as pessoas em situação de rua, integrantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua MNPR no estado de Santa Catarina. Ao acompanhar processos de participação social e luta do Movimento fomos constituindo problematizações sobre a humanização/desumanização destes sujeitos e os enquadramentos que justificam as violências e o seu extermínio, e nos engajando na defesa da promoção de modos de resistências que contribuam com o reconhecimento destas vidas e a garantia de direitos. Com base nas inspirações da cartografia, a caminhada com essa população envolveu a possibilidade de pesquisar acontecimentos, perspectivar as singularidades e, conhecer e deixar o corpo ser afetado por essas outras relações com a cidade, tempos, ritmos, linhas, texturas e posições no mundo. Estivemos com o MNPR/SC no período entre setembro de 2015 e março de 2017, acompanhando e promovendo diálogos, contextos para análises críticas e mobilizações frente as pautas e demandas que se apresentavam em suas vidas e itinerários pelas políticas públicas. As sínteses provisórias desse processo resultaram em uma escrita política que abordou: as intensidades possíveis entre a produção científica sobre esta população no Brasil e as experiências com o MNPR/SC; as interrogações sobre gênero e seus efeitos para a apreensão da vida dos sujeitos em situação de rua; as problematizações sobre as condições precárias das vidas nas ruas e a nossa capacidade de se vincular eticamente com esse outro, e; os argumentos para uma denúncia social das violências arbitrárias e processos de ocultamento que reforçam a desumanização e criminalização das vidas que (r)existem na rua. Frente a esse cenário, propomos uma análise crítica dos enquadramentos que não garantem as vidas das pessoas que estão em situação de rua, compreendendo que somente com o reconhecimento e respeito a sua alteridade é que podemos promover direitos humanos e condições de possibilidades para a transformação social.

Palavras-chave: população em situação de rua; resistências; direitos humanos.

SCHUCK, Anderson. "Our hunger is not about food, it is about rights and public policies ..." Cartographies of resistance processes with the Movimento da População em Situação de Rua of Santa Catarina. Master's Dissertation in Psychology. Post-graduate Program in Psychology. Federal University of Santa Catarina. Florianópolis/SC, 2017.

ABSTRACT: In this dissertation proposal, we launched to the experiences with homeless people, members of the Movimento Nacional da População em Situação de Rua MNPR, in the state of Santa Catarina. By accompanying the Movement's social participation and struggle processes, we have problematized the humanization / dehumanization of these subjects and the frameworks that justify the violence and their extermination, and we have engaged in the defense of resistance promotion forms that contribute to the recognition of these lives and the guarantee of rights. Based on cartography inspirations, this walk with this population involved the possibility of researching events, prospect singularities and, know and let the body be affected by these other relations with the city, times, rhythms, lines, textures and positions in the world . We were with the MNPR / SC in the period between September 2015 and March 2017, accompanying and promoting dialogues, contexts for critical analysis and mobilizations against the patterns and demands that appeared in their lives and itineraries through public policies. The provisional syntheses of this process resulted in a political writing that addressed: the possible intensities between the scientific production on this population in Brazil and the experiences with the MNPR / SC; The gender questioning and its effects to the life apprehension of the homeless subjects; The problematizations about the precarious conditions of the lives on the streets and our ability to tie ethically with that other ones, and; The arguments for a social denunciation of arbitrary violence and processes of concealment that reinforce the dehumanization and criminalization of the lives that exist/resist on the street. Through this background, we propose a critical analysis of the frameworks that do not guarantee the lives of homeless people , understanding that only with the recognition and respect of their otherness we can promote human rights and possibilities for social transformation.

Keywords: Homeless; Resistances; human rights.

LISTA DE IMAGENS

| | |
|--|----|
| Imagem 1: Campanha “Não dê esmolas, dê oportunidades”..... | 82 |
| Imagem 2: Postagem do SAJU - UFSC em 18.07.2016 e, comentário com resposta da Assessoria de Comunicação da COMCAP, em 19.07.2016..... | 89 |
| Imagem 3: Guarda Municipal recolhe colchões, papelões, cobertores e roupas de pessoas em situação que rua em ocupavam um dos equipamentos públicos em protesto ao fechamento do Centro POP (foto retirada por integrantes do MNPR/SC)..... | 91 |
| Imagem 4: Cartaz confeccionado na mobilização para reabertura do Centro POP de São José em 11.10.2016..... | 93 |

LISTA ABREVIATURAS E SIGLAS

BVS-Psi – Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CAPS Ad – Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas

CAPS Ad III – Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas, 24 horas.

CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas

CIAMPRua – Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua

CNAR – Consultório na Rua

COMCAP – Companhia de Melhoramentos da Capital

CONSEG – Conselho Comunitário de Segurança

CT – Comunidades Terapêuticas

ESF – Estratégia de Saúde da Família

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

GAPA – Grupo de Apoio a Prevenção da AIDS

HIV/AIDS – Vírus da Imunodeficiência Humana

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome

MNPR – Movimento Nacional da População em Situação de Rua

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, Projeto OAB Cidadã
PePSIC – Periódico Eletrônico de Psicologia
RAPS – Rede de Atenção Psicossocial
RSU – Resíduo Sólidos Urbanos
SAJU - Serviço de Assessoria Jurídica Universitária Popular
SCIELO – Scientific Electronic Library Online
SEMPESI – Serviço Modelo de Psicologia
SPC – Serviço de Proteção do Crédito
SUS – Sistema Único de Saúde
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO..... | 17 |
| Uma primeira aproximação..... | 19 |
| Um movimento para resistir..... | 22 |
| Uma primeira proposta de projeto de pesquisa..... | 28 |
| Uma pausa para pensar a constituição dos sujeitos..... | 32 |
| Um caminho para pesquisar acontecimentos..... | 39 |
| Uma dissertação..... | 42 |
| | |
| CAPÍTULO I – POSSIBILIDADES DE (R) EXISTÊNCIA A PARTIR DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA | 45 |
| 1.1 Desenhando uma proposta cartográfica | 47 |
| 1.2 Possibilidades de vida nas ruas da cidade | 50 |
| 1.3 Rostos escondidos nos espaços urbanos..... | 53 |
| 1.4 A quem cabe reivindicar as vidas que estão na rua?..... | 59 |
| 1.5 E as pessoas em situação de rua não trabalham?..... | 63 |
| 1.6 Participação enquanto movimento de (r) existência..... | 65 |
| | |
| CAPÍTULO II – PARTE I: DIÁLOGOS ENTRE GÊNERO E AS EXPERIÊNCIAS COM AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA..... | 67 |
| 2.1 Histórias sobre gênero contadas na rua..... | 71 |
| 2.2 Instabilidades de conceitos, lugares e privilégios | 77 |
| 2.3 Vidas que (r) existem às margens da norma | 82 |
| 2.4 Entre experiências, aprendizados e potência de luta..... | 84 |

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO II – PARTE II: POR UM DIREITO À VIDA PARA QUEM (R)EXISTE NA RUA..... | 87 |
| 2.5 Reconhecemos as vidas daqueles que existem nas ruas?.... | 89 |
| 2.6 Apagamos os rostos e nomes de quem morre na rua?..... | 93 |
| 2.7 Estar na rua pode se constituir como prática de liberdade? 99 | |
| 2.8 E quando as pessoas em situação de rua olham de volta?.. | 104 |
| | |
| CAPÍTULO III – MENOS REPRESSÃO E VIOLÊNCIA, MAIS LIBERDADE E DIREITOS..... | 107 |
| 3.1 Por que vocês não buscam por atendimento nas políticas públicas?..... | 110 |
| 3.2 Que cidadão é preciso proteger e respeitar?..... | 116 |
| 3.3 Como se organizar diante de tanta violência?..... | 121 |
| 3.4 Mais algumas coisas que aprendemos com as pessoas em situação de rua..... | 124 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 127 |
| REFERÊNCIAS..... | 133 |
| ANEXOS..... | 151 |
| Anexo 1: Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009..... | 151 |
| Anexo 2: Poema Sheila..... | 161 |
| Anexo 3: Capa Edição 62 Jornal Boca de Rua..... | 163 |
| Anexo 4: Ofício para Prefeitura Municipal de Florianópolis... | 165 |
| Anexo 5: Regimento Centro POP Florianópolis..... | 167 |
| | |
| APÊNDICES..... | 169 |
| Apêndice 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.... | 169 |

INTRODUÇÃO

“Escrever nada tem a ver com significar, mas com agrimensar, cartografar, mesmo que sejam regiões ainda por vir” (Gilles Deleuze e Felix Guatarri, 1995).

Nos movimentamos por muitos caminhos, possibilidades e desejos para apresentarmos estes diálogos envolvendo as experiências com a população em situação de rua. Primeiramente, cabe registrar que optamos por uma escrita no plural, como forma de anunciar a construção coletiva que se estabeleceu nos relatos, reflexões e análises em nosso processo de pesquisa e de escrita. Uma caminhada conjunta que ainda possibilita desconstruções, suspensão de verdades, impactos na forma de ver, ouvir e sentir, e de nos posicionarmos diante do outro e de suas (nossas) vidas.

Com a entrada no mestrado, nossa proposta inicial almejava pensar sobre as masculinidades com pessoas em uso ou abuso de drogas. Tal tema refletia o contexto de trabalho desenvolvido em um serviço de saúde mental na cidade de Pinhalzinho/SC, e também se relacionava com a graduação em psicologia e a aproximação com as discussões de gênero, através do Grupo Fogueira Unochapecó¹. Enquanto grupo de estudos e pesquisa, desenvolvíamos muitas ações sobre aborto, direitos sexuais e direitos reprodutivos e com os movimentos de mulheres na região, constituindo-se dessa forma, um campo potente para interrogar sobre teorias e cenários sociais.

1 O Grupo de Estudos e Pesquisas de Gênero – Fogueira inicialmente foi constituído por Universidades da região oeste catarinense e envolvia vários pesquisadores, em diferentes áreas do conhecimento. Atualmente é um núcleo da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ que desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão envolvendo as questões de gênero.

Movidos pelo desejo de aprofundar as discussões sobre gênero e de construir outras possibilidades de formação acadêmica, desafiamos-nos a uma mudança brusca de perspectivas e objetivos de vida, adentrando ao Mestrado, mudando de cidade e desbravando novas relações e paisagens urbanas. Já não eram as ruas, caminhos, pessoas que estávamos familiarizados, ou os problemas e seus jeitos cômodos de resolvê-los. Um momento de ruptura com os modos de conforto, como destacam Luis A. Costa, Danichi H. Mizoguchi e Tania Mara Galli Fonseca (2004) ao se referirem a produção de ilhas em nossa sociedade, no qual se aplicam resistências mínimas ao corpo, evitando deslocamentos e intensificando a comunicação instantânea. Conforto este que opera estratégias de sedentarização, consumo e privatização, conduzindo-nos a identificação com o que se faz familiar, e a confrontar o que é estranho, de fora da aparente visibilidade, impedindo com que os corpos possam se encontrar.

Nesse momento de rupturas e contato com outros modos de habitar uma nova cidade, ao sair de um pequeno município do oeste do estado de Santa Catarina e vir para a Capital, deparamo-nos com uma realidade mais dinâmica, de fluxo intenso de construções, carros e pessoas, de muitas cores, ritmos e problemáticas. Dentre eles, ganha muita intensidade o encontro com um grande contingente de pessoas em situação de rua. Até então, no interior, este contexto era quase inexistente, eventual, e quando se tornava visível, geralmente eram objetos de “controle”. Quando acontecia tal situação, as pessoas eram mandadas para outros municípios e forçadamente retiradas da rua, sendo enviadas para abrigos, obrigadas a retornarem para suas famílias ou internadas em hospitais quando havia suspeita de envolvimento com drogas.

Esses encontros proporcionaram um impacto significativo em nossa relação com a cidade, colocando em questão os processos e as vontades por constituir ilhas de conforto, convocando-nos a pensar mais sobre essas vidas. Sobre quem são esses sujeitos carregando seus carrinhos cheios de materiais, abrindo as latas de lixo por comida, pedindo dinheiro quando saíamos com o carro, dormindo em bancos e encostas das lojas.... Enfim, novas experiências que ultrapassam uma afecção e resposta individual, despertando o interesse para o diálogo e pela construção de conhecimentos.

Uma primeira aproximação...

Pensando em possíveis conversas com a realidade vivenciada pelas pessoas em situação de rua, encontramos nas considerações de Costa, Mizoguchi e Fonseca (2004) questões importantes para abordar conceitual e politicamente estas existências. Para os autores, estas pessoas precisam afirmar sua diferença aos olhos de todos, como um movimento simples de transgressão do espaço urbano, visto que:

(...) o louco e o andarilho que estão na via pública, espaço-passageiro, transformando-a em moradia aberta aos olhos de todos, subvertem o sentido, incomodando o transeunte, que é obrigado a encontrá-los ou desviar o seu rumo. Louco e andarilho que se expressam à revelia do educado pacto de silêncio entre estranhos, logo colocando em público toda a sua intimidade que fere os corpos pouco acostumados com outros corpos. (pg. 189).

E quem são esses loucos e andarilhos? Que experiências e quais caminhos são possíveis nas ruas da cidade? De que formas os marcadores de classe, gênero, raça, orientação sexual... os constituem? Como se tornam “visíveis” e “objetos” de políticas públicas? Perguntas que nos levaram a querer saber mais, que nos movimentaram a uma aproximação e que implicaram em uma disposição para nos relacionarmos com esse “outro”. Outro que chama nossa atenção para a cidade e suas demandas, que abre “(...) uma lona a céu aberto, permeada por um público fugaz, sempre a passar, mas que, quando para por um instante, encontra algo, talvez alguém” (COSTA, MIZOGUCHI e FONSECA, 2004, p.189).

Ao iniciarmos uma análise histórica da situação de rua, encontramos diferentes significações e designações que acompanham os processos de constituições das cidades e como foram sendo desenvolvidas as maneiras de lidar com as desigualdades sociais, a pobreza e a divisão social do trabalho. Como aponta o trabalho de Marie G. Stofells (1977), na Grécia e na Roma Antiga tem-se a imagem do homem miserável (o filósofo), do lugar de ausência e perda, desolado pelas guerras, que passa na Idade Média, a ser alvo da caridade da Igreja Católica e posteriormente da intervenção estatal, como forma de criminalização da vagabundagem. É com o processo de industrialização, precarização do trabalho e migração, que a mendicância e o morar na rua se configuram claramente como condição para sobrevivência nas cidades. Hoje, apesar da manutenção de um cenário de invisibilidade e exclusão, no contexto brasileiro, a população de rua também passa a ser alvo de olhares e intervenção do Estado e a constituir espaços organizados de resistência.

Nessa conjuntura histórica e social, muitos são os caminhos para abordar o habitar a rua e a relação com a cidade. De um lado, são fortemente propagados olhares individualizantes, culpabilizantes e salvacionistas sobre esta população. Olhares que colocam no indivíduo a única responsabilidade por sua condição de moradia e subsistência, que condenam certas pessoas por seus modos de vida, e que colocam como obrigação do Estado e das políticas públicas a sua retirada (mesmo que forçada) dos espaços urbanos. Por outro, temos a constituição de movimentos de resistência que se apresentam como tentativa de problematizar o processo de ocultamento e empobrecimento, chamando nossa atenção para as relações que mantemos com essas pessoas e com a cidade, as potencialidades e mobilizações coletivas.

Trabalhos como os de Danichi H. Mizoguchi, Luis A. Costa e Manoel L. Madeira (2007) e, de Edson L. A. de Sousa e Janaina Bechler (2008), que tomam como ponto de análise o *Jornal Boca de Rua*, elaborado trimestralmente por moradores de rua da cidade de Porto Alegre/RS fornecem elementos para essa análise crítica destes modos de resistência. Sousa e Bechler (2008) referem que a experiência com o *Jornal* permite dar voz ao esquecimento em que essas pessoas se encontram, mostrando inclusive outra cidade pela lente de seu sofrimento e precariedade. Faz descobrir outros caminhos na cidade, uma vez que

esses “(...) habitantes das ruas mostram muitas passagens não planejadas e subvertem os traços ao redesenhar os mapas oficiais (...) trazem o labirinto de volta para as grandes avenidas”. Os autores resgatam Walter Benjamin para refletir sobre a cidade e seus labirintos, de como esta passou a ser o único campo válido para a experiência moderna. Cidade esta que se estabelece como um corpo drogado, vivendo em paradoxos e diferentes tempos, uma vez que:

A acumulação de corpos circulando nas ruas da cidade é ao mesmo tempo a presença do corpo e a necessidade de sua desapareição. A cidade só é possível, do modo como a vivemos hoje, se o corpo e seus dejetos somem dos olhos. (SOUSA e BECHLER, 2008, p. 396).

Mas essa cidade que é carne, corpo de quem a habita, também é espaço e resistência, do andarilho, da prostituta, do mendigo que choca o homem comum, entediado. Território dos sem-lugar que buscam itinerários e criam labirintos por temer o fim. Moradores que carregam consigo seus pertences, como os antigos povos nômades, que fazem da rua o lugar do encontro e acontecimento possível, de formas inéditas de trabalho e luta (SOUSA e BECHLER, 2008). Já para Mizoguchi, Costa e Madeira (2007), o Jornal Boca de Rua remonta a uma posição subversiva ao capitalismo contemporâneo, de reinvenção dos vãos da cidade, de alternativa ao poder midiático e resistência ao consumo, em que o morador de rua passa de pedinte a prestador de serviços, e com isso torna-se:

(...) aquele que para e habita tempos e espaços desvalidos no epicentro do turbilhão urbano. É, pois, um homem que – quer por obrigação, quer por opção – se contrapõe à lógica que a cidade capitalística – ávida pela velocidade dos homens produtivos, atemorizada pela violência e exposta à espetacularização fetichista – impõem aos seus espaços públicos (MIZOGUCHI, COSTA e MADEIRA, 2007, p. 40).

Tendo como base as proposições desses autores acima citados, dos paradoxos que envolvem as experiências as cidades, apostamos, nessa pesquisa, no viés da resistência para abordar a relação com quem está na rua. Não o fazemos como forma de glorificar essa situação, mas de investir na ideia de corpos com potência para resistir e existir frente aos investimentos do capitalismo e produtivismo, aos processos de exclusão e esquecimento, e de sujeição e violência.

Um movimento para resistir...

Seguindo a intenção de acompanhar processos de resistência, o nosso interesse se voltou para as ações e lutas promovidas pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR). Movimento constituído a partir dos anos 2000, sendo resultante de uma crescente indignação com a violência e negação de direitos a esta população, uma resposta aos episódios do “Massacre da Sé” em 2004 na cidade de São Paulo/SP – das quais 16 pessoas em situação de rua foram agredidas e 7 foram mortas – e, de ações como o Festival do Lixo, realizadas em Belo Horizonte/MG. Dentre as suas bandeiras de luta que

se estabeleceram a partir deste Movimento Social, ressalta-se: o resgate da cidadania por meio do trabalho digno, salários suficientes para o sustento, moradia digna, atendimento à saúde e direito a vida.

Destacamos que a participação social e os tensionamentos promovidos pelo MNPR são fatores decisivos para o avanço das políticas da população de Rua, tem como exemplo a:

- 2005: Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (2003), Lei nº 11.258, 30/12/05, altera o parágrafo único do art. 23 das LOAS: “Na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo: II - às pessoas que vivem em situação de rua.”

- Encontro Nacional sobre População de Rua em Situação de Rua: I em 2005, II em 2009 e III em 2015.

- Decreto s/n, de 25 de outubro de 2006, constitui Grupo de Trabalho Interministerial - GTI com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua;

- 2007/2008: Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS;

- Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 - Instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

- Portaria – MS nº 3.305 , 24 de dezembro de 2009 - Institui o Comitê Técnico de Saúde para a População em Situação de Rua

- Campanha Saúde da População de Rua: um direito humano (BRASIL, 2015)

Especificamente sobre essa interface com as políticas públicas, registramos a definição dada a população em situação de rua pelo Decreto

7.053/2009, sendo descrita como um “(...) grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular (...)”, que faz da rua (enquanto logradouro público, área degradada) espaço temporário de moradia e trabalho e que pode se utilizar de Serviços de Acolhimento para pernoite. O mesmo Decreto ainda estabelece as diretrizes, princípios e objetivos para a garantia de direitos, e define as responsabilidades dos entes federativos no desenvolvimento e execução de projetos que beneficiem esta população.

Embasando estas definições e contribuindo para a formulação de estratégias para atenção a essa população, destaca-se a pesquisa realizada pelo MDS (2008/2009) e que instituiu a Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua. Dentre os dados desta pesquisa, temos o seguinte perfil sócio demográfico: 82% seriam homens e 18% mulheres; a renda de 52,6% dos entrevistados era de R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais, 39,1% das pessoas entrevistadas se declararam pardas, 29,5% brancas e 27,9% pretas e sobre os motivos de estarem em situação de rua 35,5% referem problemas relacionados ao alcoolismo e/ou drogas; 29,8% desemprego e 29,1% desavenças com pai/mãe/irmãos. A discussão destes resultados apontou para a necessidade promoção de esforços para restabelecer vínculos familiares fragilizados ou criação de outros arranjos familiares e redes de apoio comunitários.

Tais dados de pesquisa contribuem para conhecer de forma breve essa população e alguns marcadores sociais da diferença que perpassam tal realidade. Contudo, evidenciamos que persiste uma lacuna significativa para uma maior compreensão das experiências destas pessoas e do contexto que opera na produção de objetividades e subjetividades. Frente a essa lacuna apresentada, e reafirmando o desejo de aproximação, de produção de conhecimentos e de diálogo com as vivências e histórias de quem está na rua, pautamo-nos no próprio texto da Política Nacional (2009) para a defesa de um processo de pesquisa que possa abranger:

Art. 5º São princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade:

(...)

V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

(...)

Art. 7º São objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

(...)

VI - incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento;

Ao falar de corpos, dos fluxos e caminhos nas cidades, das lutas e organização social e das políticas públicas, precisamos estabelecer relações de respeito e que venham a compreender de quem estamos falando, contextualizar e dialogar com as suas experiências, uma vez que estes sujeitos não existem fora dos discursos que os produzem. Como define a historiadora Joan Scott (1998), esse olhar para as experiências não deve ser usado para essencializar determinada identidade ou ratificar o sujeito, uma vez que a experiências não é auto evidente e nem de acesso direto. Deve ser pensada como algo em contestação, sempre política, algo já interpretado e que precisa de interpretação, que se refere a acontecimentos em determinados processos históricos.

Observando esse cuidado em não falar da experiência que é do outro, decidimos por acompanhar acontecimentos e desenvolver uma proposta de pesquisa aliada com as ações e movimentos de resistências do MNPR. Dessa forma, buscamos uma aproximação direta com o contexto vivido por esta população em situação de rua, indo além do contato “corriqueiro” nas saídas de casa, das leituras e conversas com colegas e professores. Nossa relação teve início com a notícia de o MNPR em Santa Catarina tinha entregue uma carta de reivindicação ao governo municipal de São José e que estaria se mobilizando para reunião na Prefeitura Municipal em 18/09/15. Na respectiva data, buscando conhecer o Movimento e as pautas que estavam questionando, fomos até o local da mobilização, nos apresentando a algumas pessoas. Conversamos principalmente com um dos coordenadores da ação e com uma aluna do Mestrado em Linguística da UFSC que desenvolve sua pesquisa sobre linguagem e liderança. Esses comentaram sobre o descaso dos gestores com a população de rua, com ênfase na falta de albergue municipal e consultório na rua e do recente fechamento do Centro POP². Tendo em vista que tinham reunião agendada, nos despedimos dos mesmos, sendo que estes nos convidaram para participar dos encontros do MNPR/SC.

Estes encontros, no ano de 2015, eram realizados nas sextas pela manhã, na cidade de Florianópolis/SC em espaço cedido pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Trabalho/SST. A partir de 2016, os encontros passaram a ocorrer na sede do Grupo de Apoio para Prevenção da AIDS – GAPA. As reuniões do MNPR/SC ocorrem geralmente em locais cedidos instituições parceiras, não sendo incomum a necessidade de buscar constantemente por novos espaços. Geralmente participam destes momentos de reunião Coordenadores do MNPR (a nível nacional, estadual e municipal), com histórico de morar na rua, demais pessoas em

2 Os Albergues e Centro POP são serviços vinculados a política de assistência social regulamentados pela Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro, de 2009 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. No caso do Centro POP, este é um serviço especializado a população de rua, referência para o convívio social e grupal, de participação social. Já os Consultórios na Rua são assegurados pela Portaria Nº 122 do Ministério da Saúde, lançada em 25 de dezembro de 2011, que estabelece a constituição de equipes voltadas a ampliar a atenção integral a saúde desta população.

situação de rua e apoiadores, que são vinculados a Universidades (cursos de direito, jornalismo, letras e psicologia), membros de entidades filantrópicas que prestam serviço à população de Rua e pessoas ligadas a movimentos sociais, como o Movimento referente à Frente Estadual Drogas e Direitos Humanos.

As reuniões do MNPR/SC seguem certa estrutura de funcionamento (com pauta, discussão e encaminhamentos), no entanto, não possuem um processo rígido e pré-determinado. Acompanham um movimento da rua, com mudanças constantes de seus participantes e dos assuntos abordados, observando também o cuidado às particularidades apresentadas pelos presentes (tempo para fumar e para o lanche – almoço de muitos, acolhida das demandas pessoais). Dentre as principais pautas que circulam neste espaço, estão: os desdobramentos das ações nas cidades de Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça; as articulações com outros estados e com a coordenação Nacional do Movimento; organização de reuniões na rua para problematizar as situações vivenciadas pelos companheiros; definição de estratégias de luta contra o abuso policial e pela garantia de direitos e qualidade dos serviços públicos, entre outros. Um dos pontos que ganhou importância durante o período que realizamos a pesquisa foi o referente às discussões sobre gênero e sexualidade, iniciadas através da fala de alguns apoiadores do Movimento que identificaram a necessidade de abordar as demandas e convidar as mulheres em situação de rua para reuniões.

Nossa inserção nas reuniões ocorreu no período entre setembro de 2015 e março de 2017, através da participação nas discussões das pautas, no planejamento das ações e acompanhando as lutas promovidas pelo MNPR/SC. Em todos os momentos promovemos registros destes encontros, sendo que inclusive contribuimos com a criação de um livro de atas como forma de memória das atividades realizadas pelo Movimento. Foi com base nesse processo de experiências com as pessoas em situação de rua e a partir da contínua análise crítica destes registros, que fomos nos questionando sobre: que sujeitos tem sido produzidos pelos operadores das políticas públicas? Como as experiências dos moradores são consideradas nas intervenções psicossociais? Garantem-se as condições para existir na rua e/ou projetar sua saída? Que cidade pode ser possível para os que ocupam seus labirintos? Como as pessoas em

situação de rua se reconhecem e se posicionam em função do gênero? Quais os efeitos destes processos nas suas relações e experiências?

Uma primeira proposta de projeto de pesquisa...

Foi buscando convergir os questionamentos que constituímos a partir do contato com o MNPR/SC com os interesses iniciais pelas pesquisas e estudos de gênero e masculinidades, que apresentamos como primeira proposta de pesquisa de mestrado a ideia de compreender as experiências dos homens em situação de rua. As justificativas que utilizávamos se baseavam no olhar para os marcadores sociais das diferenças e nas políticas de localização, nos processos de subjetivação e nas regulações de gênero, nas políticas de masculinidades e nas perspectivas feministas e nas reflexões referentes à vinculação ética com a alteridade do outro.

Ao pretender falar sobre as experiências de homens em situação de rua e envolver a discussão sobre os marcadores das diferenças desta população, consideramos fundamental a análise política sobre o lugar do pesquisador na produção do conhecimento e na história. Ao nos identificarmos com determinado recorte de classe, gênero e orientação sexual, estamos implicados de forma localizada na produção de conhecimentos que a cada passo se estabelece de modo parcial e crítico, como conceitua Donna Haraway (1995),

Saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor

que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento "objetivo" (p.36).

A autora argumenta que os códigos do mundo não estão inertes a espera de serem lidos, não dependem de uma lógica de descoberta, mas de uma relação social de conversa carregada de poder (HARAWAY, 1995). Foi com base nesse ponto que, ao pensar no diálogo sobre os processos de homens em situação rua, tínhamos como intenção não ignorar todas as outras possibilidades de pensar as experiências de habitar a rua, mas de assumir esse olhar localizado, bem como as contradições e desafios com o tema.

Por mais que tentássemos promover recortes focados no objetivo de pensar o que é ser homem em situação de rua e quais seus itinerários pela cidade, nossas experiências com o MNPR/SC despertavam outros interesses e nos levaram a tensionar ainda mais como o gênero se articula com as pautas de luta do Movimento. Estas experiências, produziram interrogações sobre os efeitos de gênero no processo de subjetivação de todas as pessoas na rua (e não só dos homens), de como gênero perpassa as relações e ações desenvolvidas nas políticas públicas, e de como as perspectivas feministas que embasam essa categoria, poderiam contribuir para uma análise crítica sobre a normatividade, a promoção dos direitos humanos e para o enfrentamento das violências desta população.

Referente aos processos de subjetivação e sua relação com as experiências das pessoas em situação de rua, nos pautamos na análise crítica das práticas que levam os sujeitos a prestar atenção a eles próprios, conhecerem a si mesmos e se reconhecer como sujeitos de determinado conhecimento. Como aponta Sonia Mansano (2009), ancorada nas produções de Michel Foucault, Félix Guatarri e Gilles Delleuze, estas práticas sofrem variadas transformações, tomando diferentes configurações e formas de vida e de organização social, que podem tanto constituir mecanismos de controle e assujeitamento, quanto de capacidade de produção viva do sujeito na relação com o outro, da resistência e singularização.

Para essa problematização dos processos de subjetivação, a constituição dos sujeitos e regulações de gênero, recorremos fundamentalmente para as teorizações de Michel Foucault e Judith Butler, que serão aprofundados no decorrer da dissertação. De forma geral, Foucault (1984) aponta para a necessidade de questionar os jogos de verdade em referências as relações de poder que construíram a história do Homem de Desejo, em como aprendemos a nos reconhecer como sujeitos a partir de uma determinada sexualidade e, como somos submetidos a certas condições de normatividade e formas de subjetividade. Já Butler (2000) tensiona a ideia de corpo sexuado como ideal regulatório e dimensão dos processos de subjetivação, desenvolvendo o conceito de performatividade de gênero para demonstrar como as normas regulatórias trabalham para “(...) materializar o sexo no corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual” (p. 154).

Esses conceitos, que começam a ser apresentados, além de contribuírem para refletir sobre os efeitos possíveis destas regulações de gênero nas experiências de sujeitos que se identificam como homens e se encontram em situação de rua, revelavam-se também estratégias importantes para a análise das relações de poder que produzem o normativamente humano e os enquadramentos que permitirão ou não lidar com as diferenças.

Em um primeiro momento da nossa proposta de pesquisa, concentramo-nos no interesse pelos estudos de homens e masculinidades, em buscar contextualizar o homem e o masculino em uma problemática de gênero, reconhecendo que estes também são submetidos às hierarquias de masculinidades (WELZER-LANG, 2004) e, em discutir sobre uma política de masculinidades e sobre a configuração de práticas sociais que podem seguir diferentes trajetórias históricas, associadas às contradições e rupturas (CONNEL, 1995). Por esse caminho, ao falar destas masculinidades, também pretendíamos ampliar o olhar para como essa questão atravessa e compõem os processos de invisibilidade e exclusão nas políticas públicas e, de como as experiências destes homens em situação de rua podem promover resistências, linhas de fuga e outras possibilidades para as relações sociais.

Os objetivos que definimos provisoriamente referiam-se a: compreender os efeitos da dimensão de gênero nas experiências de homens em situação de rua e em seus itinerários pela cidade de São José/SC. Especificamente pretendíamos: caracterizar os discursos de homens sobre suas experiências de habitar as ruas de São José/SC; acompanhar os itinerários de homens em situação de rua pelas políticas públicas, em espaços organizados de luta e demais contextos urbanos; contribuir com os estudos de gênero e masculinidades e com uma reflexão sobre os objetivos e diretrizes das políticas nacionais para a população de rua.

Contudo, as experiências com o MPNR/SC e a ampliação dos estudos sobre o gênero e feminismo contribuíram para transbordar tais objetivos, fazendo com que os mesmos fossem reinventados. Acompanhamos processos que ocasionaram acontecimentos e novas perspectivas de produção de conhecimento, gerando rupturas e a emergência de outras singularidades. Como propõe Tania Galli Fonseca et. al (2006), com base em Foucault e Deleuze, esse acontecimentalizar da pesquisa implica na posição teórico-política de desnaturalização, fissura, em que antes de se tratar de uma estrada linear e com centro irradiar refere-se a “(...) um labirinto de muitas entradas, muitos feixes em bifurcação, impulsionados por um modo rizomático de expansão e conexão regido pela lógica da fuga e de infinitas associações” (p. 658).

Nesse movimento de acontecimentalizar, as estradas que anteriormente se relacionavam com o diálogo de gênero com as experiências dos homens em situação de rua também trouxeram consigo o olhar para as mulheres e a população LGBT na rua, para outros marcadores da diferença e nos posicionaram diante de um labirinto que envolve a análise crítica de como nos vinculamos com a alteridade do outro. Seguimos as observações de Butler (2006) sobre a precariedade das vidas daqueles “rostos” que não podem ser admitidos ou escutados, nem são considerados como normativamente humanos, para propor uma crítica aos enquadramentos que impossibilitam nossa identificação com esse outro, e que promovem a insensibilidade frente o sofrimento humano e à morte. Frente às experiências com as pessoas em situação de rua, nos propomos a problematizar os processos de humanização/desumanização que justificam as violências e o extermínio, e defendemos a promoção de

processos de resistências que contribuam com o reconhecimento destas vidas e a garantia de direitos e direitos humanos.

Uma pausa para pensar a constituição dos sujeitos...

Ao pretender abordar a vida desse outro que (r)existe nas ruas, consideramos fundamental estabelecer estratégias de conhecimento para situar nosso olhar para estes sujeitos. Para tanto, em nossa dissertação, pautamo-nos principalmente pelo diálogo com teóricos como Butler e Foucault. Este último já afirma, embasando-se em Nietzsche, que precisamos compreender que o conhecimento é inventado, não estando inscrito em absoluto na natureza humana, sendo resultado da luta e dos compromissos entre os instintos (rir, deplorar e detestar). Se entre o conhecimento e os instintos há somente rupturas, conduzidas por relações de poder (dominação e subserviência), isso faz com que seja superado e desconsiderado Deus e o sujeito em sua unidade e soberania, uma vez que:

Só há conhecimento na medida em que, entre o homem e o que ele conhece, se estabelece, se trama algo como uma luta singular, um tête a tête, um duelo. Há sempre no conhecimento alguma coisa que é da ordem do duelo e que faz com que ele seja sempre singular (FOUCAULT, 2002. p 25).

A partir de diferentes bases epistemológicas, cabe considerar que os autores acima citados possibilitam romper com olhares lineares e de causalidade, fomentando a recusa de uma condição universal e imutável de quem seria o sujeito ou qual conhecimento traria a essência das coisas. Pensando nas temáticas que pretendemos discutir, elimino com isso toda possibilidade de recorrer a regimes de verdades que definem as existências de maneira correta/única, determinada transcendental e/ou biologicamente.

Resgatamos primeiramente Michel Foucault (1926-1984) para problematizar³ a noção de sujeito. Em seu texto intitulado *O Sujeito e o Poder* (1995), este historiador crítico da modernidade, declara que seu objetivo nunca foi apontar fundamentos para a análise do poder, mas de “(...) criar uma história dos diferentes modos, que em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (p. 231). Para isso, aponta três modos de objetivação para entender o sujeito: o estatuto de ciência, as práticas divisórias (diferenças) e forma como os homens aprenderam a se reconhecer como sujeitos (a exemplo do domínio da sexualidade)⁴.

São esses modos de objetivação que lançam o sujeito humano em complexas relações de poder e que revelam a necessidade de considerar uma consciência histórica da situação presente. Esse poder não se apresenta como uma metafísica ou como estatuto ontológico, mas ele é exercido, colocando em jogo as relações entre indivíduos. Como reitera Foucault (2002), o poder só existe em ato, que torna o sujeito a, com capacidade de, e que por vezes se inscreve sobre estruturas permanentes

3 Para Foucault (1990) o conceito de problematização permite considerar a história da verdade, defendendo que não importa analisar os comportamentos, as sociedades, as ideais e as ideologias, “(...) mas as problematizações através das quais o ser se dá, devendo e podendo ser pensando, e as práticas das quais essas problematizações se formam” (p. 15). A análise arqueológica considera as formas da própria problematização, enquanto a genealógica a sua formação a partir das práticas e modificações.

4 A relação desses modos de objetivação com os processos de subjetivação, serão ampliados posteriormente, aliados a elaboração da Dissertação e discussão dos caminhos da pesquisa.

(a exemplo do poder pastoral da Igreja e Estado). Considera que o funcionamento das relações de poder são sempre ações sobre um campo de possibilidades, e que sua análise se estabelece através do antagonismo das estratégias (resistência).

Para o autor, as lutas contemporâneas como da oposição de poder entre homens e mulheres, da medicina sobre os modos de vida da população não devem se focar somente nas instituições, grupos, classes, mas a uma técnica de poder, que:

(...) aplica-se à vida cotidiana, imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o a sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm de reconhecer nele. (FOUCAULT, 2002).

Sobre essas técnicas, Foucault dedica vários livros e conferências a entender como os seres humanos se reconhecem como sujeitos de sexualidade. Comenta em sua coletânea sobre a História da Sexualidade que o interesse residiu em entender o regime poder-saber-prazer que envolve a sexualidade humana; de como o sexo foi colocado em discurso, a partir do século XVI.

No livro a Vontade de Saber (FOUCAULT, 1988) argumenta que as sociedades modernas se encarregaram de estabelecer regimes de incitação e de implantação de sexualidades polimorfos. As tecnologias de saber se centraram no poder sobre a vida (fazer viver e deixar morrer), de investimento sobre o corpo, de modo a regular e controlar conforme domínios de valor e utilidade. A sexualidade enquanto dispositivo, através da sanção normalizadora, se estabelece como um significante universal (com conteúdos da biologia e fisiologia), sujeitado o sexo ao

poder de regular os corpos, e servindo de acesso a própria inteligibilidade e identidade do sujeito.

Sobre as práticas que levaram os homens a prestar atenção a eles próprios, a se decifrar, a se reconhecer e se confessar como sujeitos de desejo, Foucault em *Uso dos Prazeres* (1990), contempla a necessidade de problematização das condições de possibilidade que levaram o sujeito a descobrir a verdade de seu ser. Propõe com isso, pensar essa história constituindo um paralelo entre o poder pastoral do cristianismo (um discurso universal, moral e construtivo sobre a sexualidade), e para os gregos na Antiguidade, em que o homem livre podia desenvolver suas atividades sem maiores interdições (técnicas de si). O autor questiona os modos de sujeição e de controle das condutas (leis e condições de aplicação), e a possibilidade de relações éticas, em que o sujeito possa permanecer livre de qualquer escravidão, atingindo modos de ser definidos pelo pleno gozo de si e a soberania de si sobre si mesmo.

Para o desafio que nos propomos com este trabalho, utilizamos o que expõe Foucault, para refletir sobre as relações de poder e saber que normatizaram as diferenças e desigualdades entre os sujeitos, como na questão de gênero, que instituiu determinadas práticas e posições sociais privilegiadas (aos homens), nada se assemelhando a designações divina ou biológica. Ainda, permite que possamos questionar esse os efeitos das normas e as condições de possibilidades para que os sujeitos possam desenvolver uma ética (técnicas de si) para pensar moralmente suas próprias vidas.

Dialogando com as proposições de Foucault, para avançar nesse entendimento sobre os sujeitos e sobre a questão de gênero, propomos também uma conversa com Judith Butler, filósofa pós-estruturalista norte-americana, teórica feminista e *queer*. A autora conceitua que qualquer teoria, a qual não separa da política, requer presumir seu sujeito, a referencialidade da linguagem e a integridade das descrições institucionais que proporciona. Frente a isso, entende que nenhum sujeito é seu ponto de partida, sendo este constituído contingentemente por matrizes de poder e discurso, que fundamentam práticas materiais e arranjos institucionais. Portanto, propõe uma crítica de uma visão estruturalista de sujeito, ao compreender que este se constitui mediante

atos de diferenciação que o distinguem do seu exterior constitutivo - rede externa de relações culturais (BUTLER, 2001).

Para Butler, a prática feminista deve promover essa desconstrução do sujeito, bem como das condições de materialidade sobre os corpos, uma vez que ao serem constituídos pela diferença, criam-se lugares de exclusão e abjeção (geralmente associados às mulheres), e de outro lado, tem-se uma visão colonial de que o sujeito é sempre ocidental e masculino. Essa desconstrução,

“(…) suspende y problematiza el referente ontológico tradicional del término, no congela, destierra, vuelve inútil ni vacía de significado la utilización del término; por el contrario, proporciona las condiciones para movilizar el signifiicante al servicio de una producción alternativa” (BUTLER, 2001. p36-37)⁵

Pensando nessa desconstrução, a Butler considera o mais material dos conceitos sobre o corpo, o sexo. Para isso, reitera as definições de Foucault que compreende o sexo como ideal regulatório do sujeito de desejo e de Monique Wittig, entendendo-o como categoria política, para argumentar que o sexo não descreve uma materialidade prévia, mas produz e regula a inteligibilidade e materialidade dos corpos. Dessa forma, estamos falando de regulações que não agem apenas sobre um sujeito, sexo ou gênero pré-existente, mas que delimita e forma-os.

⁵ "(...) suspende e problematiza o referencial ontológico tradicional do termo, não congela, expulsa, torna-se inútil ou vazio de sentido o uso do termo; pelo contrário, fornece as condições para a mobilização do signifiicante a serviço de uma produção alternativa" (BUTLER, 2001 p36-37) (tradução nossa).

Em seu estudo intitulado *Regulações de Gênero*, Butler (2014) aprofunda a discussão acerca dos discursos regulatórios que conformam o sujeito do gênero. Questiona Foucault, ao defender que não só o poder, mas o gênero requer e institui o seu próprio regime regulador e disciplinar. Defende com isso, que o gênero enquanto norma não define o que o sujeito é ou o que ele tem, mas o aparato de normalização que institui o masculino e feminino e que se manifestam junto com as formações anatomo-fisiológicas e performativas que o gênero assume. A autora aponta que a crítica deve se estabelecer quando a norma, ao conferir inteligibilidade e normatização no campo social, reconhece unicamente matrizes binárias e de imperativo heterossexual (heteronormativo), produzindo e também promovendo a exclusão de outras permutações de gênero.

De acordo com Butler (2001), tornar-se um exemplo da norma não é esgotá-la, uma vez que esta não é formada no exterior de seu campo de aplicação, mas produzida nesse campo, através do poder repetido de conferir realidade. Dessa forma, uma vez que as pessoas são reguladas pelo gênero, estas regulações operam como condição de inteligibilidade cultural, e quando vinculadas a processos de normalização, comumente associadas à heterossexualidade hierárquica, submetem a faca da norma e a punições sociais, aquilo que se estabelece como transgressões (homossexuais, transexuais, intersexuais, travestis...).

Para tanto, argumenta Butler que a reformulação da materialização dos corpos está em jogo, sendo necessário reconhecer a matéria como um efeito do poder, que se constituiu através da performatividade; práticas reiterativas do discurso que produz os fenômenos que ele regula e constrange. Dessa forma, a distinção sexo/gênero, partindo do construcionismo linguístico radical, demonstra que o sexo será ele mesmo uma construção no interior da linguagem, e não como algo anterior ao gênero (binário e heterossexual), que se estabelece como condição para emergência e operação do sujeito, anterior a emergência do humano. Contudo, para a autora entender que os sujeitos humanos são construídos não é suficiente, “(...) pois a construção do humano é uma operação diferencial que produz o mais ou menos humano, o inumano, o humanamente impensável” (BULTER, 2000. p 161).

Diante de uma certa condição de abjeção, que escapa do fantasma normativo do sexo, a exemplo das *Drag Queen*, Butler (2006) defende que a política *queer* e feminista deve mobilizar práticas coletivas para a desidentificação com normas regulatórias em que a diferença sexual é materializada. Entra em cena as reflexões realizadas no seu texto “A questão da transformação social”, do livro *Deshacer el Genero* (2006), que tratam de pensar um sujeito (indivíduo ou coletivo) que possa afirmar sua vida habitável, sem ausência de uma autorização prévia que o possibilite. Tem-se um sujeito mais múltiplo que unitário, que ao atravessar fronteiras necessita de outras possibilidades de transcrição cultural, para não correr o risco de morrer socialmente, em direitos ou de fato.

Com o que propõe Butler, podemos apreender um sujeito que é constituído discursivamente, através de regulações que produzem diferenças e legitimam desigualdades. Deve-se, com isso, questionar e romper com a lógica que cria lugares de abjeção, sustenta certos privilégios e autoriza opressões. Para a consolidação da ação coletiva em prol da transformação social é preciso desconstruir os binarismos, o imperativo heterossexual e as regulações normativas que definem a produção de quem conta como sujeito e do que se considera humano.

Nesse diálogo que promovemos com Butler e Foucault, buscamos aprofundar as reflexões sobre as condições de possibilidades para pensar o(s) sujeito(s). Condições estas que sempre escapam a quaisquer determinações, estão do lado fora, abertas as relações de poder e as normatizações. Consideramos ainda, que os questionamentos promovidos pelos autores potencializam nosso olhar para as pessoas em situação de rua e suas experiências de (r)existência. Além disso, as reflexões dos autores oferecem elementos para análises críticas de como a sociedade e o Estado, através das políticas públicas, consideram suas vidas e possibilitam o reconhecimento da sua alteridade, os contextos em que suas singularidades possam ser enunciadas.

Um caminho para pesquisar acontecimentos...

Frente as discussões sobre a constituição dos sujeitos, somadas as nossas intenções e propostas de dialogar com as experiências das pessoas em situação de rua, através dos movimentos de resistência do MNPR/SC, buscamos nos referenciais teórico políticos da cartografia inspirações para o nosso processo de pesquisa. Com isso buscamos percorrer caminhos, cuja intenção, como define Fonseca et. al. (2006), não é de catalogar ou quantificar as diversidades e formas de vida, mas de tornar visível o que está avesso as aparências, fazer durar o objeto, através de procedimentos que posicionem os sujeitos e objetos, de modo a “(...) perseguir sua duração através das tendências múltiplas que o marcam e traçar sua continuidade e diferenciação contínuas” (p.660).

Essa possibilidade de pesquisar acontecimentos, perspectivar as singularidades, conhecer e deixar o corpo ser afetado, foram recursos fundamentais que perpassaram as experiências e construção da escrita que envolveram nossa pesquisa. Ao compartilharmos relatos e vivências com os sujeitos que estão nas ruas das cidades, abordamos outros tempos, ritmos, linhas, texturas e posições no mundo. Tais compreensões sobre os acontecimentos e afecções presentes na proposta da cartografia nos acompanharam nesse processo de pesquisa, tensionando nossos olhares e a maneira de pensar o que vivenciamos.

Sobre a cartografia, Kleber Prado Filho e Marcela Montalvão Teti (2013) expõem que a mesma se configura a partir das proposições de Foucault sobre a arqueologia do saber e genealogia do poder, sendo proposta por Gilles Deleuze como uma análise crítica e estratégia política que “(...) acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência” (p.47). Método, instrumento e processo ligados à problematização de uma história do presente, possibilitando enfrentar dispositivos, enquanto relações de força que se sustentam e são sustentados por tipos de saber e que produzem subjetividades (a exemplo dos jogos de verdade quanto a sexualidade).

Tal possibilidade de resistência e de abertura para o novo, faz da cartografia um método estratégico-rizomático, que percorre pontos, linhas que sedimentam, organizam, territorializam e atribuem significado - um mapa aberto que pode ser rasgado, revertido, um diagrama que age como causa imanente, cujo efeito a atualiza, integra e diferencia (PRADO FILHO; TETI, 2003).

Nas palavras de Deleuze e Guattari (1995), a cartografia é um dos princípios do rizoma. Sendo este aquilo que se opõe a lógica binária e ao que se encontra preso em uma estrutura, como a árvore raiz, é pois, a possibilidade de fazer o múltiplo, das diferentes matérias, datas, velocidades e linhas. Conforme os autores, um rizoma pode se conectar a qualquer ponto, o que não significa estabelecer uma ordem, mas de colocar em jogo os diferentes signos e estatuto das coisas, que podem ser atravessados por organizações poder, que tendem a estratificar modos dominantes.

Sobre esses modos, tem-se que essa suposta unidade se produz numa tomada de poder nos processos de subjetivação, estabelece-se face as multiplicidades rizomáticas (agenciamentos), visto que: “todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo os quais ele é estratificado, territorializado, organizado, atribuído, etc; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 25). Dessa forma, todo rizoma pode ser rompido, quebrado em qualquer lugar, conectado e reconectado a diferentes pontos, visto que está em movimento busca por ampliar seu território e estender suas linhas de fuga.

Diferente do estratificado, da árvore-raiz, do decalque é o rizoma, o mapa, que pode ser conectável, rasgado, modificado, de múltiplas entradas, que constrói o inconsciente e as experiências subjetivas dos indivíduo e grupo, que nunca pode interpretá-lo ou fazê-lo significar segundo uma estrutura. A exemplo do que sugerem os autores de que não existiria um capitalismo universal, uma estrutura para determinar um sujeito, e sim o cruzamento de toda sorte de formações, que mostra sua face de dominação e de burocracias estatais intermináveis. Resistindo a esse processo, a cartografia, assim como a escrita, “(...) esposa uma máquina de guerra e linhas de fuga, abandona os estratos, as

segmentaridades, as sedentaridades, o aparelho de Estado” (DELEUZE e GUATARRI, 1995).

Tomando como base essas ferramentas apontadas pelo processo rizomático, a cartografia possibilita uma escrita política, de reconhecimento das singularidades e das estratégias de enfrentamento e de fuga, em que:

(...) se implica o conhecer com a invenção da própria vida; conhecer cuja ética se entrelaça com o alargamento das possibilidades do olhar que analisa, com a liberdade do corpo sensível e pensante e com a astúcia da inteligência que fabrica instrumentos e meios para obter resoluções exitosas e auto-organizativas em meio às problematizações das situações conflitivas do existir (FONSECA et. al., 2006, p.660).

Refere-se a outra relação dos pesquisadores com esse mapa, sujeitos e cidades, bem como de produção de conhecimento, da ética e do compromisso. Como coloca Passos e Eirado (2009), não somos meros observadores das experiências, nem imunes a ela, isso porque somos responsáveis pelo mundo que se abre diante dos nossos olhos, e, portanto, “(...) se surgimos das experiências é muito menos para nos entronizar no eu, e muito mais para vivermos nossa existência como um processo de cuidado de si e do mundo” (p. 126).

Ao nos lançarmos nas experiências com as pessoas em situação que integram o MNPR/SC, fazemo-lo cientes dessa escolha política que acompanha os princípios da cartografia. Para isso, acompanhamos processos que nos levaram a suspender planejamentos e certezas quanto aos nossos objetivos iniciais, permitindo a nós sermos conduzidos por outros rumos e caminhos. A todo momento nos pautamos pela disposição

e abertura por possibilidades de produção de conhecimento aliadas aos movimentos de ruptura, linhas de fuga e devir-mundo.

Uma dissertação...

Enfim, uma vez que introduzimos algumas compreensões que perpassaram nossa caminhada com a população em situação de rua e que oferecem bases para o nosso processo de escrita, e que já abordamos o que foi desfeito e redefinido da proposta inicial, passamos agora a apresentar as sínteses deste intenso trabalho.

O primeiro capítulo procurou estabelecer estratégias para pensar sobre a vida, o cotidiano, as demandas e os modos de resistência da população em situação de rua. Para isso, estabelecemos diálogos envolvendo tanto a produção científica sobre esta população no Brasil, quanto o relato de algumas experiências junto ao MNPR/SC. Tal processo promoveu costuras, remendos, ligações e cortes entre diversos conhecimentos e experiências, na direção da potência do diferir e em movimentos de vida. Apostou-se ainda na reflexão sobre as condições de possibilidades dos sujeitos em se apropriar, produzir e transformar esses saberes, promovendo formas de governo de si e de (r)existência.

A relação entre gênero e as experiências da população em situação de rua foi o tema da parte I do segundo capítulo. A partir do diálogo envolvendo as perspectivas feministas de gênero com os fragmentos dos relatos das reuniões do MNPR/SC, tecemos análises críticas sobre os binarismos, os sistemas de privilégios, as políticas de localização e o direito à vida daqueles que estão fora da norma. Com isso, intentamos interrogar como a dimensão de gênero, enquanto norma, produz efeitos nas formas de pensar as condições ou não de reconhecimento, (in) visibilidade e apreensão da vida destes sujeitos que estão na rua.

Foi com base nessa discussão sobre a vida que propomos a parte II do segundo capítulo. Esta parte compreendeu problematizações sobre a precariedade das vidas nas ruas, os processos de humanização e desumanização, a nossa capacidade de se vincular eticamente com esse outro e as condições para o reconhecimento da potência de (r)existir das pessoas nas ruas. Colocamos em debate os enquadramentos que podem tanto autorizar a violência e a morte, quanto as possibilidades de promover aberturas para ver e escutar a alteridade dessas pessoas.

Com o terceiro e último capítulo buscamos constituir argumentos para uma denúncia social, apresentando alertas sobre as violências arbitrárias e os processos de ocultamento que reforçam a desumanização e criminalização das vidas que (r)existem na rua. Destacamos também, algumas possibilidades e aprendizados que podem potencializar os movimentos de resistência e as lutas do MNPR/SC.

Sejam bem-vindos para dialogar e construir coletivamente esta dissertação...

CAPÍTULO I:
**POSSIBILIDADES DE (R) EXISTÊNCIA A PARTIR DE
CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS COM A POPULAÇÃO
EM SITUAÇÃO DE RUA**

O desafio do caminhar junto com a população em situação de rua configura inúmeras possibilidades de apreensão destas vidas, seus enredos, contextos e estratégias de existência. Podemos encontrar muitas cenas cotidianas registradas, categorizadas e analisadas em palavras cientificamente organizadas, que falam de fragmentos das vidas de quem é/está/existe na e pela rua. Palavras que percorrem inúmeros caminhos, processos e formas éticas e estéticas de produção de conhecimento sobre esta realidade social e os seus sujeitos.

Muito do que se repete em livros, artigos e textos, e que geralmente visa estabelecer verdades sobre a população em situação de rua, nos ajuda a conhecer sobre os contextos e modos de vidas. Geralmente essas produções analisam a relação entre capitalismo, desemprego e a não condição de moradia, o processo de exclusão social, as formas precárias de sobrevivência, os preconceitos e a violência. Mas compreendemos que é preciso que tais verdades possam conversar com a heterogeneidade das demandas e desejos dessa população.

Dessa forma, propomos neste artigo dois movimentos, sendo o primeiro de pensar sobre a produção científica envolvendo a população em situação de rua no Brasil, e o segundo, de tecer pontos de diálogo com algumas experiências junto ao Movimento da População em Situação de Rua – MNPR, de Santa Catarina. Tal ação, busca construir estratégias de pensamento e modos de resistência aliadas as pautas e reivindicações do Movimento. Portanto, este trabalho não se propõe a avaliar tais

documentos, o sentido de verdade⁶ expresso nos mesmos, mas como eles se relacionam com os acontecimentos em sua atualidade.

Essas estratégias e modos se relacionam com artifícios de produção de conhecimento que podem se configurar como exercícios cartográficos. Para Vitor Martins Regis e Tania Mara Galli Fonseca (2012) as cartografias são resultados parciais, lances de viagens para terras estrangeiras, que possuem compromisso com a expansão da vida e a potência de diferir. E o cartógrafo pesquisa e vive as próprias incertezas imanentes a própria vida, dando passagem a intensidades que se expressam ou se estabilizam. Esses princípios de um método também se caracterizam pela produção de maneiras de pensar que se constituem aliadas ao desejo, a problematização, a não-resposta, a multiplicidade aberta e provisória, sem pretensões de verdades finalistas.

Buscamos, com isso, possibilitar intensidades a partir das produções científicas sobre a população de rua, mais especificamente, tendo como base artigos publicados que retratam contextos brasileiros (pesquisas e reflexões). Entende-se que essa se caracteriza como uma tentativa que arrisca desmontar parâmetros comumente presentes em textos de revisão de literatura ou estudos teóricos. Não nos importa a interpretação dos seus conteúdos e dos significados expressos por seus autores, mas de como suas palavras, frases, parágrafos podem apontar para a potência de diferir, dos diálogos que podem ser constituídos na direção de movimentos de vida e resistência (Regis e Fonseca, 2012).

Espera-se, por meio das reflexões aqui realizadas, potencializar a emergência de estratégias de resistência e desmontagem que operam para resistir aos modos de controle e de normalização que produzem corpos, indivíduos concretos, conformam identidades visíveis e que

⁶ Michel Foucault empreende uma crítica radical das teorias que tendem a estabelecer o sujeito como representação, ponto de origem do qual o conhecimento é possível e a verdade aparece (história da verdade). O autor defende que as relações entre os homens e as verdades precisam ser estudadas, argumentando que: “só pode haver certos tipos de sujeito de conhecimento, certas ordens de verdade, certos domínios de saber a partir de condições políticas que são o solo em que se formam o sujeito, os domínios de saber e as relações com a verdade” (Foucault, 1999, p. 26).

implicam os sujeitos em movimentos de reconhecer-se a si mesmo a partir de normas. Falaríamos, no contexto de nossa proposta de artigo em pensar as relações de poder e jogos de saber que produzem a população em situação de rua e de como elas atravessam os discursos das produções científicas. De como a cartografia pode possibilitar “(...) uma crítica do nosso tempo, permitindo também enfrentar enunciações, modos de sujeição e resistir a jogos de objetivação x subjetivação que fazem de nós aquilo que somos” (Teti; Prado Filho, 2013, p.51).

Utilizamos do olhar cartográfico como recurso ético e político para interrogar os saberes e as verdades que atravessam as produções científicas e as experiências das pessoas em situação de rua. Questão que não se estabelece como artifício de identificação ou categorização de informações, mas que se propõe a apontar conexões e possibilidades de desvios a partir dos diversos artigos. Desvios que almejam outras rotas, não se prendendo ao que está escrito e registrado e, estando sempre em busca da singularidade do outro.

1.1 Desenhando uma proposta cartográfica

Considerando as premissas da cartografia, nosso primeiro movimento de pensar as publicações científicas sobre população de rua, inicialmente se organiza em um duplo processo, tanto de maior conhecimento desta realidade, quanto do desenvolvimento de ferramentas para os diálogos e as reflexões durante as atividades com o MNPR/SC. Mesmo compartilhando cenários urbanos cotidianamente com as pessoas em situação de rua, no caso das cidades da Grande Florianópolis, constituímos certo lugar de estrangeiro, de abertura à experiências outras (sejam elas acadêmicas, pessoais e/ou profissionais), para então desenvolver agora uma escrita que rasga, costura, analisa criticamente, faz diferir todo esse conhecimento do que foi (e ainda é) vivido.

Como forma de estabelecer um plano comum para pensar o movimento de análise ora proposto, optamos pela busca de artigos científicos no portal da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil (BVS-Psi Brasil), utilizando como descritor o termo “situação de rua” (que englobou também “morador de rua” e “população de rua”). Encontramos 136 textos completos, sendo 108 no portal da SciELO e 28 no do PePSIC, sendo selecionados ao final 56 artigos para compor este trabalho. Foram excluídos nessa busca livros, teses e dissertações, anais e resumos de Congressos, artigos internacionais (ou que tratassem da realidade de outros países) e aqueles que estavam repetidos.

Todos os artigos selecionados foram lidos e resumidos observando sua identificação (título, ano, revista de publicação), pontos da discussão teórica, o processo de pesquisa e/ou objetivo e, as principais considerações sobre o trabalho. Seguiu-se também uma aproximação por assuntos, observando a ênfase dada pelos autores, sendo eles: modos de vidas, políticas sociais e direitos; trabalho e ações de cooperativismo; políticas públicas de saúde, saúde mental, uso e abuso de drogas; aspectos do ciclo de vida dos sujeitos, e; sexo, gênero e diversidade sexual.

A aproximação de assuntos e a tentativa de estabelecer um plano comum se apoia na ideia de transversalização, proposta por Virgínia Kastrup e Eduardo Passos (2013). Para os autores, há um paradoxo de inseparabilidade entre o comum e o heterogêneo (enquanto comunicação entre singularidades), em que somos levados ao limite entre o que conecta e o que difere entre sujeitos e objetos, e que igualmente tensiona o conhecimento e a experiência. Os autores defendem que ao cartografar devemos habitar o território a ser pesquisado, implicando-nos na participação e inclusão dos sujeitos e em processos de tradução (das atmosferas, ritmos, velocidades e intensidades, indo além do reconhecimento das formas de nossa experiência).

Apesar de Kastrup e Passos (2013), ao mencionarem a questão de habitar o território, não trataram especificamente dos saberes envolvidos em produções científicas, estes nos auxiliam na constituição de ferramentas para uma análise crítica. Nesse sentido, aproveitamo-nos desse pretexto para propor, não só o trabalho com os respectivos artigos, mas de colocá-los em diálogo com algumas experiências vivenciadas com

a população em situação de rua. Tentamos, mesmo que ainda restrito a escrita deste capítulo, estabelecer um plano comum, uma ação transversal de tais produções com as demandas, pautas de lutas e singularidades dos integrantes do MNPR/SC.

Para esse segundo movimento que se desenha em nosso trabalho, contemplamos os registros da participação em uma das atividades promovidas pelo MNPR/SC, mesmo que tenham sido muitas no decorrer dos anos de 2015 e 2016 (período que envolveu o processo de pesquisa para o mestrado). Esta atividade, realizada em 16 de fevereiro de 2016, tinha como objetivo fortalecer e constituir as lideranças do MNPR/SC e de estabelecer o plano de ação e projetos para o respectivo ano. Ademais, contou com a presença de pessoas em situação de rua e apoiadores (estudantes universitários, profissionais de instituições públicas e privadas, integrantes de outros movimentos sociais) das cidades de Florianópolis, Biguaçu, Palhoça e São José.

Os principais pontos de discussão da atividade acima citada contemplaram: a ausência de equipamentos públicos para atendimento (CAPS AD III, restaurante popular e banheiros); os problemas com profissionais dos serviços públicos (autoritarismo e desmandos); a violência policial; e as ações futuras do MNPR (atividades de formação, participação em conselhos e comitês, qualificação das políticas públicas existentes e comunicação com quem está em situação de rua). Além disso, ocorreu um processo intenso de conversa sobre direitos e participação social, em que as reflexões e sentimentos deste momento nos remeteu a processos de morrer (socialmente e de fato) e de potência de vida (luta).

Para abarcar mais detalhadamente estes processos de discussão do MNPR, voltamos a nossa proposta que envolvia também as produções científicas (artigos), afinal estamos relacionando dois movimentos que buscam tecer encontros de diferentes conhecimentos e experiências. E nessa feitura o fazer cartográfico pode se colocar na direção de “(...) questionar as posturas viciadas e conservadoras, agir sobre as forças, dobrando-as (...) lançar-se num devir que os arrasta e impele a forjar caminhos-diferença, habitar linhas de fuga” (REGIS; FONSECA, 2012, p.283). Possibilidades de dobrar conhecimentos e experiências com aliadas as estratégias de (r) existência da população em situação de rua.

1.2 Possibilidades de vida nas ruas da cidade

O primeiro grupo de 10 artigos que aproximamos aborda discussões gerais sobre direitos, políticas sociais e modos de vida da população em situação de rua. Estes problematizam os processos de urbanização e de exclusão social, dialogam sobre tramas de seu cotidiano e tratam de algumas especificidades das relações neste contexto de rua.

Mas como se configura o ser/estar na rua? Luana Padilha Andrade, Samira Lima da Costa e Fernanda Cristina Marquetti (2014) iniciam seu artigo apontando que o processo de estar na rua é resultante de uma longa história de escravidão e de migração de camponeses para as grandes cidades, e possui significados contraditórios que vão desde vagabundagem e transgressão até de liberdade. Para àqueles que estão na rua, esta funciona como um imã que aprisiona o sujeito em seu cotidiano, delimitando inclusive regras e códigos na ocupação dos espaços da cidade.

Na direção do artigo de Andrade, Costa e Marquetti (2014), o trabalho de Danichi Hausen Mizoguchi, Luis Artur Costa e Manoel Luce Madeira (2007), a rua se faz tão líquida quanto a cidade contemporânea, no qual vê agravada a sua fugacidade. A ameaça do outro e o imperativo do medo despontencializam sua função de possibilitar encontros e acontecimentos, engessando e segmentando cada vez mais os espaços urbanos. E nesse turbilhão urbano, é no sumidouro que o morador de rua se encontra, preenchendo de sentidos os espaços vãos, transformando o não lugar em um lugar e desviando da sedentaridade civilizada.

É nessas possibilidades de desvios e ocupação dos espaços urbanos que determinados sujeitos constituem seus modos de vida. Sobre estes modos, Andrade, Costas e Marquetti (2014), ao objetivarem registrar memórias de vida da população em situação de rua de Santos /SP, ressaltam que muitos sujeitos procuram a rua na busca de certa liberdade, facilidades de ir e vir, mas também encontram o uso de drogas, violência e sofrimento. Referem, a partir de suas entrevistas, que o cotidiano da rua envolve relações instáveis e suporte social fragilizado,

rotinas rígidas e cerceamento da autonomia quando frequentavam equipamentos públicos, além da necessidade de constituir inúmeras alternativas para acabar com a fome, dormir em segurança e desenvolver práticas sexuais.

Já a pesquisa cartográfica de Gilderlândia Silva Kuzl, Ana Lucia Hecket e Silvia Vasconcelos Carvalho (2014), realizada na cidade de Vitória/ES, deu visibilidade à experiência de caminhar com esta população, pensar nas táticas, astúcias e estratégias para sobreviver na Rua, com base nas proposições teóricas de Michel de Certeau. O estudo deu visibilidade a táticas que se fazem presentes na busca de espaços longe da repressão e da constituição de redes de solidariedade para conseguir circular nos espaços da cidade. Além disso, também tratou das astúcias quanto a higiene, trabalho e alimentação e, na atividade de manguear, de que forma conseguem “entrar na mente” das pessoas para conseguir dinheiro e favores. Por fim, o estudo das autoras trouxe para cena estratégias que envolvem algumas regras de convivências entre colegas de rua (não roubar, compartilhar roupas e alimentos, álcool e drogas) e ao frequentar os serviços públicos (não agredir funcionários e roubar do local).

Assim como as duas pesquisas acima, Anne Gabriele Lima Sousa (2009), em seu estudo etnográfico em João Pessoa/PB, identifica a heterogeneidade dos indivíduos na rua e suas estratégias de sobrevivência cotidianas (a exemplo do nomadismo e da concessão tolerada do espaço público). O interessante em seu trabalho, contudo, são as reflexões sobre os indivíduos em situação de rua, socialmente tidos como descartáveis, afastado da cultura de consumo e não adequados a vida pública, e de como que, com base nesta compreensão, se estabelecem sistemas baseados na compaixão, que reafirmam a inferioridade e demarcam certo lugar de subalternidade. Paralela a essa questão, Ricardo Mendes Mattos e Ricardo Franklin Ferreira (2004) demonstram que as representações sociais, presentes em depoimentos nos Jornais Boca de Rua/RS e O Treicheiro/SP, retratam a população de rua como vagabunda, louca, criminosa e coitadinha. Os autores ressaltam que essas tipificações reforçam indiferenças, repulsa e até a violência física e que ajudam a construir identidades com tendência a culpabilização pessoal, sentimento de vergonha e humilhação (interiorização da desumanização).

Muitas dessas representações sociais, modos de vidas e estratégias de sobrevivência são retratados por Aparecida Magali de Souza Alvarez et. al. (2011), que relata perspectivas de encontros transformadores com grupos de moradores de rua e de profissionais dos serviços públicos, e também estão presentes, nos artigos de Maria do Carmo Castiglioni (2012), que aborda o estudo de caso de um senhor com deficiência abrigado na cidade de São Paulo, e de Pedro de Andrade Calil Jabour (2015), que buscou compreender as palavras naufragadas (que já nascem com pedidos de socorro) na história de vida de uma moradora de rua de Brasília/DF.

Outra face desse processo de relação dos sujeitos com a rua e com a cidade são exemplificados por Sonia Maria Taddei Ferraz e Bruno Amadei Machado (2014) e Emerson Elias Mehry (2015), quando oferecem análises ao processo de limpeza urbana/humana decorrentes dos preparativos da Copa do Mundo e das Olimpíadas na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Os primeiros autores mencionam que a aproximação de grandes eventos acelera o processo de embelezamento urbano, ocasionando uma limpeza e ocultamento da população pobre e sem-teto, sendo que o recolhimento destas pessoas da rua está associado a ideia de tratamento e criminalização. Já Mehry (2015) reflete sobre as estratégias governamentais e de mercado que constroem populações (com as de rua), com o objetivo de agir sanitário e controle das multidões.

Para este Mehry (2015), a paranoia sanitária age sobre a vida e morte das pessoas em situação de rua, refletindo as estratégias de biopoder e da invenção dos anormais, como teoriza Foucault, tornando-os alvos de uma articulação mórbida entre segurança pública e saúde. No entanto, o autor afirma que as multidões que estão na rua resistem aos territórios de controle identitários, constituindo-se como desviantes ao desejo normalizado da ordem capitalística, em um movimento permanente de produção de diferenças e de possibilidades de biopotência (multiplicidade e não homogeneização).

Pensando na constituição de resistências e na potência das multidões, aparece fortemente na atividade do MNPR/SC a necessidade de ocupação dos espaços cidade, sendo este debate diretamente associado com o tensionamento político dos meios de comunicação e a

desconstrução dos discursos sobre a população em situação de rua. Participantes desse movimento social refletiram que a “mídia mostra somente o que dá ibope”, torna visível a população de rua abordando questões de drogas e violência, adotando uma atitude de “deletar nós, como se não fosse gente”. Apontam como caminho a ser constituído frente a isso, ações de maior proximidade com quem está na rua, reuniões em espaços estratégicos da cidade para articulação das demandas e reivindicações e a criação de meios de comunicação alternativos, a exemplo do Jornal Boca de Rua, o qual pode disseminar as vozes de quem acaba invisibilizado e impedido em seus direitos.

1.3 Rostos escondidos nos espaços urbanos

E que imagens poderíamos retratar das pessoas em situação rua? Questão essa que nos permite reunir outras 23 produções científicas que abordam alguns marcadores sociais das diferenças, relacionadas com o ciclo de vida destes sujeitos (crianças, adolescentes, adultos e idosos) e com as dimensões de sexo/gênero/desejo. Vale o registro da ausência de estudos que analisem a dimensão das relações raciais e dos impactos do racismo na vida destes sujeitos.

Em relação ao tema das crianças e adolescentes em situação de rua, constam inúmeras publicações com a participação da professora Silvia Helena Koller⁷, discutindo principalmente fatores de risco e

⁷ São elas: 1) Estudo descritivo de crianças em situação de rua em Porto Alegre/RS, com Aline Santos e Silva, Caroline Tozzi Reppold, Clarisse Longo dos Santos, Luciano Telles Prade, Milena Rosa Silva e Paola Biasoli Alves (1998); 2) Descrição dos objetivos e concepções sobre infância e adolescência em instituições que prestam acolhimento institucional, autoria de Juliana Prates Santana, Thaís Mesquita Dominelli, Raquel Valente Frosi e Silvia Helena Koller (2005); 3) Estudo sobre os preconceitos de policiais em relação as crianças de

vulnerabilidade dessa população. Os artigos mencionam o caráter multiativo da rua para as crianças, que se configura tanto como de divertimento e convívio com diversos grupos, quanto de opção de trabalho para complementação da renda familiar. Sobre o aspecto da família, os diversos autores comentam que as crianças em situação de rua convivem com diversos arranjos familiares, geralmente não estão abandonadas, mas apresentam laços instáveis e pouca supervisão por parte dos adultos. Quando estas crianças e adolescentes estão em processo de acolhimento institucional, observa-se um contexto de violações intrafamiliares e sociais, como no caso dos agentes de segurança pública (policiais), e da procura pelos serviços como forma de sobrevivência e proteção. Para os adolescentes que estão em abrigos, uma das tarefas citadas é a de lidar com comportamentos de risco, próprios do contexto histórico-cultural dessa faixa etária, e da oferta de políticas e cuidados específicos as suas necessidades.

Deise Matos do Amparo Menezes e Kátia Cristina T. Brasil (1998), em seu trabalho etnográfico em Brasília/DF, acrescentam reflexões envolvendo a dimensão psíquica de crianças e adolescentes, destacando a rua enquanto espaço privado da constituição subjetiva, e de formulação de códigos secretos, alianças e parcerias para estruturação do mundo vivido. Mesmo que a vivência na rua seja marcada pela violência e transgressão, ela também possibilita continência e vínculos, configurando certo paradoxo na construção da identidade destes sujeitos.

Distante dos trabalhos acima, que se referem os modos de vida e as políticas públicas de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua pelo menos do ponto de vista metodológico, está o artigo de Tatiane Nemes Campos, Zilda Aparecida Pereira Del Prette e Almir Del Prette (2000) em que os autores analisam aspectos do desenvolvimento de competências e habilidades de crianças e adolescentes para se adaptar

rua, por Elder Cerqueira-Santos, Sílvia H. Koller, Christian Pilz, Daniela D. Dias e Flávia Wagner (2006); 4) Levantamento de dados sobre dinâmica e configurações familiares das crianças na rua, autores: Simone dos Santos Paludo, Sílvia Helena Koller (2008), e; 5) Relatos de experiências envolvendo a promoção de saúde de adolescentes em abrigos, de Normanda Araújo de Moraes, Camila de Aquino Moraes, Sílvia Reis e Sílvia Helena Koller (2010).

a situações de rua. Ao aplicar o Inventário de Habilidades, Crenças e Sentimentos em meninos de rua da cidade de São Carlos/SP, os autores constataram habilidades referentes a defesa de direitos, de expressar sua opinião, da negociação e recusa (principalmente na convivência com o uso de drogas).

O interessante deste estudo de Campos, Del Prette e Del Prette (2000) sobre habilidades e dinâmicas psíquicas são as argumentações feitas pelos autores em suas conclusões, ressaltando a necessidade de que ao se trabalhar com esta população, devemos considerar seu espaço e desejos, e respeitar suas experiências. Isso posto, aliado ao que teorizam Daniela Tavares Gontijo e Marcelo Medeiros (2009), há o desafio de trazer as crianças e adolescentes para a zona da assistência (enquanto cuidados e direitos) e o engajamento na luta pela redução das desigualdades sociais, uma vez que estes sujeitos por estarem desfiliaados (isolados da atividade produtiva) são tratados de formas desiguais e não considerados humanos.

Tais problemáticas vivenciadas pelas crianças e adolescentes não se apresentam de forma tão diferente com o que acontece com a população adulta e idosa em situação de rua. Uma especificidade dos trabalhos que mencionam estes sujeitos é o questionamento sobre a garantia de direitos ofertados pelas políticas públicas, por ainda apresentarem características de recolhimento, assistencialismo e caridade. Compreensões que estão presentes para Irene Serafino e Lila Cristina Xavier Luz (2015), ao entrevistarem adultos no Rio de Janeiro, para Rosa Gouvea de Sousa e Giovanni Marcos Lovisi (2007) em seu estudo sobre capacidade cognitiva de idosos que estão em albergues na cidade de Campo Grande/RJ e para Flávia Saraiva Leão Fernandes, Milena Veiga Raizer e Ana Cristina Passarella Brêtas (2007), ao proporem descrever características da população idosa em um abrigo de São Paulo/SP.

Nessa mesma linha de pensar os paradoxos entre violências e discriminações e de liberdade e vida presentes nos textos que abordam os ciclos de vida dos sujeitos na rua, estão os que remetem as questões de sexo/gênero/sexualidade. Dentre os artigos que abordam estes marcadores, ganham ênfase as pesquisas relacionadas a população jovem,

de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) e sobre HIV/AIDS.

Daniela Tavares Gontijo e Marcelo Medeiros (2009), ao analisarem as relações de gênero entre jovens de uma capital brasileira, comentam sobre os sentidos envolvendo a construção do masculino e feminino e sua relação com a situação de rua. Dentre alguns dados apresentados, os autores observaram que, para os rapazes, a ida para a rua estava relacionada com a questão de drogas e influências dos amigos, sendo que neste contexto há a valorização das atitudes violentas e um estímulo ao exercício da sexualidade. No caso das mulheres, mencionam histórico de situações de abuso e violência relacionadas a situação de rua, sendo que neste contexto ainda permanece estereótipos de recato às atividades sexuais e de certa dependência masculina (como para o uso de drogas).

No tocante a sexualidade, podemos aproximar as discussões das pesquisas de Luciana de Alcântara Nogueira e Luzia Marta Bellini (2006) sobre modos de pensar de jovens de rua em Maringá, e de Marcelo Medeiros et. al. (2001), identificando aspectos da sexualidade de meninos e meninas em Goiânia/GO. Em síntese, os autores relacionam a sexualidade com as estratégias de sobrevivência, práticas de liberdade e possibilidades de transgressões. Referem como exemplos disso, a referência ao pouco uso de métodos contraceptivos, as constantes trocas de favores sexuais e as práticas homossexuais (principalmente entre os meninos).

Ricardo William Guimarães Machado (2015), ao propor apresentar a realidade vivida por pessoas com orientação sexual e/ou identidade de gênero diversos aos padrões heteronormativos, a partir do contato em um Centro de Triagem para população de rua da cidade do Rio de Janeiro/RJ, reflete sobre os poucos estudos envolvendo grupos LGBT e de como o atendimento dos profissionais nos serviços públicos ignora estas questões. Sobre o público jovem LGBT que vive nas ruas, Marcos Roberto Vieira et. al. (2012)⁸ comenta sobre o estilo de vida

⁸ Este trabalho é um resumo completo publicado nos Anais do X Encontro Regional da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, de São

nômade destes jovens, que envolve: hábitos noturnos, de moradia incerta e moralidade baseada na não fidelidade; a discrição quanto a orientação sexual para evitar violências; práticas homoeróticas não associadas a identidade homossexual; sofrimento de mulheres lésbicas com o fetiche ou desejo masculino de sua correção, e; favorecimento do uso de drogas como forma de diminuir a autocensura e de rompimento do ideal de normalidade heterossexual⁹.

Um dos aspectos que também se relaciona ao contexto dos jovens em situação de rua, sejam eles LGBT ou não, é a vulnerabilidade às doenças sexualmente transmissíveis. Marcos Roberto Vieira Garcia (2013), ao entrevistar jovens que se auto identificaram LGBT em São Paulo, refere que o desrespeito aos direitos humanos, o mercado sexual, o uso de drogas e a discriminação acentuam a vulnerabilidade à infecção por HIV/AIDS. A esses fatores, somam-se, muitas vezes, o nível superficial de compreensão sobre os meios de proteção e o pouco medo da infecção, como mostra o estudo envolvendo jovens em Albergues de Fortaleza/CE promovido por Izaildo Tavares Luna et. al. (2013).

Ainda nesse mote de discussões, Anne Lise Sandoval Silveira Scappaticci e Sergio Luis Blay (2010), em sua revisão sistemática de literatura, analisa estudos sobre a gravidez e a paternidade entre adolescentes sem-teto. Dos dados apresentados, evidenciamos questões sobre as redes de apoio fragmentadas (familiares e institucionais), a gravidez como fator de proteção para deixar a rua e a relação mãe-bebê permeada por ambientes caóticas e de apoio inseguro à criança.

Antes de encerrar esse tópico que envolve os marcadores sociais das diferenças, propomos um alerta a um ponto pouco explorado nas

Paulo, sendo incluído neste artigo por contemplar reflexões inéditas.

⁹ Rita Barradas Barata, Nivaldo Carneiro Junior, Manoel Carlos Sampaio de Almeida Ribeiro e Cássio Silveira (2015), ao descreverem as características sociodemográficas e o estado de saúde em um albergue para população de rua na cidade de São Paulo, referem a realização de entrevistas com pessoas trans (travestis e transexuais), mas não especificam suas experiências e demandas. Atentamos a esse ponto, para refletir sobre a importância da aproximação do MNPR e de maiores pesquisas problematizando a interface das pessoas trans com o contexto da rua.

pesquisas e que de forma incipiente tem se tornado pauta das lutas do MNPR/SC, que se refere as mulheres em situação de Rua. No encontro de planejamento do Movimento, os participantes, em sua maioria homens, comentaram sobre a importância de encontro entre as mulheres da rua para organizar suas demandas e possibilidades de enfrentamentos. Além disso, identificam que as mesmas são as que mais sofrem relações de opressão, a exemplo do machismo, tendo maior risco de sofrer violência e estupro, inclusive lidando com dificuldades cotidianas nos cuidados de si e com o corpo. Tais reflexões tem conduzido a um debate político sobre a importância das discussões de gênero articuladas às reivindicações sobre garantia de direitos.

Destoantes das problematizações de gênero, até por não constar em seus objetivos, estão 03 artigos que abordaram a questão dos homens em situação de rua, todos publicados por Nadja Cristiane Lappann Botti et. al. (2010). Referem a aplicação de questionários para avaliar o padrão de uso de álcool, a prevalência de depressão e de transtornos mentais entre homens em um Centro de Referência a População de Rua de Belo Horizonte/MG. De forma geral, apontam a propensão dos homens ao uso de álcool, devido fatores de socialização, e da ocorrência de ansiedade e depressão como efeito da vivência das iniquidades sociais.

Em um destes trabalhos, os autores acima finalizam refletindo sobre como as decisões políticas e econômicas influenciam as condições de vida das pessoas em situação de rua e contribuem para a cronificação do empobrecimento. Defendem a possibilidade de uma denúncia social que possa promover políticas públicas universais a estes sujeitos. Esta questão nos parece um argumento pertinente para iniciar o próximo tópico.

1.4 A quem cabe reivindicar as vidas que estão na rua?

Mais do que repetir informações sobre os modos de vida e os marcadores da diferença dessa população, o próximo conjunto de 19 artigos, são organizados de forma a problematizar as políticas públicas e a garantia de direitos. Em sua maioria, partem do diálogo com as políticas de saúde, mas acabam abarcando o direito a cidade e outros cenários e políticas sociais, na defesa de modos de (r) existência na rua.

Rubens de Camargo Ferreira Adorno (2011), ao discutir elementos de uma pesquisa etnográfica realizada entre os anos de 2006 e 2008 na cidade de São Paulo/SP, apresenta reflexões sobre o viver na rua, a circulação entre os lugares, os serviços e a gestão pública dos espaços da cidade. O autor aborda a questão das “margens sociais”, para pensar as táticas utilizadas pelas pessoas em situação de rua (os trecheiros, pardais e catadores) para sobreviver ou enfrentar o cotidiano. Neste contexto, tem-se a constituição das malocas (ou mocós), lugares encontrados na cidade que passam a ser coabitados pelos grupos que ali se alimentam, dormem e buscam sobreviver. É contra as malocas que se estabelecem as tramas sanitárias, ações intimidadoras e repressivas, que buscam a fixação da população em equipamentos públicos, sendo que estes que geralmente são abertos ao desconhecido, não oferecem proteção e perpetuam rituais de humilhação.

Adorno, em artigo publicado com Walter Varanda (2004) com base nas informações obtidas a partir da convivência e entrevistas com a população em situação de rua, usuários de serviços públicos em São Paulo/SP, já apontava como estes sujeitos constituem estratégias de superação às ações repressivas e obstáculos da cidade, ocupando os porões da cidade e, com isso, estabelecendo economias paralelas, movimentos itinerários e espaços para constituição de práticas sociais e sexuais. Os autores destacam que evidenciar tais modos de vida e estratégias de sobrevivência pode contribuir para questionar a institucionalização de certas práticas nas políticas públicas voltadas a retirar as pessoas da rua ou promover o descarte social.

Muitas das lógicas higienistas são problematizadas em outras publicações científicas, que apresentam contornos dessa ação sanitária. Um dos pontos transversais das discussões é a crítica aos interesses políticos e financeiros na limpeza urbana, promovidos pelo terceiro setor, instituições privadas e pelo Estado¹⁰. Estão presentes nestas instituições imaginários sociais ligados à visão caritativa e assistencialista¹¹, a reprodução de processos burocráticos e excludentes¹² e, de olhares biologicistas dos profissionais que dificultam o reconhecimento dos direitos da população em situação de rua¹³.

Uma exemplificação deste panorama pode ser encontrada no artigo de Janaína Alves da Silveira Halla e Nelson Filice de Barros (2015), no qual os autores discutem observações feitas em um Consultório na Rua (CnaR). Referem que o processo de exclusão dessa população é reforçado institucionalmente por meio da burocracia, presente desde o agendamento prévio das consultas e inflexibilização dos horários de atendimento, até a exigência de documentos de identidade, comprovante de endereço e do Cartão SUS. Essas tentativas de visibilidades por meio da burocracia acabam se configurando como ações de regulação e controle, que intensificam disparidades sociais e desigualdades no acesso; (hiper) invisibilizando as demandas de quem está na rua.

O que aproxima as reflexões destes artigos que versam sobre questões de direitos é a importância dada as políticas públicas de saúde na tarefa de rompimento dessas ações sanitárias, paliativas e que cronificam a exclusão desta população. Algumas estratégias para isso

¹⁰ Reflexão desenvolvida por Rhavana Pilz Canônico et. al. (2007), a partir de pesquisa em um Centro de Saúde Escola de São Paulo/SC.

¹¹ Eduardo Sodré de Souza, Sandra Regina Vilchez da Silva e Ana Maria Caricari (2007), comentam sobre os imaginários sociais ao conhecer a metodologia de trabalho de 19 instituições que atendem população em situação de rua na cidade de São Paulo/SP.

¹² Questão analisada por Nivaldo Carneiro Junior et. al. (1998), na investigação de um serviço de saúde em São Paulo/SP.

¹³ Maria Terumi Maruyama Kami et. al. (2016), ao entrevistar usuários e profissionais de Consultórios na Rua de Curitiba/PR, comenta sobre os saberes ideológicos que embasam estes processos de trabalho.

estão presente nos trabalhos de Iacã Macerata, José Guilherme Neves Soares e Julia Florêncio Carvalho Ramos (2014) e Nivaldo Carneiro Junior, Christiane Herold de Jesus e Maria Angélica Crevelim (2010), e se referem ao fortalecimento da atenção básica em saúde, ao desafio de ações integradas e intersetoriais, à ética do acolhimento no território e ao acompanhamento das diferenças. As produções de Marcus Vinicius Campos Matraca, Tania Cremonini Araújo-Jorge e Gert Wimmer (2014) e Anderson da Silva Rosa, Maria Gabriela Secco Cavicchioli e Ana Cristina Passarella Brêtas (2005) também contribuem com o debate, uma vez que sugerem a promoção de novas tecnologias sociais, dialógicas e participativas, que se baseiam no afeto, riso, carinho e amor.

Causa-nos afecção, considerando os textos descritos até o momento nesse tópico, as propostas de tensionar possibilidades mais inclusivas nas políticas públicas de saúde, de enfrentamento das discriminações socioinstitucionais. Neste sentido, destaca-se os desafios apontados no que se refere à constituição de processos mais humanizantes, com cuidado emancipador e intercultural, escuta política, práticas de mobilização social e outras visibilidades na gestão das vidas nas margens - a reinvidicação dessas vidas (ADORNO, 2010).

Antes de encerrar as considerações relacionadas as políticas de saúde, registramos os textos publicados que se referem especificamente sobre a saúde mental e ao uso e abuso de álcool e outras drogas. Maria Mercedes Merry Brito (2006), ao refletir sobre os projetos de saúde mental em Belo Horizonte/MG, traz questões sobre o lugar do louco na cidade e da rua como instituição dos excluídos, terreno baldio da cidadania. Com base nisso, sugere que a abordagem e a clínica do atendimento nos serviços substitutivos deve incorporar entendimentos de que o sujeito se faz cidadão quando o espaço público se desdobra e expande às suas particularidades subjetivas, contribuindo assim para promover novos rearranjos subjetivos e modos de vida. Destoante dessa perspectiva que problematiza o campo da saúde mental de saúde mental, está o estudo de José Maria Montiel, Daniel Bartholomeu, Lucas de Francisco Carvalho e Fernando Pessotto (2015) que avaliou problemas de saúde mental e prevalência de transtornos de personalidade em moradores de rua.

Já sobre as políticas públicas envolvendo o uso e abuso de álcool e outras drogas, observa-se uma maior quantidade de artigos que relacionam essa questão com o trabalho realizado nos Consultórios na Rua¹⁴ (CnaR). Os artigos de Elyne Montenegro Engstrom e Mirna Barros Teixeira (2016) e Felicialle Pereira da Silva, Iracema da Silva Frazão e Francisca Márcia Pereira Linhares (2014) procuram descrever as práticas de saúde dos profissionais destes serviços no Rio de Janeiro/RJ e em Recife e Olinda/PE, respectivamente. Fazem referência a complexidade da atenção aos grupos vulneráveis, as lógicas de cuidado, estratégias de redução de danos e, a articulação da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS. No caso da publicação de Rafael De Tilio, Letícia Trombini Vidotto e Pâmela Suelen Galego (2015), esta tem como objetivo identificar os medos e expectativas de pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas, atendidas pelos CnaR do Triângulo Mineiro, destacando medos relacionados a violência do corpo e desamparo pelo uso da droga e expectativas de sair dessa vida e resgatar os vínculos sociais.

Para Maria Eniana Araújo Gomes Pacheco (2014), os princípios que norteiam as práticas no CnaR são de integralidade, ações intersetoriais, respeito as diferenças, promoção direitos humanos, inclusão social e redução de danos. A autora questiona que tais princípios são conflitantes com muitas abordagens higienistas promovidas pelo Estado, como o plano “Crack, é possível vencer!” lançado pelo Governo Federal em 2011, e seu diálogo com as Comunidades Terapêuticas. Frente a isso, a autora defende práticas profissionais pautadas na redução de danos, dialógicas entre profissionais e usuários de drogas, que atentem para a heterogeneidade dos seus modos de consumo, e que possam combater o estigma da pobreza e exclusão, contribuindo para a reelaboração das identidades, a conquista da cidadania e a inclusão social.

Sem dúvidas, ainda temos que refletir sobre as muitas batalhas a serem enfrentadas para garantir condições igualitárias às pessoas que

¹⁴ A única publicação que tratou sobre a temática de álcool e outras drogas, não relacionando com o Consultório na Rua foi de Célia Regina Pessanha Mendes e João Fillipe Horr (2014), que retratam a construção de um projeto terapêutico (na perspectiva do desejo, encorajamento, visibilidade e voz) de um usuário morador de rua de um CAPS AD na cidade de Florianópolis/SC.

estão na rua. Uma delas, quem sabe a mais urgente, é a denúncia das ações sanitárias, violentas e excludentes do Estado brasileiro. Não à toa que uma das falas mais intensas do encontro do MNPR/SC foi: “a fome não é só de comida, mas de políticas públicas e direitos”. Este deve possibilitar novas práticas que não estejam fundadas na lógica da limpeza urbana, na burocracia, normalização e patologização dos corpos, da guerra às drogas, devendo, de fato, assumir integralmente o desafio de reinvidicar tais vidas.

As ações do MNPR/SC foram desenhadas com base no compromisso de gerar participação social, cobrar direitos, pressionar gestores, de lutar pelas vidas que estão na rua e não deixar morrer. Por outro lado, a produção de conhecimento ainda precisa avançar para contemplar certas demandas dessa população, no que se refere a garantia de direitos e políticas públicas. São muitos as pesquisas que debatem o direito a saúde, mas estas ainda precisam avançar na problematização do direito a proteção social (Assistência Social, Centro POP, Albergues), a segurança alimentar (restaurantes populares), a liberdade e respeito (relação com a segurança pública), a moradia (políticas de habitação, aluguel social) e ao trabalho.

1.5 E as pessoas em situação de rua não trabalham?

Especificamente sobre a relação entre a situação de rua e o trabalho, encontramos 04 artigos que abordam se referem a essa questão. No estudo de Ricardo Mendes Mattos, Roberto Heloani, e Ricardo Franklin Ferreira (2008), estes ressaltam os modos reducionistas de acusar as pessoas nessa condição com as únicas responsáveis por suas mazelas. Para entender essa relação, propõem três momentos de discussão: o trabalhador no “olho da rua” devido ao crescimento do desemprego e elevação do custo de vida da população paulistana nos anos 1990; o desassalariamento e informalização, constituindo os “mendigos do real” (terceirização e trabalho precário), e; o processo de rualização

em que os trabalhos realizados não possibilitam a saída da rua. Com base neste panorama, os autores questionam as apostas governamentais voltadas à profissionalização de quem está na rua, apontando a participação em cooperativas e em movimentos sociais como outras possibilidades de resgatar o potencial do trabalhador, engajado coletivamente e construtor da realidade sociais.

No caso das cooperativas, as ações na rua podem se configurar como uma outra forma de trabalho e de agregar valor à própria existência, de viver sem passar pela lógica do mercado. Maria Isabel Garcez Ghirardi et. al. (2005), ao relatar o histórico de uma associação em São Paulo/SP, retoma os princípios da economia solidária (transformação das relações sociais, reconstrução das subjetividades e sustentabilidade econômica), para pensar o desafio político do processo de incubação das cooperativas. Esses desafios se relacionam com a rotatividade das pessoas, a não articulação com outros serviços, a lógica capitalista de emprego e não empoderamento e protagonismo dos sujeitos da cooperativa. O artigo de Ana Amélia C. Magni e Wanda M. R. Günther (2014), ao propor o estudo de caso de 02 cooperativas de catadores de resíduos sólidos urbanos (RSU), em São Paulo/SP, retoma estes desafios, mas os autores destacam que o cooperativismo contribui para a conquista do direito ao trabalho e de visibilidade social, aliado a possibilidade de abandono dos processos de marginalização.

Outro contexto de reivindicação do direito ao trabalho envolve a participação social e as ações dos movimentos sociais, como comenta Renata Meira Veras et. al. (2014), em seu estudo etnográfico, que objetivou conhecer as condições de vida e de trabalho população em situação de rua na cidade de Salvador/BA. Frente alguns dados, que reiteram a quebra de vínculo familiares, a predominância de homens na rua em idade economicamente ativa, com ensino fundamental e qualificação, o estudo aponta a necessidade de ir além das políticas de assistência básica a essa população. Reafirmam as responsabilidades do governo, estado e população, bem como enaltecem as ações do Movimento Nacional da População de Rua – MNPR como forma de pensar a mobilização para qualificação das políticas públicas, que implicaria na articulação de direitos sociais com direitos humanos e de novas relações éticas de respeito.

1.6 Participação enquanto movimento de (r) existência

Poderíamos ter criticado e combatido muitos dos artigos apresentados por privilegiarem olhares sobre a população em situação de rua relacionados a processos de patologização e medicalização, que implicitamente reafirmam preconceitos e ações sanitárias de retirada da rua, que simbolicamente violentam e que fazem morrer possibilidades de existência e resistência. No entanto, nossa proposta de cartografia se estabeleceu na direção das intensidades, aliada a afetos e sensível as diversas possibilidades de avançar na produção de conhecimento e partilha de experiências. Essa composição de afetos, e também de forças, remete “(...) à política de escrita da pesquisa e ao compromisso ético das ações locais que ela poderá doravante sustentar, concorrendo para a criação de um mundo comum e heterogêneo” (KASTRUP; PASSOS, 2013, p.277).

Este processo de costura, remendo, ligação e corte entre as diversas publicações científicas constituem fragmentos de um mapa, apresentando alguns trajetos e iniciando conversas para muitas possibilidades de rotas a se seguir. A todo momento precisamos denunciar as tentativas de limpeza urbana daqueles que tendem a ser representados como mazelas da sociedade (louco, anormal, doente e lixo). E também ir além do que propõem os autores, pois muitas ações e novos saberes são ainda necessários para enfrentar as medidas de internação forçada, do trabalho formal compulsório, da força da lei nas ações de proteção social, da segmentação dos espaços urbanos e de negação das alteridades.

Para essa tarefa, a articulação entre essa diversidade de conhecimentos produzidos com as experiências das pessoas em situação de rua pode intensificar as lutas por reconhecimento, direitos, possibilidade de diferir e de vida. Essa possui ainda mais significado, quando estes sujeitos podem se apropriar, produzir e transformar esses saberes, promovendo formas de governo de si e de (r) existência. Cabe, portanto, considerar o próprio lema incorporado pelo MNPR: “Nada sobre nós, sem nós”! E nesse contexto, os próprios integrantes do

Movimento revelam que apesar da forte opressão, o sentido da luta se faz pela participação social (participar é vida!).

CAPÍTULO 2 – Parte I:

DIALOGOS ENTRE GÊNERO E AS EXPERIÊNCIAS COM AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.

Nosso texto intenta um diálogo com as experiências da população em situação de rua, especificamente àquelas que tenham relação com os “problemas” de gênero. Mas para isso, gostaríamos inicialmente de interrogar certos olhares que possam recair a esses sujeitos, dos discursos que fabricam um outro anormal - criminoso, louco e perverso. Da mesma forma, não nos interessa tornar evidente compreensões que venham a esvaziar as possibilidades de vida nas ruas, fazendo-as desaparecerem nos amontoados de carros, entre as figuras abstratas agitadas e os altos muros acinzentados. Nossa aposta está na direção da potência dos corpos que habitam as ruas das cidades, em sua disposição na produção de acontecimentos e movimentos de resistência e, no entendimento da rua com lugar das experiências, um cruzamento sem fim de saberes, práticas sociais, relações institucionais, processos de objetivação e subjetivação, dos encontros entre os sujeitos

Podemos seguir muitos caminhos ao pretender escrever sobre esses corpos que (r)existem na rua, o que provoca inúmeras inquietações, confusões e dificuldades em ousar traduzir fragmentos da vida que é do outro. Afinal, esse processo também revela e torna evidente as desigualdades sociais existentes entre aquele que escreve, em seu ambiente confortavelmente equipado, e os que cotidianamente inventam modos para sobreviver e resistir, e que se tornam objetos a serem categorizados e estudados. Frente a isso, buscamos constituir outras estratégias para a produção de conhecimentos, que estejam aliadas às possibilidades de problematizações e de experiências com os sujeitos, especificamente nas ações dos participantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, em Santa Catarina – MNPR/SC.

Para inserir as discussões sobre gênero nos contextos de vida das pessoas em situação de rua, registramos o relato de um dos integrantes do

MNPR/SC, que promove uma reflexão necessária a ser percorrida ao longo desse capítulo. O mesmo, ao lembrar de uma colega de rua que há poucos dias havia falecido, recorda que constantemente a convidava para as reuniões do Movimento, e ela sempre afirmava: “se estou na rua é porque não quero seguir normas”. Certamente, muitos significados poderiam ser defendidos pela autora da frase, mas nos apropriamos dela com a intenção de interrogar como a norma (e sua relação com o gênero) pode se configurar um caminho necessário para pensar as condições ou não de reconhecimento, (in) visibilidade e apreensão da vida destes sujeitos.

Mas de que sujeitos pretendemos falar? Como a análise da norma pode nos oferecer elementos para pensar suas vidas? E, principalmente, como resistir à norma pode se configurar uma ação política de reivindicação de certas formas de existência e práticas de liberdade? Ao iniciar o desenho da pesquisa de mestrado, estabelecemos alguns consensos e recortes de como poderíamos promover algumas “respostas” a estas questões. Circunstancialmente decidimos aliar um interesse dos estudos de gênero e masculinidades com um contexto urbano que nos chamava atenção, relacionado ao intenso fluxo de pessoas em situação de rua na região da Grande Florianópolis/SC. Partindo de certa coerência teórica e de algumas justificativas, tínhamos o objetivo inicial de compreender os efeitos das dimensões de gênero nas experiências de homens em situação de rua.

No entanto, o movimento de aproximação com os participantes do MNPR/SC e outras vivências acadêmicas, como o maior contato com perspectivas feministas, contribuíram para torcer e provocar deslocamentos em certas pretensões e anseios de verdades sobre estes sujeitos, suas vidas e possibilidades de resistência. De um lado, acompanhar o histórico de lutas, as ações políticas pela garantia de direitos e os contextos precários de vida da população de rua, nos faziam pensar sobre que experiências eram importantes ser aprendidas/registradas/pesquisadas. E academicamente, cada vez mais, se tornava questionável presumir e/ou restringir o debate em torno da identidade masculina e como a mesma se manifesta nos comportamentos e pode determinar as experiências entre os sujeitos.

Fomos interpelados a buscar mais, pensar de outras formas, traçar novos caminhos, e nos deixarmos ser surpreendidos. As intenções de interrogar sobre a identidade do homem na rua e as políticas de masculinidade foram sendo esvaziadas frente a outros desafios vivenciados com a violência, opressão e aviltamento de direitos dos sujeitos em situação de rua. Acompanhar as reivindicações, demandas e condições de vida anunciadas pelos integrantes do MNPR/SC despertava maior interesse de pesquisa e vontade de engajamento em suas lutas.

Mesmo assim, ao longo deste processo, acompanhamos um crescente movimento em que a dimensão de gênero se intensificou nos debates, nas possibilidades de participação e planejamento das ações do MNPR/SC. Temas como a representatividade e demandas das mulheres na rua, machismo, preconceitos, vivência da sexualidade, entre outros, passaram a ser abordados e enfrentados. E são as experiências relacionadas com estes temas que servem como base para a nossa análise crítica.

E para essa tarefa de análise, consideramos importante localizar que nosso referencial sobre a categoria de gênero não se pauta apenas em descrever as diferenças entre homens e mulheres, o que poderia reforçar as operações de poder que naturalizam posições hegemônicas (binarismos). Mas, como aponta Judith Butler (2014), de tensionar gênero enquanto norma, seja pela produção do campo inteligível dos sujeitos, da instituição de binarismos e de idealização e sedimentação das práticas sociais, como de seu potencial em se constituir como um aparato de desconstrução e desnaturalização de regras e, de reconhecimento das vidas que excedem e quebram com tais regulações.

Precisamos pensar nas condições de apreensão das vidas como a de nossa personagem inicial que foi para a rua para não seguir normas. Dessa forma, abordar gênero pode se tornar uma estratégia de diálogo com a realidade dos sujeitos que estão na rua (fora das normas?), suas experiências, estratégias de sobrevivência e lutas para (r)existir. E em nosso contexto de escrita e reflexões, gênero se estabelece como um elemento transversal, interligando-se às possibilidades de captura de intensidades, do registro dos acontecimentos e de análise das implicações

dos sujeitos (dentre eles o “pesquisador”) com o território e contexto percorrido junto com o MNPR/SC.

Com base nisso, tecer problematizações de gênero com as experiências com a população em situação de rua se relaciona com a estratégia cartográfica, um modo de abordar as “(...) relações, jogos de poder, enfrentamento de forças, lutas, jogos de verdades, enunciações, modos de objetivação, subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade” (PRADO FILHO; TETI, p.47, 2013). Estratégia de pensamento que não se estabelece pela imposição de procedimentos ou roteiros de pesquisas, mas da análise crítica e ação política que acompanha e descreve relações, processos e formas de saber/poder, e que aponta linhas de fuga, rupturas e resistência.

Esse território a ser cartografado contempla os relatos de vida de sujeitos em situação de rua, fragmentos da participação nas reuniões semanais e mobilizações do MNPR/SC (no período entre setembro de 2015 a março de 2017) e em outros contextos que se apropriam da situação de rua (como notícias em meios de comunicação). Momentos que ao serem registrados nesse texto, intentam um conhecimento que esteja em consonância com a heterogeneidade do viver, pautados por uma ética, estética e política que possa desprender rotas repetidas e subverter o que aparece como verdade natural e que aprisionam as diferenças. Possibilidades de construir uma cartografia que rompa com as estratificações (estratégias de reprodução das instâncias estatais) e com as certezas acadêmicas que amortecem os movimentos da multidão, criando com isso:

(...) coeficientes de indeterminação, espaços lisos por onde por meio do conhecimento que nasce das próprias multidões, a vida atinge a sua potência máxima porque pode transformar-se segundo as suas próprias prerrogativas e não mais segundo os autoritarismos do Estado ou do capital. (REGIS; FONSECA, p. 282, 2012).

Frente a essa necessidade de rompimento, um aspecto a ser (re) pensado nesse processo de produção de conhecimento, refere-se ao lugar da experiência. Como destaca Joan Scott (1998), não prescindimos da experiência e devemos abandoná-la quando esta serve para essencializar e ratificar os sujeitos. Para a autora, a experiência é sempre imediatamente algo interpretado e algo que precisa de interpretação (não sendo auto evidente ou direto), sempre contestado e político. O seu estudo interroga os processos de existência dos sujeitos, não se apoiando ou reproduzindo categorias naturalizadas, nem garante a neutralidade do “pesquisador”, pois não se refere a origem de nossa explicação, mas o que queremos explicar.

Pautados nessa perspectiva, abrimos caminhos para tornar visível as experiências com a população de rua, construindo diálogos possíveis com a dimensão de gênero, e investindo no potencial destes em contribuir com movimentos de vida e resistência.

2.1 Histórias sobre gênero contadas na rua

Em nosso contato com os integrantes e as ações do MNPR/SC, no período entre setembro de 2015 e março de 2017, acompanhamos o trabalho com diversos temas, principalmente relacionados ao acesso e qualidade das políticas públicas, as representações em espaços de controle social (assistência social, segurança alimentar, saúde...), denúncias de abuso e agressões (geralmente envolvendo a segurança pública), estratégias de diálogos e mobilização com quem está na rua, projetos em parceria com ONGs e Universidade, entre outros.

Especificamente sobre os temas relacionados com gênero, registramos que no ano de 2015 estes surgiam de forma paralela e desarticulada, envolvendo principalmente a compreensão acerca das demandas e opressões vivenciadas pelas mulheres em situação de rua. A partir de 2016, com a participação mais ativa de mulheres nas reuniões do

MNPR/SC, a presença de apoiadores (em sua maioria estudantes de graduação) que integram movimentos feministas e o interesse de muitos homens em refletir sobre desigualdades que acontecem na rua, as questões de gênero ganharam maior atenção, tornando-se frequentes nos debates, no planejamento das ações e no cuidado com os contextos de representação do Movimento.

É nesse contexto das possibilidades de problematizações de gênero a partir do MNPR/SC que nossa escrita se atenta as experiências com as pessoas em situação de rua, e se estabelece considerando fragmentos (costuras) dos registros desse processo, feitos em diários de campo. Para tal, como primeiro ponto de nossa cartografia, destacamos o diálogo sobre as condições de (r) existência das mulheres em situação de rua. Questão essa recorrente já nos primeiros instantes de nossa participação, e que podem ser apreciadas nas falas de Luis Carlos (apoiador) ao argumentar que “a mulher sofre mais opressão que homem, que tem tido mais visibilidade”, e de Jorge¹⁵ ao apontar que as “mulheres não aguentam, há machismo, e tem a questão da menstruação que é difícil cuidar”.

Embora estes alertas envolvendo as questões da saúde, autocuidado e opressões sejam feitos, em sua maioria, por sujeitos que se identificam como homens, são os relatos das experiências destas mulheres que expressam os desafios enfrentados em seu cotidiano. Nesse sentido, o diálogo com Marlene foi o disparador para nos questionarmos sobre as vivências das mulheres na rua.

¹⁵ Os nomes apresentados neste texto foram alterados de modo a não identificar diretamente os participantes da pesquisa. A escolha destes tiveram como base pessoas em situação de rua identificadas em reportagens (jornais, revistas e blogs) que foram assassinadas e/ou encontradas mortas. Nomes que precisam ser lembrados e que tornam visíveis as relações de poder que intensificam a precarização das vidas que (r) existem na rua. Outra questão que será ressaltada e problematizada posteriormente será a diferença entre os militantes do MNPR/SC (que estão em situação de rua) e apoiadores.

Em 27.11.2015 conheci Marlene e seu companheiro Michel. Estes tinham comparecido ao encontro do MNPR/SC para conversar com uma das apoiadoras. Buscavam auxílio para conseguir um trabalho e arrumar uma casa para morar. Na ocasião, estávamos nos reunindo na sala de reuniões cedida pelo SINE (Sistema Nacional de Emprego) de Florianópolis. Aguardamos boa parte da manhã, até próximo ao meio dia, quando Michel e Marlene foram informados que a apoiadora havia passado mal durante a noite e somente mais tarde outra pessoa iria recebe-los. Aproveitei esse tempo de espera para estabelecer um diálogo com os mesmos. Michel, visivelmente ansioso, demonstrava preocupação em não conseguir retornar em tempo para retirar a fixa do almoço no Centro POP. Em seus relatos, ambos se queixaram de problemas com a guarda municipal, das condições precárias dos serviços públicos (como o pouco auxílio do CAPS Ad), e de certo desgosto em comparecer nas reuniões do Movimento. Com a saída de Michel para fumar, questionei Marlene sobre como era seu processo de estar na rua, que abordou especialmente um contexto de violência às mulheres. Marlene relata que chegou a ir para a delegacia denunciar Michel por agressão, tendo ficado alguns dias no Abrigo, mas que ao retornar para a rua voltou para o parceiro. Aponta que muitas vezes ter um companheiro impede que outros homens possam mexer com a mesma, e com isso recorda um episódio, em que, ao acordar, ainda com efeito do uso de álcool e drogas, precisou de ajuda para se livrar de um cara que estava com a mão sobre sua calcinha. Outra questão que Marlene ressalta é a falta de oportunidade para as mulheres, seja de trabalho ou das pouquíssimas vagas em albergues, o que dificulta ainda mais a saída da rua. Ao término dessa conversa, a mesma saiu fumar na companhia de Michel, sendo que fiquei esperando

com ambos a chegada dos membros do Movimento para o início da reunião, que acabou não se realizando.

Encontramos Marlene apenas uma vez posteriormente a este momento, ao acaso, na última reunião do MNPR/SC em 2015, feita na rua, uma vez que não tivemos acesso a sala do SINE. Brevemente ela nos contou que estava no abrigo municipal, e que, durante aquela semana, uma equipe de TV havia comparecido ao local para realizar entrevistas e entregar doações, sendo que a mesma avaliou que “as pessoas ficam mais sensíveis no Natal”. Refere que lembrou de nossa conversa quando, ao ser questionada pelo repórter sobre o seu desejo para o ano novo, argumentou que queria mais respeito às mulheres na rua. É a expressão dessa ideia de respeito que nos convoca, impacta e faz pensar em responsabilidades. Igualmente, perpassa outras experiências de mulheres na rua, como observado nos seguintes contextos:

Um dos pontos de pauta da reunião em 25.04.2016, que ocorreu na sede do GAPA – Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS, envolveu a questão do uso dos banheiros aos finais de semana, quando os serviços municipais estão fechados. Em outros encontros algumas falas já apontavam alguns desafios quanto ao uso de banheiros e de estratégias para tomar banho, como o uso de uma mangueira na Rodoviária de Florianópolis e/ou conseguir dinheiro para entregar em algum bar ou na praça. Jorge destaca que para o homem é mais fácil achar um lugar para fazer suas necessidades e se limpar, mas para muitas mulheres a questão é mais complicado devido a exposição e assédio, e que soube inclusive de algumas que apesar de estarem menstruadas tiveram que aguardar até a abertura do

Centro POP para usar os banheiros. Sobre essa questão, Graça relata que naquele domingo precisou fazer uso do banheiro, pagando para entrar no Terminal Urbano, e que enquanto estava no local, alguns funcionários homens do local entraram para fazer a limpeza, e ao perceber a presença da mesma não se retiraram, e ainda começaram a fazer ameaças e ofensas, por ser moradora de rua e negra. Como encaminhamento para esse ponto foi levantado a possibilidade de Nota à Prefeitura Municipal informando esses episódios de assédio de gênero e raça e cobrando a disponibilização de banheiros públicos e gratuitos para a população em situação de rua.

(...)

Em 10.10.16, na segunda etapa da reunião do MNPR/SC, continuamos com a oficina de produção do questionário do senso da população em situação de rua. Este questionário faz parte da pesquisa aprovada em parceria com o ICOM – Instituto Comunitário da Grande Florianópolis, a ser aplicada em 2017. Até o momento tinham sido discutidos tópicos referentes a ocupação/profissão, o tempo em que a pessoa está na região (se é fixo ou flutuante), saúde e alimentação, acesso às políticas públicas e instituições (ONGs, igrejas...). Dentre as questões envolvendo a relação com os serviços públicos, um dos pontos que nos chamou atenção envolveu os comentários sobre as gestantes em situação de rua, do quanto não é incomum a perda do filho (seja devido aborto ou pela retirada da criança) e a não realização do acompanhamento pré-natal. Luiz Carlos aponta que em outros Estados, como São Paulo, o consultório na rua acompanha as gestantes, outros serviços até levam alimentos e garantem acolhimento, mas que Florianópolis o Conselho Tutelar - CT tem o costume de retirar, caso a família não ajude ou assuma a guarda. Nesse sentido, Gislane expõe sobre a perda da guarda de

seus filhos, sobre o medo que tinha em fazer o pré-natal pois os profissionais avisavam o CT, e estes vinham tirar a criança. Traz ainda que, em uma das vezes, acabou tendo o bebê na ambulância pois não queria ir ao hospital, sabia que viriam retirar, mas a enfermeira do SAMU acabou informando, e que antes de ter alta hospitalar, dois policiais vieram e a ameaçaram de morte caso não entregasse o filho. Após esses relatos, por sugestão nossa, decidi-se que um dos pontos do questionário contemplaria a saúde da mulher.

Essas histórias contadas Marlene, Graça e Gislane, vividas e interpretadas na singularidade de suas experiências, são também acontecimentos possíveis (não necessariamente determinantes) na vida de outras tantas mulheres na rua. Apontam para as relações de poder e a constituição de práticas sociais que regulam relações institucionais, a convivência com os homens, a escolha (ou não) pela gestação e maternidade e, o cuidado com seu próprio corpo. Ao serem compartilhadas nos encontros do MNPR/SC, provocaram movimentos que percorreram saídas, constituindo possibilidades de ações e modos de resistência. Nesse sentido, ressaltamos duas ações que diretamente foram desenvolvidas considerando as demandas das mulheres. A primeira delas foi a comemoração no dia 08 de março – Dia da Mulher, atividade preparada pelas militantes do Movimento, que proporcionou um dia de embelezamento, sessão de fotos e jantar para aproximadamente 20 participantes. E a segunda, a proposta de uma campanha, promovida em conjunto com acadêmicos do curso de psicologia e direito, que arrecadou e distribuiu produtos para higiene e autocuidado.

Estas ações e outras tantas que passaram a integrar as pautas e o planejamento do MNPR/SC demonstram a preocupação com as condições das mulheres em situação de rua e colocam gênero como uma discussão importante para esse cenário de lutas. No entanto, muitas destas não partiram do engajamento direto das mulheres, mas de propostas feitas aos “berros” pelos homens (apoiadores e integrantes). E esse é um aspecto

que envolve algumas problematizações sobre gênero, lugar de fala e representação, políticas de localização e machismo.

2.2 Instabilidades de conceitos, lugares e privilégios

Considerando um contexto das práticas políticas e teorizações para a análise de gênero, Sandra Harding (1993) aponta sobre a necessidade de estender limites aos conceitos e categorias que tornam visíveis as vidas das mulheres e a visão feminista das relações de gênero. Para a autora, é importante questionar teorias que estabelecem uma única e verdadeira versão da história e da experiência humana, sem considerar a infinidade de mulheres e homens intrincados em complexos históricos de classe, raça e cultura. Esse esquema permanente de construção das explicações se relaciona com a análise proposta por Joan Scott (1990), de que abordar gênero não remete a querer explicar as desigualdades persistentes entre homens e mulheres (diferença sexual), reforçando o caráter fixo e permanente da oposição binária ou atribuindo uma causalidade para as experiências. Envolve o entendimento de gênero como uma forma de significar as relações de poder, elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos.

Desdobrando as proposições acima, podemos fazer com que o conceito de gênero nos ajude a pensar sobre o poder normativo, a constituição das desigualdades sociais (marcadas em sua intersecção), até mesmo na denúncia de violações de direitos humanos. No caso das ações do MNPR/SC, além de contribuir para evidenciar e propor ações voltadas às mulheres, tem tensionado, mesmo que de uma forma não tão contundente, uma discussão que também envolve e implica os sujeitos que se identificam como homens. Dessa forma, apresentamos dois momentos que demonstram tal questão.

Em 16.02.2016 foi proposto um encontro para planejamento e formação de liberação do Movimento nas cidades da Grande Florianópolis, realizado no ICOM. Na segunda etapa da reunião, estava em debate a constituição de parcerias com pessoas e entidades para falar sobre as ações que estavam sendo desenvolvidas e o contexto de vida nas ruas. Luis Carlos (apoiador) destacou a necessidade de ter mais mulheres para falar de suas vivências e, participando do movimento, coisas que os homens só conseguem apontar, mas não sabem de fato como é, questiona o que é ser mulher na rua? Nesse instante, formou-se um grande debate sobre a questão do risco de estupro de mulheres e travestis, do machismo do homem e como algumas mulheres reproduzem essa questão. Observamos inúmeras vezes as acadêmicas de direito pedindo vez para as mulheres que estavam presentes, frente as vozes masculinas exaltadas. Um dos pontos mais polêmicos do debate envolveu o relato de Jorge, que chamou atenção para o olho roxo de sua companheira. Refere que essa machucado aconteceu durante uma discussão, na qual ficou apontando o dedo e por fim atingiu o olho da mesma. Que ao fazer isso ficou assustado, levando-a para registrar um boletim de ocorrência na delegacia. Frente ao relato, Aldmir traz que existem muitas mulheres que se aproveitam dessas situações, fato que gerou várias falas problematizando essa concepção, como a de Luis Carlos (apoiador) sobre ser incomparável a violência do oprimido com a do opressor, a de uma acadêmica sobre a desigualdade entre homens e mulher, e a nossa, questionando o uso da violência como forma de dominação. Em seguida, o assunto foi se dissipando para o diálogo sobre a questão do uso e abuso de drogas.

(...)

Na reunião de 29.08.2016, realizada no GAPA, durante uma discussão mais acalorada envolvendo

a possibilidade de ocupação de espaços urbanos na cidade de Florianópolis, Jorge refere que os homens acabam falando mais alto, sendo instantaneamente interpelado por Cármem, que questiona se o que vale na rua é a lei do homem. Prontamente este argumenta que apesar da violência, os homens têm se organizado para proteger as mulheres, inclusive dando preferência para elas nas filas para almoço e nas doações de roupas.

Esses fragmentos, no contexto de nossa análise crítica, expõem tanto a repetição de práticas sociais quanto as possibilidades para sua contestação, colocando em debate questões envolvendo a violência contra as mulheres, os privilégios masculinos mesmo em condições precárias de vida e, dilemas sobre a representação e a reivindicação da experiência (homens falando sobre mulheres). São aspectos que produzem questionamentos sobre como os homens participam e se relacionam com a sociedade, como também os espaços que ocupam e de que maneira. Quanto a isso, compartilhamos os entendimentos de Juan Carlos Ramirez Rodriguez e Griselda Uribe Vázquez (2008), na defesa de visões pró-feministas de estudo do gênero dos homens, que venham contribuir para tornar visível os privilégios e a dominação masculina, como também de imaginar cenários alternativos para as relações sociais.

No que se refere as violências presentes em suas relações interpessoais, principalmente contra as mulheres, Michael Flood (2008) argumenta que a maioria dos homens não exerce diretamente a violência, mas que acabam tolerando-a, isso devido as normas e crenças de gênero que sustentam a dominação masculina. Frente a isso, algumas possibilidades de enfrentamento consistem em evidenciar as políticas de exclusão vivenciadas por certos homens, como os em situação de rua, e na importância de investir na potência de muitos na promoção de ações locais compromissadas com a não violência e com a transformação social. Noções estas que se apresentam nas falas de Jorge e nos debates com o

MNPR/SC, e que aos poucos compreendem esforços para repensar posturas, denunciam atitudes machistas, potencializam o respeito às mulheres, e tentam promover deslocamentos nas relações que acontecem na rua.

Nesse processo de discussão sobre gênero, outro ponto também apontado na experiência com o Movimento refere-se ao lugar político de fala e da representação. Importante considerar que a grande maioria dos participantes nas reuniões são homens, apoiadores e em situação de rua, que conduzem as ações, decisões, e como dito anteriormente “falam mais alto”. Algumas possibilidades para pensar os desdobramentos dessa questão estão presentes no seguinte relato.

Em 10.10.16, outro momento de polêmica e debate envolveu as dúvidas sobre o processo de aplicação do questionário do senso da população em situação de rua. Alexandre questionou como seria feita a abordagem às mulheres, e argumentou que muitas perguntas sobre sua saúde (menstruação, exames preventivos...) poderiam gerar constrangimentos e reforçar atitudes machistas. As falas em seguida envolveram apontamentos sobre a necessidade treinamento, do consentimento para realização da pesquisa, cuidado ético, e até mesmo a presença de mulheres no momento da abordagem. Nosso comentário a essa questão foi sobre a possibilidade de formular perguntas que não gerassem constrangimentos quando os homens fossem entrevistar as mulheres. Frente ao mesmo, Alexandre rebate alegando se tratar de machismo por termos entendido que somente os homens seriam selecionados como entrevistadores. Bruno (apoiador) traz o quanto fica implícito que os homens iriam aplicar o questionário, sendo que eles são os que mais acessam os serviços e representam o MNPR/SC, e que são os mesmos que estão construindo o questionário, sem a presença de mais

mulheres, de travestis, homossexuais.... Em meio as conversas que se instalaram no momento, Aldmir faz afirmações sobre entender das necessidades e de como lidar com as mulheres, sendo prontamente interpelado por algumas estudantes presentes. O mesmo reage apontando o fato de estar morando na rua e que quase apanha para vir as reuniões, e os outros não, e que não estava sendo ouvido, ficando mais na fala dos apoiadores. Luis Carlos (apoiador) alerta Aldmir sobre a diferença entre jogar polêmicas e assumir compromissos, e Jorge reforça que os apoiadores estão construindo juntos, apesar do incômodo com a pouca participação do povo da rua. Logo em seguida a essa conversa são repassados informes e a reunião se encerra.

Sem pretensões de tecer avaliações sobre as motivações nas falas de Adlmir, ou de propor desculpa para as nossas, interessa-nos colocar em contestação as políticas de localização que regulam os olhares e muitas vezes reafirmam a naturalização de lugares sociais. Como aponta Donna Haraway (1995), o feminismo deve se pautar em uma perspectiva parcial da objetividade, de localização limitada, compreendendo que nossos olhos são ativos na construção de traduções e modos específicos de vida, e que somos responsáveis pelo que aprendemos a ver. Tendo como base o exposto acima, podemos colocar em evidência processos de subjetivação em que, como homens (a exemplo do pesquisado “pesquisador”, que se identifica como homem, branco, classe média), vamos reforçando sistemas de privilégios (sexistas, machistas, racistas...), não reconhecendo, desconsiderando e/ou invisibilizando as experiências de mulheres, pessoas trans (travestis e transexuais), negras, de diferente orientação sexual, e até mesmo das que estão na rua.

Esse debate envolvendo a política de localização também se relaciona como a questão da representação, em que podemos problematizar os limites e a legitimidade para abordar a experiência que

é do outro. Alguns contextos que expõem a fragilidades dos processos de representação estão presentes em lógicas como: homens brigando com homens para falar das demandas e direitos das mulheres, ou de apoiadores do MNPR/SC pautando modos de vida de pessoas que estão na rua, mas voltam para suas casas ao final das reuniões. Butler (2015), nos ajuda a pensar sobre esse ponto quando discute sobre o sujeito do feminismo, apontando que o fundamento político não está em sua identidade, mas em como o sujeito é formado em um campo de poder regulado e encoberto pela afirmação desse fundamento. Temos com isso a possibilidade de compreensão de que esta discussão não exclui a construção com os sujeitos de determinada demanda e/ou ação, mas interroga condutas de pré-julgar, tomar para si, de determinar quem ou como é, e de falar pelo outro (representá-lo).

2.3 Vidas que (r) existem às margens da norma

Pensando na aproximação desse outro de quem se fala, o MNPR/SC recentemente vem fomentando reflexões sobre identidade de gênero e sexualidades e a necessidade de ampliar espaços de representação no Movimento para pessoas trans e LGBT. Poucos são os comentários e proposições de ações que envolvem essas questões, embora se tenha conhecimento de situações na rua que apontem demandas a serem acolhidas. Cabe ressaltar as tentativas que tem se constituído na busca por envolver tais sujeitos, a articulação pontual com instituições voltadas aos direitos humanos, e a participação inicial nas reuniões de uma pessoa que se identifica como travesti.

Quando esses temas surgem ao debate geralmente são permeados de risos e burburinhos entre os participantes das reuniões, a exemplo de quando um dos coordenadores propôs o convite para a representação de uma pessoa homossexual com “visão militante” no Movimento, ou no

relato de um integrante que comenta seu trabalho na pista para pagar algumas dívidas e usar drogas, ou no processo de construção do senso da população de rua em que se pautou a possibilidade de auto declaração dos entrevistados quanto a identidade de gênero e raça. No entanto, são situações que proporcionaram conjecturar sobre as violências contra a população LGBT na rua, os binarismos (masculino e feminino) e o padrão normativo heterossexual, e que podem contribuir para ampliar movimentos que acolham tais demandas, dialoguem com as experiências destas pessoas e promovam engajamento na defesa dos direitos e na liberdade sexual e de gênero.

Alguns trabalhos, como os de Marcos Roberto Vieira Garcia (2010; 2013), apresentam elementos para pensar mais sobre essa realidade, indicando a escassez de estudos sobre a propensão de pessoas LGBTs estarem nas ruas. Estes ressaltam o caráter nômade (migração) dos sujeitos em busca de liberdade pessoal e prosperidade, uma linha de fuga a captura identitária. Identificam ainda conflitos familiares em suas trajetórias de vida devido o rompimento com o padrão heteronormativo, que é agravado pela situação econômica, o sexismo na escola e no trabalho e a relação da sexualidade com o uso de drogas. Quanto à vivência na rua, discutem sobre as vulnerabilidades com o HIV/AIDS, o mercado sexual, o uso de drogas favorecido como forma de diminuir autocensura da orientação sexual e ideal normativo, discríção no comportamento para evitar violências, estupro corretivo de mulheres lésbicas, entre outros. Ainda trazem questionamentos às políticas públicas, que devem reconhecer todas as formas de sociabilidade e promover enfrentamento aos preconceitos e discriminações, não deixando em segundo plano ou ignorando tais demandas nos processos de atendimento.

Embora as ações do MNPR/SC ainda estejam caminhando para abarcar estes contextos de reflexão, gostaríamos de apoiar nosso olhar para essa questão da busca da rua como prática de liberdade, como neste caso da população LGBT. Ao fazer isso, não deixamos de constantemente revelar as relações de poder e produção de vulnerabilidades, mas de imaginar a rua se configurando como um lugar de contestação, espaço de (r) existência para muitos corpos abjetos que fracassaram em materializar a norma. E nesse caso, não somente para àqueles que desejam viver sua

sexualidade e/ou identidade de gênero, mas de todos os modos de vida que não se conformam com normas que violentam, que impedem um governo de si.

Como defende Butler (2006), ninguém deveria ser obrigado a força a ocupar uma norma de gênero na condição de uma violação, uma vez que estas podem inclusive designar o que será ou não uma existência habitável (possibilidade de vida ou morte). Para tanto, precisamos de uma ética que se relacione com a transformação social, mantendo aberto o nosso conceito do que é humano, e do que circunscreve a esfera do que é humanamente inteligível. Isso porque, quando se conhece de antemão o humano dos direitos humanos, já se supõe uma base de direitos e obrigações. Com isso, ao nos voltamos para a população em situação de rua, precisamos apostar politicamente nas possibilidades destes sujeitos afirmarem seus direitos a uma vida habitável, sem uma autorização prévia ou a dependência constante e reiterada de interesses, decretos e “boas intenções” que a possibilite.

2.4 Entre experiências, aprendizados e potência de luta

Nossa aposta de escrita se estabelece considerando a apreensão das vidas na rua e das condições para que estas sejam habitáveis, reconhecendo nos corpos urbanos potencialidades de resistência e de promoção de outras relações sociais. Para tanto, nossas tentativas de diálogos sobre gênero nesse contexto de ações do MNPR/SC perseguem possibilidades de conhecer mais as experiências da população em situação de rua, ao mesmo tempo que busca constituir ferramentas para contribuir com a ação política e luta do Movimento. Para isso, a aproximação com perspectivas feministas de gênero, ao apontar os binarismos, os sistemas de privilégios, as políticas de localização, o direito à vida dos que estão forma da norma, podem produzir outros

acontecimentos no contexto de debate, evidenciando contradições, revendo posturas e atitudes com o outro, e fomentando ações em relação a condições ainda mais subalternas de existir na rua.

Compreendemos que esses diálogos entre as experiências e os conhecimentos ainda envolvem outros tantos cenários, histórias a serem reveladas, conceitos a serem formulados e experiências a serem partilhadas, mas já possuem a força de conduzir mudanças, por menores que sejam. Afinal, um conjunto de desejos foram se interligando de modo a configurar debates necessários sobre a realidade de muitas mulheres na rua, para questionar relações machistas que podem encobrir certos privilégios, da importância de pensar sobre a representação do e entre o Movimento, e da abertura para demandas relacionadas à identidade de gênero e sexualidades. Questões que se conectam a muitas outras demandas e ações a serem propostas pelo MNPR/SC, que também precisam se voltar para a reivindicação da garantia de direitos pelas políticas públicas e da transformação das relações (desiguais e violentas) com a sociedade.

E já apontando sobre a necessidade de discutir sobre direitos humanos, dentre as coisas que temos aprendido com as experiências da população em situação de rua, uma delas se refere a capacidade de resistir às normas que constantemente tentam aprisionar os corpos e que insistem em “varrer” da cidade àquelas subjetividades e modos de vidas que não importam (ao padrão capitalista, heteronormativo, branco...). A outra é a necessidade de pautar o debate sobre nossa capacidade de se vincular eticamente com esse outro, do reconhecimento de suas condições precárias de vida, pois, no fim das contas, há um processo violento de desumanização que precisa ser denunciado. Nesse sentido, precisamos apostar nas possibilidades de agenciamento dos que (r) existem na rua, e nos engajarmos com àquelas que se movimentam para a luta.

CAPÍTULO 2 – PARTE II

POR UM DIREITO À VIDA PARA QUEM (R)EXISTE NA RUA

Para que nossas discussões sobre os direitos humanos e a capacidade de resistência da população em situação de rua não se tornem argumentos retóricos, vazios em suas possibilidades de produzir conhecimentos e de conduzir agenciamentos, propomos nessa segunda parte uma discussão sobre nossa capacidade de nos relacionarmos de forma ética com esse outro na rua e as condições para o reconhecimento de sua potência de (r)existência. Conduzimos essa reflexão pautando-nos em situações que envolvem as vivências com os sujeitos que participam do MNPR/SC, mas também de outras situações, que venham auxiliar na discussão sobre os processos de (des) humanização, (in) visibilidade e promoção de vida (ou de morte).

Momentaneamente a formulação desta proposta, o seguinte acontecimento (que será descrito de forma fictícia) se apresentou de modo a interrogar nossa capacidade de respostas às demandas das pessoas em situação de rua:

A caminho de algum lugar qualquer alguém tenta interromper nosso trajeto. Rapidamente se aproxima e tenta chamar nossa atenção. Ao nos virarmos direcionar nosso olhar para seu rosto, buscando observar as expressões, as roupas e a forma de andar. Identificamos em um movimento automático o que parece ser um “morador de rua”. Seguimos em frente sem parar, evitando uma tentativa de diálogo. Este se apressa, tenta abordar repetidas vezes sem receber uma resposta, por fim,

pede algum dinheiro para que possa se alimentar, cuidar dos filhos, ou outra razão que não foi possível escutar. Afirmamos que não temos como ajudá-lo. Apertamos os bolsos na tentativa de evidenciar uma desculpa. Desculpa disfarçada. A pessoa se afasta, aparentemente contrariada. Seguimos em frente, sem retornar o olhar. Alguns pensamentos e sentimentos atravessam nosso corpo. Logo eles irão passar...

A situação acima descrita acontece repetidas vezes nas cenas urbanas de nossas cidades, modificando-se em seus contextos e possibilidades de respostas. Tendem a revelar a nossa posição, enquanto sujeitos nas sociedades de controle, vivendo “confortavelmente” em nossas casas e em meios as tarefas “sérias” do cotidiano, frente às demandas de alguéms em situação de rua. Mais do que indagar sobre os sentidos que cada um pode atribuir a esta vivência, nosso desejo se move na direção de pensar sobre as condições de produção dos vínculos sociais, e de como estes regulam nossa capacidade de reconhecimento do outro e de sua potência de resistência.

Precisamos, portanto, questionar as regulações produzidas em nossa cultura, os enquadramentos que tornam inteligíveis determinados modos de conceber e se relacionar com aqueles que estão em situação de rua (BUTLER, 2015). Não à toa, ao elaborarmos a cena acima descrita, buscamos traduzir os comportamentos de esquiva, medo, de não escuta e não acolhida, que são reiterados no contato com estes sujeitos. Questões estas que acobertam discursos acostumadas a sedimentar (estratificar) preconceitos, ações higienistas das políticas públicas, práticas violentas e que muitas vezes autorizam a matar. Obviamente que não podemos adotar generalizações, como se as ações sempre fossem voltadas a eliminação das pessoas em situação de rua, no entanto, qual tem sido o preço de nossas desculpas e do silêncio?

Ao circularmos junto com os integrantes do MNPR/SC alguns fragmentos de suas experiências demonstram reivindicações a serem

ouvidas, como as relatadas por Alfredo: “não aguento mais omissão, são vidas de seres humanos, animais são mais bem tratados”; Jorge: “dor maior é violar o corpo para poder comer”; Alexandre: “vão pensar em nós como indivíduos ou como números”; Aldmir: “A grande mídia quer deletar nós”; e Graça: “somos iguais, não tenham medo”. São falas que se apresentaram em momentos e contextos distintos, mas que potencialmente produzem afecções e nos interpelam moralmente, convidando a problematizar que obrigações constituímos com esse outro e quais suas possibilidades de uma vida passível de luto (BUTLER, 2015).

2.5 Reconhecemos as vidas daqueles que existem nas ruas?

Frente a estes relatos que denunciam condições de vida que valem menos que a de animais, que contam apenas como número, que precisam resistir a violações, apagamentos e a imposição de medos, consideramos a importância de uma análise política para pensar a apreensão e o reconhecimento das vidas que estão nas ruas. Para tanto, apoiamo-nos nas reflexões de Judith Butler (2015) sobre a vida precária e os enquadramentos que podem tornar certas vidas mais ou menos passível de luto. Questões que a autora estabelece a partir de uma crítica às guerras contemporâneas, e que são fundamentais para revelar os enquadramentos epistemológicos em que certas vidas nunca serão vividas nem perdidas, uma vez que nem tudo que está vivo é considerado uma vida.

Conforme expõe Butler (2015), o “ser” da vida é constituído por meios seletivos, considerando mecanismos específicos de poder mediante os quais a vida é produzida. Mecanismos que estabelecem enquadramentos que atuam para diferenciar as vidas que serão apreendidas e reconhecidas - protegidas contra as violações e violência, que terão condições de sobreviver e prosperar -, daquelas que não serão.

Nesse sentido, cabe a análise da diferença entre a apreensão das vidas (marcar, registrar, reconhecer sem pleno conhecimento) e as condições que possibilitam seu reconhecimento (vidas que precisam se conformar a certas concepções para se tornarem reconhecíveis).

Se voltarmos nosso olhar para os enquadramentos que estão a nossa disposição para apreender as vidas que estão na rua, podemos configurar um problema ético em definir o que é reconhecer essas vidas que desviam do desejo normalizado da ordem capitalística, como escreve Merhy (2015). Questionamo-nos, dessa forma, as condições em que estes enquadramentos podem garantir um modo inclusivo e igualitário de reconhecimento da precariedade da vida dessas pessoas, ou agem para intensificar vulnerabilidades, reforçar identidades homogeneizadas e servir de justificativas para ações sanitárias e de controle estatal.

Importante ressaltar que, ao abordar a questão da precariedade, não o fazemos com propósito de deslegitimar ou estigmatizar a população em situação de rua, mas de acordo com os argumentos de Butler, ao reconhecer que há uma condição compartilhada da vida humana, e que viver socialmente implica de alguma forma estar nas mãos do outro. Portanto, afirmar que uma vida é precária envolve o reconhecimento que sua manutenção não depende apenas de impulsos internos para viver, mas de fatores sociais e políticos. E uma das condições para uma vida vivível, com capacidade de sobreviver e crescer, envolve sua capacidade de ser passível de luto, ou seja “(...) apenas em condições nas quais a perda tem importância o valor da vida efetivamente (...) a possibilidade de ser enlutada é um pressuposto para toda vida que importa” (BUTLER, p.32, 2015)

Frente a afirmação da vida que é passível de luto, um dos problemas políticos que se apresenta é que muitos não contam como sujeitos, não possuem apoio e condições possibilitadoras para uma vida vivível, e este é um contexto que se relaciona com as experiências que nos contam as pessoas que estão na rua e que estão presentes nas lutas do MNPR/SC. São cotidianas as denúncias de opressão dos agentes de segurança públicas, a criminalização dos seus modos de vida, a insuficiência e ineficiência das políticas públicas, a ausência de comoção social diante das tantas (e violentas) mortes, entre outras situações que

desafiam a capacidade de sobrevivência e o direito a vida de quem está na rua.

Precisamos, portanto, enfrentar os enquadramentos que não viabilizam determinadas vidas e não se implicam na compreensão da precariedade que compartilhamos com esse outro. Tal compreensão pode dialogar com umas de nossas experiências com o MNPR/SC:

Em 11.10.2016, nos reunimos, integrantes e apoiadores do MNPR/SC, para uma mobilização na cidade de São José frente ao fechamento do Centro POP e a precarização dos serviços destinados a população em situação de rua no município. Nosso ponto de encontro foi na área externa (fundos) de um serviço destinado a população idosa, local que estava ocupado e servindo de alojamento para alguns usuários do Centro. Interessante registrar que ao chegarmos neste espaço foi impactante o contraste entre os colchões, roupas estendidas e restos das marmitas utilizadas pela população de rua, e há alguns metros, bem visível, idosos fazendo exercícios em uma piscina coberta e aquecida. Após uma breve conversa neste local, saímos em direção a sede da Prefeitura Municipal para tentar uma reunião com a Secretaria de Assistência Social, com o propósito de garantir medidas emergências de alimentação e higiene, e reivindicar a reabertura do Centro. Apesar da insistência, fomos recebidos pela Secretaria, contudo, antes fomos interpelados por uma funcionária da prefeitura que argumentou que se o Centro POP estava fechado foi devido ao fato dos furtos que ocorreram no local. Na conversa com a gestora, Luis Carlos contextualiza o objetivo da reunião, questiona a culpabilização dos usuários pelo fechamento do Centro e o quanto tais ações acabam “ceifando” as vidas destas pessoas.

Alexandre aponta que buscam, nessa conversa, pensar estratégias de maneira horizontal, e que na cidade quem está na rua sofre uma criminalização pesada (agressão policial e da sociedade) que gera traumas, mágoas e rancor. O mesmo relata ainda que não se consegue efetivar uma rede de direitos, a continuidade dos acompanhamentos e construção de vínculos, uma vez que os serviços sempre estão fechando, e não se constroem junto com o coletivo. José argumenta que se roubaram é porque não estava bom, que olham para quem está na rua como se fossem ratos, como se ficassem o dia todo atrás de crack e por isso merecessem levar paulada da polícia, e traz ainda, que isso não é vida, pois eles são seres humanos, inteligentes e que ainda conseguem ser felizes, e por isso merecem direitos dignos, não só comida e banho. Gislene comenta que nos serviços são tratados como animais, que quando acabaram com o albergue municipal muitos perderam seu emprego por não ter local fixo de residência, e não planejou ficar na rua porque gosta, mas devidos aos mínimos direitos que foram tirados. Frente a estas e outras falas, os encaminhamentos acordados com a Secretaria envolveram a garantia de alimentação e uso de banheiros públicos no período em que o Centro estivesse fechado, e que devido ao término do contrato de local do atual espaço estima-se um prazo de até 60 dias para sua reabertura. Apesar da preocupação demonstrada pela gestora, observamos uma reiteração da questão do furto e o descumprimento das regras pelos usuários.

Por mais que essa situação seja um fragmento de um contexto complexo, envolvendo muitos desdobramentos e embates, utilizamo-nos dela para evidenciar as tentativas, presentes nas lutas do MNPR/SC, em constituir outros marcos que possibilitem reconhecer as vidas de quem

está em situação de rua. Os argumentos apresentados denunciam os processos em que essas vidas acabam sendo desvalorizadas ou inferiorizadas, não tidas como vidas que merecem ser protegidas e cuidadas. Podemos, inclusive, identificar os enquadramentos que ao apostarem na imagem de não confiáveis e/ou marginais, acabam por normatizar as condições e modos de se relacionar com estes sujeitos, e ainda servem de justificativas para a não responsabilização do Estado.

Em um dos momentos do episódio relatado, José questiona: “estão esperando alguém matar para fazer alguma coisa?”. Essa fala nos faz pensar sobre as obrigações que temos com as pessoas que estão em situação de rua, aspecto que contempla mas ultrapassa as pautas voltadas para a defesa do Estado democrático de direitos e a implementação de políticas públicas. Seguindo Butler (2015), compreendemos que estas obrigações implicam em compromissos que venham minimizar a precariedade de maneira igualitária, considerando a oferta de suportes básicos (alimentação, abrigo, trabalho, educação, direito de ir e vir, proteção contra maus-tratos...). Outro aspecto, é a necessidade de repensar o direito à vida, de modo que este seja constituído a partir de laços sociais que nos impelem a assegurar condições de vidas vivíveis e que reconheçam que nenhuma proteção é definitiva contra a destruição.

2.6 Apagamos os rostos e nomes de quem morre na rua?

Ainda sobre os marcos que possibilitam assegurar o direito de vidas enlutadas, entendemos que um dos movimentos necessários para o reconhecimento das vidas da população em situação de rua é o enfrentamento aos modos que intensificam vulnerabilidades e processos de fazer morrer, socialmente ou de fato. Modos estes que operam para produzir invisibilidades e a desumanização de certas vidas precárias. Causa-nos angústia e revolta ouvir repetidas vezes as barbáries acometidas com quem está na rua, como se sua existência e/ou modos de

vida autorizassem a sua eliminação. Não esquecemos a situação envolvendo o índio Galdino Jesus dos Santos¹⁶, queimado vivo em um ponto de ônibus em Brasília, no ano de 1997. Crime praticado por jovens que alegaram em sua defesa, querer dar um susto por se tratar de um mendigo. Por ser identificado como mendigo (e também índio) Gaudino merecia ser assassinado? Justificar se tratar de uma brincadeira contra alguém na rua poderia abonar moral e judicialmente suas penas? Qual foi o alcance da comoção social com esta morte?

Enfim, será que estar na rua é viver na iminência da morte? Seria um tanto mais coerente dialogar com as pessoas que estão nessa situação, compreender como isso se relaciona com suas experiências e os constituem como sujeitos. No entanto, isso não nos impede de propor uma análise crítica para essa questão, pois são muitas as pistas e caminhos para refletir sobre as condições de morte e vida. Dessa forma, apoiamo-nos novamente em Butler, que expõe em seu livro *Vida Precária* (2006), escrito logo após a guerra dos Estados Unidos contra países do Oriente Médio, sobre as formas diferentes pelas quais a vulnerabilidade é repartida entre as populações, como algumas acabam sendo mais expostas a violência arbitrária. A autora defende que uma ética para a não violência deve residir na luta para evitar que o temor e angústia se convertam em um gesto assassino, e na compreensão do quanto é fácil eliminar uma vida humana.

Ao tratar sobre a fragilidade da vida, Butler (2006) argumenta que na esfera pública há uma regulação do que pode aparecer e da aparência, o que contará como vida e como morte lamentável, enfim, o que se estabelece como realidade ou não. Propõe uma análise cultural com a tarefa de descrever da melhor maneira o que será o humano, o sofrimento, bem como as representações públicas dos *rostos*¹⁷ a quem

¹⁶ https://pt.wikipedia.org/wiki/Galdino_Jesus_dos_Santos (acesso em 10 de abril de 2017)

¹⁷ Butler utiliza o conceito de “rosto” com base na teoria proposta por Emmanuel Levinas, para explicar o modo como somos interpelados moralmente pela demanda do outro, a qual não somos livres para rechaçar. Para este autor, o direito de existir do outro tem prioridade sobre o meu, que se define pelo seguinte valor ético: “não matarás, não colocará em perigo a vida do outro”.

será dirigida a guerra. Para a autora, “(...) lo que está privado de rostro o cuyo rostro se nos presenta como el símbolo del mal, nos autoriza a volvernos insensibles ante las vidas que hemos eliminado y cuyo duelo resulta indefinidamente postergado” (p. 21). Butler propõe com isso, que certos *rostos* deveriam ser admitidos na esfera pública, vistos e escutados, a fim de apreender um sentido mais profundo do valor de todas as vidas.

Pensando na violência que se direcionada contra a população em situação de rua (simbólica, física e/ou institucional), não podemos deixar de questionar sobre a não representação de seus rostos. Pessoas que ao terem suas vidas e demandas invisibilizadas na esfera pública tendem a sofrer com o desaparecimento de sua humanidade. É com base nessa reflexão que ao optarmos pela identificação dos participantes de nossa pesquisa, apoiadores e integrantes do MNPR/SC, substituímos seus nomes por outros de pessoas que morreram na rua (entre 2015 e 2016). Vidas perdidas e muitas vezes não choradas, que ganharam matérias em jornais e sites, apesar de outras tantas histórias que são escondidas, de pessoas que nem sequer foram identificadas. Estes são alguns dos nomes que não queremos que sejam esquecidos:

- Alfredo Rangel da Silveira, Cosmorama (SP), encontrado morto sobre uma marquise de um restaurante¹⁸.

- Luis Carlos Ruas, São Paulo (SP), vendedor ambulantes, 53 anos, espancado até a morte ao tentar defender uma moradora de rua que seria travesti¹⁹.

¹⁸ <http://www.diariodaregiao.com.br/cidades/morador-de-rua-%C3%A9-encontrado-morto-em-rio-preto-1.600479>. (Jornal da Região, São José do Rio Preto, 17.11.16).

¹⁹ <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/ambulante-morre-apos-ser-espancado-em-estacao-de-metro-de-sp.ghtml> (Portal O Globo, São Paulo, 25.12.16).

- Cármem Eligia Soares Salceno, Porto Velho (RO), 53 anos, assassinada a pauladas, crime pode ter sido latrocínio²⁰.

- Alexandre Santiago, Florianópolis (SC), homossexual, encontrado nu, com as pernas amarradas e marcas de pedradas. Polícia alega brigas entre moradores de rua, família nega que o mesmo estivesse em situação de rua²¹.

- Gislene Auxiliadora Ribeiro de Souza, Goiânia (GO), 48 anos, morta a facadas quando estava sentada em um ponto de ônibus²².

- Jorge Willian Galvão de Almeida, Blumenau (SC), 22 anos, supostamente usuário de drogas, corpo encontrado carbonizado após três homens atarem fogo²³.

- Graça, Petrolina (PE), morta com uma pedrada na cabeça²⁴.

- Marlene Bernadete da Silva, Teresina (PI), morta a facadas após briga com outra moradora de rua²⁵.

²⁰ <http://www.rondoniaoativo.com/noticia/mulher-em-situacao-de-rua-e-brutalmente-assassinada-na-regiao-central/141481> (Rondoniaoativo, 02.01.16).

²¹ <http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2016/03/homem-e-encontrado-morto-a-pedradas-no-centro-de-florianopolis-4991294.html> (Hora de Santa Catarina, 06.03.2016)

²² <http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/07/video-mostra-momento-em-que-moradora-de-rua-e-morta-em-goiania.html> (Portal O Globo, Goiás, 18.07.2016).

²³ <http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2016/09/corpo-de-morador-de-rua-e-encontrado-carbonizado-no-centro-de-blumenau-7465220.html> (Jornal de Santa Catarina, 15.09.2016)

²⁴ <http://www.carlosbritto.com/mulher-e-morta-com-pedrada-na-cabeca-em-cabrobo/> (Blog do Carlos Brito, Pernambuco, 13.07.2015).

²⁵ <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2016/07/moradora-de-rua-e-morta-com-golpe-de-faca-apos-confusao-em-teresina.html> (Portal O Globo, Piauí, 13.07.2016).

- Michel, Cruzeiro (SP), 32 anos, morto a pancadas por 30 pessoas enquanto dormia em uma praça (linchamento)²⁶.

- Sheila de Oliveira Mendes, Jundiá (SP), 24 anos, usuária de drogas e moradora de rua, encontrada morta com lesão na cabeça²⁷.

- Aldmir Anselmo Alencar de Souza, Juiz de Fora (MG), 64 anos, faleceu em decorrência de hipotermia por baixa temperatura²⁸.

- José Januário da Silva, Belo Horizonte (MG), 57 anos, assassinado com chutes na cabeça, autor do crime ainda não localizado²⁹.

Ao utilizar destes nomes e histórias, não nos pautamos em uma premissa estatística e/ou sensacionalista, mas com o objetivo político de visibilizar algumas vidas que não resistiram à guerra, não a que se estabelece de forma geopolítica e imperial, mas aquela que é travada cotidianamente contra certas diferenças de classe, raça, gênero, uso de drogas, entre outros marcadores inteligíveis a quem está na rua. Uma questão interessante ao ler tais reportagens, ou até mesmo presente nos relatos dos integrantes do Movimento, é o quanto muitos dos assassinatos são cometidos com requintes de crueldade, não sendo poucos os casos em

²⁶ <http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2016/10/pelo-menos-30-agrediram-morador-de-rua-morto-em-cruzeiro-diz-policia.html> (Portal o Globo, Paraíba, 18.10.2016).

²⁷ <http://www.diarioi.com.br/2016/10/06/mulher-de-24-anos-e-encontrada-morta-no-jardim-mexico/> (Diárioi, 06.10.2016).

²⁸ <http://www.tribunademinas.com.br/idoso-que-dormia-na-rua-e-encontrado-morto/> (Tribuna de Minas, 26.05.2016).

²⁹

http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/02/01/interna_gerais,730338/morador-de-rua-morto-com-chutes-na-cabeca-em-bh-e-identificado.shtml (Portal EM, Minas Gerais, 01.02.2016).

que a face da pessoa foi desfigurada. Refletimos com isso, que tais mortes estão acompanhadas de gestos que acabam impossibilitando o reconhecimento desse outro, seu sofrimento e o registro da dor infringida, arrancando seu rosto e a possibilidade da apreensão de sua humanidade.

Ao estar junto com o MNPR/SC, acompanhamos muitas ações que buscaram apresentar outros enquadramentos para a população em situação de rua, através do diálogo com a sociedade civil, universidades, políticas públicas, mídia, contando suas histórias, reivindicando direitos e fazendo ouvir suas estratégias de (r)existência. São iniciativas que buscam despertar a compreensão e respostas para o que é precário em suas vidas, as agonias e vulnerabilidades. Tentativas que contribuem eticamente na luta contra o primeiro impulso de matar o outro e dos perigos da autoconservação em contextos de violência e guerra, como discute Levinas referenciado por Butler.

Para a autora, devemos nos voltar para o campo da representação em que a humanização e desumanização dos rostos ocorrem, uma vez que muitos correm riscos de serem tratados como menos humanos e não levados em conta, por não gozarem de representação ou não poderem se autorrepresentar. Dessa forma, constitui-se como tarefa para o pensamento crítico possibilitar modos de visão e escuta dentro da esfera pública que questionem os esquemas normativos que conferem inteligibilidade sobre o que será tido como humano, como vida vivível e morte lamentável (BUTLER, 2006).

Precisamos nos engajar em lutas para representar outras imagens sobre quem está na rua, transmitindo o horror e sofrimento infringido aos mesmos, que se estabelece em os contextos que ocasionam o desaparecimento do humano (enquadres de marginalização, higienização e criminalização), mas também almejando outros limites do que podemos pensar, escutar, ver e sentir. Nesse sentido, nossa discussão almeja ir para além de uma sensibilidade sobre mortes possíveis, tentando abarcar reflexões sobre a potência dos encontros com estes sujeitos, na ética e estética de suas existências.

2.7 Estar na rua pode se constituir como prática de liberdade?

Precisamos falar sobre as vidas de pessoas em situação de rua que sobrevivem em contextos que pouco ou nada se investe. Mesmo com o reconhecimento de direitos constitucionais pelo Estado brasileiro, a partir do Decreto 7.053 de 23/11/2009, sancionado pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, que institui Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, poucas são as estratégias governamentais que adotam os princípios nela expressos. A promoção da dignidade humana, igualdade, respeito a vida e as diferenças (origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência), cidadania, convivência familiar e comunitária, atendimento integral e universal, acontece em um campo de disputas, rivalizando muitas vezes com relações de poder que buscam promover o governo do outro (a dominação e abuso do poder que atravessam políticas voltadas à retirada forçada da rua ou até mesmo em sua eliminação/morte).

Mesmo sendo privados de rostos, impedidos de ser representados na esfera pública e envoltos pelos símbolos do mal (perigosos), estes sujeitos reivindicam seus direitos, e fazem mais que isso, resistem as normas para reafirmar sua existência. Independente dos processos que os levam a estar e permanecer na rua, pois não nos importa reforçar binarismos entre as escolhas ou a falta delas, consideramos que enquanto estiverem nessa situação, é fundamental investir nas condições de possibilidades para o cuidado de si enquanto prática de liberdade. A rua como lugar dos desejos, da solidariedade, da ética, da amizade, de outras verdades.

A ideia do cuidado de si está relacionada com as proposições de Michel Foucault sobre o uso dos prazeres e as técnicas de si. Embora o autor estabeleça uma problematização acerca do dispositivo da sexualidade, historicizando sobre o poder pastoral e posteriormente os saberes médicos, psicológicos e educativos que provocaram sistemas de interdições e faltas às possibilidades de transgressão, nos interessa as

apostas feitas na promoção de uma ética (enquanto exercício filosófico) em que o sujeito possa pensar sua própria história, de modo diverso e livre em seu pensamento. Baseando-se na cultura grega e greco-latina sobre a liberdade no uso dos prazeres, propõe a retoma de práticas pelas quais os indivíduos podiam tornar a si mesmos como sujeito moral³⁰ de sua própria conduta, buscando “(...) transformar-se, modificar-se em seu singular, e fazer da sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e que correspondam a certos critérios de estilo” (FOUCAULT, 2015, p.193).

Nosso encontro com Sheila, em uma das reuniões do MNPR/SC, em maio de 2016, foi um dos disparadores para aliarmos as reflexões de nossas experiências com o que propõe Foucault sobre as técnicas de si. Na ocasião, se estabeleceu uma mediação entre Sheila e articuladores do Ocupa Minc, uma vez que a mesma tinha sido expulsa das ocupações que defendiam a manutenção do Ministério da Cultura (naquele momento extinto após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff). Segue abaixo fragmentos das anotações deste encontro:

Em 30.05.16 dentre os pontos de pautas da reunião, tivemos a presença de Sheila e um membro da coordenação de segurança do OcupaMinc. Sheila, visivelmente agitada e emocionada, apontava que haviam feito uma assembleia que decidiu por sua

³⁰ Para Foucault (2016; 1998) a questão na moral não se relaciona apenas com a sujeição e a obrigação de colocar certas regras, leis ou valores em prática, mas enquanto ação, implica na relação com o real, com os códigos ao qual ela se refere e uma certa relação consigo mesmo. A depender das condições que circunscrevem e constituem os sujeitos da moral será determinado um certo modo de ser e de cumprimento da moral, que agirá sobre o mesmo, levando-o a se conhecer, controlar e transformar. Diferente de códigos jurídicos ou costumes na atualidade que definem o que será permitido e proibido, em contrapartida as reflexões morais na antiguidade grega eram mais orientadas para as práticas de si, possibilidades de ser livre de alguma escravidão interna de seus desejos e atingindo a perfeita soberania sobre si mesmo (gozo pleno de si).

expulsão, isso porque, tinha se defendido dos maltratos de outras integrantes. A mesma ainda argumentou que estava contribuindo desde o início do processo e não foi escutada durante os acontecimentos. O membro da ocupação defendeu que tentaram falar com a mesma, apesar da agressividade, pede ajuda do MNPR para pensar estratégias de diálogo tanto com Sheila quanto com outras pessoas em situação de rua que acabaram se inseriram na busca por alimentação, uso de banheiros e alojamento. Jorge propõe ir até o local conversar com as demais pessoas em situação de rua orientando quanto aos objetivos da mobilização, e sobre Sheila indica uma possível reaproximação com a ocupação, e menciona que esta deve se reconhecer enquanto moradora de rua e trazer suas demandas e potência de luta para o MNPR/SC. Nosso comentário a essa questão foi buscando a possibilidade de o grupo da ocupação ouvir o contraditório, a escuta das pessoas que estão em situação de rua, e que as ações que buscam a defesa da democracia precisam lidar com as diferenças. Ao final da pauta, Sheila ainda se mostra contrária às histórias relatadas pelo representante do OcupaMinc, e pede para declamar o seguinte poema³¹:

(...) Anos e anos de transmutação na matéria deixaram a humanidade assim na boca da noite há beira do kaos...E seriam preziosos 1000 línguas de fogo queimando na escuridão para reentramos novamente em sintonia com a verdadeira felicidade de viver.

Toda vez que a vida me parece sem saída... eu procuro logo me lembrar das magicas de um velho

³¹ Após a reunião Sheila entregou uma versão escrita do poema (Anexo 2), a qual transcrevemos neste capítulo respeitando a ortografia, concordância e reinterpretação da versão original deste.

alquimista de que um dia o ser humano ao pó retornará.

De que valem as vaidades o orgulho e a violência tudo isso o vento varrerá. E viverá a vida em meio a tempestade aquele que não conjugou o verbo amar (...)

14 Biss – A luz da esquina de minas

Não reencontramos Sheila após esse episódio, nem sabemos dos desdobramentos que se seguiram com a ocupação, embora esta ação tenha finalizado e o Ministério recomposto. No entanto, para nós permanece o registro dos relatos e do poema declamado pela mesma, como se sinalizassem a defesa da sua própria história, de sua humanidade, da possibilidade de se autorrepresentar e resistir. Refletimos também que a participação em movimentos sociais oferta condições para que os sujeitos possam estabelecer outras estratégias de pensamento sobre suas vidas e realidades, outros processos de objetivação, subjetivação e relação consigo.

Essas condições para pensar sobre as suas próprias existências envolvem novas relações de poder para o cuidado de si, uma ética que reflete práticas de liberdade. Como aponta Foucault (2015), não há um sujeito soberano, fundador e universal, visto que este se constitui por práticas de sujeição ou de liberação, a partir de regras, estilos e convenções dispostos em nosso meio cultural. Mesmo em estados de dominação, há resistência, e é aí que a liberdade é possível, sendo em si mesmo uma ação política. O sujeito livre é aquele que cuida adequadamente de si, e ao mesmo tempo se conduz adequadamente na relação com os outros e para os outros, sem promover escravidão (abuso do poder).

Ainda sobre a questão da ética, Butler (2015) oferece alguns contrapontos a Foucault, principalmente envolvendo a relação com o outro. Inicialmente a autora reafirma a crítica aos regimes de verdade que

produzem uma relação com as normas e consigo mesmo (conhecimento de si) e que regulam a própria capacidade de fazer um relato de mim mesmo. Contudo, questiona que ao fazer essa crítica, podemos colocar em risco os marcos que possibilitam o nosso reconhecimento pelo outro. Dessa forma, Foucault não questiona quem é outro e como devemos tratá-lo, não investe na análise dos enquadres normativos entre o “eu” e o “tu”, e nas lutas contra as normas.

Como define Butler não há relação ética se não há você ou se o você não pode ser ouvido, nem visto. A ética não depende somente de como somos interpelados pelos outros, mas precisa de uma crítica social de como certos afetos são produzidos. Pensando nos rostos das pessoas que nos param na rua, como na primeira situação apresentada em nosso texto, compreendemos que nossa capacidade de respostas as demandas destes sujeitos não se estabelece de forma individual, mas a partir de enquadramentos que permitem uma relação com esse outro e comigo mesmo. Para tanto, devemos nos interrogar sobre como nos constituímos e as relações de responsabilidade ética com o outro.

Configura-se como uma das tarefas para a crítica social o questionamento da produção de uma certa melancolia, presente nas relações com a população em situação de rua, que impede a promoção de vínculos e afecções com suas vidas. Melancolia esta que busca levar o sujeito a aceitar ser habitado por um discurso que não é seu mas que o constitui, a conformar tipos fixos de comportamento, a aceitar a impossibilidade de algumas ações e a assumir certos medos. Assim sendo, antes de reagirmos com base em pretensões universais, que violentam o eu e o outro, precisamos nos arriscar nos momentos desconhecidos e estar dispostos à:

Sermos desfeitos pelo outro é uma necessidade primária, uma angústia, sem dúvida, mas também uma oportunidade de sermos interpelados, reivindicados, vinculados ao que não somos, mas também de sermos movidos, impelidos a agir,

interpelarmos a nós mesmos em outro lugar e assim, abandonarmos o “eu” autossuficiente como um tipo de posse (BUTLER, 2015, p. 171).

Nos desfazer em relações aos outros é um caminho para a responsabilização ética e chance de nos tornarmos humanos. Podemos, então, optar por não ignorar os rostos que nos param para pedir dinheiro nas ruas, escutar seus pedidos, buscando analisar como somos interpelados e quais serão nossas respostas. E afinal, dar ou não dinheiro? Não sabemos. Contudo, dispostos a um encontro com o outro, muitas coisas são possíveis de serem aprendidas, acolhidas e encaminhadas. Nesse sentido, podemos ainda nos pautar no respeito, reconhecimento e/ou engajamento em outras ações, como as do MNPR/SC. Gritos de luta como: “Nada sobre nós sem nós”, “Vocês tiram meus direitos e eu tiro o seu sossego”, “A população de rua não é paisagem, também está na luta”, “Na luta por direitos, falta, falta, falta, abrigo, paz e emprego. A rua avança sem nada a Temer”, nos convocam para uma responsabilidade com sua (r)existência.

2.8 E quando as pessoas em situação de rua olham de volta?

Que possamos constituir laços sociais que reconheçam a precariedade de suas vidas, protegendo-os de violações, dos descasos e apagamentos. Condições para que possam sobreviver e prosperar, apesar da violência arbitrária e das tentativas de eliminar sua humanidade. Responsabilidades com o outro sem visar a sua dominação e/ou escravidão dos desejos. Enfim, que estes possam ser sujeitos livres, questionadores das (nossas) verdades e livres para pensar sobre suas vidas.

Não podemos defender direitos humanos para pessoas em situação de rua, sem possibilitar novos enquadramentos, aberturas para ver e escutar a alteridade. A não violência como uma condição ética aposta na solidariedade e responsabilidades que envolve as vidas precárias (o eu e o outro). Precisamos nos movimentar enquanto multidões, como aponta Mehry (2015, p.43), reafirmando multiplicidades e formas inovadoras de existir e denunciando o olhar homogeneizador de uma política de Estado (relações de saber-poder) que quer tornar tudo o mesmo; anormal desejante é o capital!

CAPÍTULO 3:

MENOS REPRESSÃO E VIOLÊNCIA, MAIS LIBERDADE E DIREITOS

Não conhecíamos Rita, muito menos sua história e lutas, mas a seguinte frase, estampada na capa da edição n. 62 do Jornal Boca de Rua de Porto Alegre/RS, nos persegue na proposta deste último capítulo: “Não posso ir na reunião pois preciso fazer um curativo no coração” (Anexo 3). Segundo consta a manchete, foi com tal frase que Rita se despediu dos colegas de jornal pouco antes de ser internada, vindo posteriormente a falecer em decorrência de complicações provocadas pela tuberculose. Queremos oportunamente com tal frase falar das dores, dos curativos e corações partidos, sejam eles dos afetos em nossas experiências com as pessoas em situação de rua, quanto para constituir nossos argumentos para uma denúncia social.

Denúncia do que é vivido cotidianamente por estas pessoas e geralmente ocultado pelos enquadramentos que reforçam a desumanização e criminalização das vidas que (r)existem na rua. Não vamos, portanto, ficar sem dizer e/ou deixar de somar com as ações dos militantes do MNPR/SC que buscam incessantemente a defesa dos direitos, o exercício do controle social e a reivindicação das vidas dos companheiros que estão na rua. Afinal, em “terras” de *slogans* como: “Não dê esmolas, dê oportunidades”, precisamos problematizar e combater as oportunidades que se revelam violentas.

E o que fazer frente a essas violências? Tal pergunta nos faz pensar muito sobre os encontros com as pessoas em situação rua, e por mais elaboradas que sejam as reflexões anteriores e as que seguirão nesta escrita, a sensação de sofrimento diante das injustiças não conseguirá (ou terá a pretensão de) ser traduzida. Para tanto, é incomparável abordar a dor do observador, que muitas vezes assiste e busca timidamente se implicar (a exemplo de nosso processo de pesquisa), com a do humano, que resiste, insiste e persiste, apesar do coração partido. Eis, portanto,

nossa opção provisória (tentativa) de uma análise crítica que sirva como alerta destas violências ao leitor, e que possa se aliar a possibilidades de resistências e luta do MNPR/SC.

Até poderíamos abordar mais suscintamente os episódios de violência e agressão com e entre pessoas que estão na rua, mas o que nos importa agora é colocar em evidência as ações do Estado e as políticas de governo para levar o “bem” a vida destes sujeitos. Queremos apresentar e discutir sobre as condições que são ofertadas pelas políticas públicas, com certo destaque para as ações de (in)segurança e repressão policial. Eis um interessante exemplo para aquecer nossa discussão:

Florianópolis

possui uma rede de serviços de **Assistência Social**

VOCÊ SABIA ?

A rede de serviços de assistência social do município de Florianópolis oferece cerca de 140 vagas para a população de rua, entre o albergue, as casas de apoio social do Centro e do Jardim Atlântico e os serviços da rede privada.

Nestes espaços os usuários têm direito a alimentação, banho, moradia e atendimento psicossocial para os encaminhamentos necessários a reestruturação do indivíduo.



Não dê esmola, dê oportunidade!

Quando você doa dinheiro ou alimento, você estimula a pessoa em situação de rua à mendicância e a permanecer na situação onde se encontra.

O seu dinheiro serve somente para alimentar o vício da droga e do álcool.

Queremos incentivar o uso adequado e comunitário dos espaços públicos, oferecer oportunidades reais e garantir os direitos da população em situação de rua. Isso vai muito além do assistencialismo e do voluntarismo.

Pessoas em situação de Rua

COMO DEVEMOS AGIR ?

Em situação de necessidade:

ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Centro POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
Fone: (48) 3223-8824 / 3223-2549
Horário de Atendimento: 8h às 19h

VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA

Ministério Público/SC
Centro de Apoio Op. dos Direitos Humanos
Fone: (48) 3330-9401
Horário de Atendimento: 12h às 19h

Em casos de:

DESORDEN OU OCUPAÇÃO IRREGULAR DO ESPAÇO PÚBLICO MUNICIPAL

Guarda Municipal de Florianópolis
Fone: 153
Horário de Atendimento: 6h às 8h

CRIME (ROUBO/ FURTO/ INVASÃO DE PROPRIEDADE)

Polícia Militar/SC
Fone: 198

ABORDAGEM SOCIAL

(48) 9957-2147

Horário de Atendimento: de segunda a sexta das 8h às 19h e sábado das 9h às 19h.

REALIZAÇÃO





CONSEG - 328
Centro de Florianópolis
consegcentropolis@gmail.com | /consegcentropolis

APÓIO









Conselho Comunitário de Segurança do Centro de Florianópolis
CONSEG - 328



Polícia Comunitária

Imagem 1: Campanha “Não dê esmolas, dê oportunidades”

Primeiramente, antes de pensar no conteúdo expresso pelo folder, importante considerarmos os seus enquadramentos. Trata-se de material amplamente divulgado na cidade de Florianópolis/SC, promovido pelo Conselho de Segurança – CONSEG, Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL e Servido de Proteção ao Crédito – SPC, em parceria com órgãos de segurança (polícia civil, polícia militar e guarda municipal), uma empresa de turismo e um restaurante. Pausa para reflexão/indignação. Continuando. Sem a pretensão de já presumir a parcialidade desta campanha, precisamos compreender mais sobre o objetivo de “conscientizar” moradores e comerciantes em como ajudar a população em situação de rua, nesse caso, através do incentivo à procura da rede de serviços do município, em ocupar “adequadamente” os espaços públicos e evitar “esmolos” que servem unicamente para a compra de álcool e drogas.

Pensando mais sobre esses objetivos, questionamos quais seriam os critérios para ocupar adequadamente os espaços públicos, ou melhor, quem pode circular nestes contextos sem encontrar-se na iminência da intervenção autorizada do Estado. Nesse sentido, ao propor que se evite dar esmolos, devido o incentivo a compra e uso de drogas, é como se propagasse uma concepção restrita, mas bastante difundida, sobre a população em situação de rua. Se pudéssemos reformular as perguntas no folder (Você Sabia? Como devemos agir?), deflagrando os seus enquadramentos, ficariam da seguinte maneira: você sabia que é preciso retirar as pessoas da rua? E que devemos agir com essa população chamando a polícia e guarda municipal?

Certo, quem sabe essas perguntas não representem “adequadamente” as pretensões dos órgãos que promovem o Folder, pois apesar do destaque a ação da segurança pública, até mencionam as violações de direitos humanos, as políticas públicas (abrigo e Centro POP), e a necessidade de romper com assistencialismo e promover a reestruturação do indivíduo. Mas frente a isso, nossa vontade é de contar algumas coisas:

3.1 Por que vocês não buscam por atendimento nas políticas públicas?

Podemos facilmente identificar que uma das linhas de frente das ações do MNPR/SC têm sido o debate sobre as políticas públicas destinadas a efetivar os direitos da população em situação de rua, como prevê o Decreto n. 7.053/2009. Para tanto, muito se tem lutado para a criação, implementação ou garantia da qualidade de equipamentos e serviços públicos. Especificamente no contexto da região da Grande Florianópolis, é inegável a constituição de políticas nas áreas da assistência social (Centro Pop, Abrigo Municipal), saúde (Consultório na Rua, Unidade de Saúde de referência, CAPS), entre outras iniciativas mais pontuais. Contudo, ainda são incipientes, para não dizer inexistentes, ações voltadas à educação, trabalho, habitação (aluguel social, ocupações, Minha Casa Minha Vida), cultura e segurança alimentar (restaurante popular).

Já que pouco temos a abordar do que ainda precisa ser constituído, voltamos nosso olhar aos movimentos para a manutenção e qualificação dos equipamentos e serviços existentes. Nesse sentido, nossa participação em uma das reuniões do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua (CIAMPRua) da cidade de Florianópolis³², em 08.08.2016, contribuí para apresentar um panorama dos principais desafios em relação as políticas públicas. Dentre os pontos de pauta da reunião estavam: revisão do Regimento Interno; ausência de médico no consultório na rua; projeto intersetorial entre saúde e assistência social;

³² O Comitê Intersetorial é um dispositivo previsto pelo Decreto n. 7.053/2009, com a responsabilidade pelo acompanhamento, assessoramento e monitoramento da política voltada para a população em situação de rua. Em Florianópolis, o mesmo foi instituído no ano de 2013, a partir do Decreto Municipal nº 11.624, sendo formado por um grupo de 10 entidades governamentais e 10 não governamentais. Nas cidades de São José, Palhoça e Biguaçu, existem ações para a implementação do CIAMPRua.

capacitação dos educadores; ações para o dia nacional de luta da população em situação de rua, em 19 de agosto; recolhimento dos pertences das pessoas na rua, feitos pela polícia militar, guarda municipal e Companhia Melhoramentos da Capital (Comcap), responsável pela coleta de resíduos sólidos e limpeza pública, e; funcionamento do Centro POP.

No que se refere as políticas de saúde, o ponto abordado no CIAMPRua se referia ao pedido de demissão do médico do Consultório na Rua, o que implicou na não continuidade de muitos atendimentos e dificuldades na articulação com as equipes de estratégia de saúde da família – ESF. Na ocasião, o encaminhamento foi levar a questão para o Conselho Municipal de Saúde. Lembramos, contudo, que um ano antes, em 28.09.2015, essa situação já tinha sido apresentada em encontro realizado com a Secretaria de Estado de Saúde, gestores dos serviços de saúde de Florianópolis e Ministério da Saúde. Expõe-se, nesse caso do Consultório na Rua, mas que se aplica a outros contextos, a descontinuidade persistente na constituição das equipes e no acesso dos usuários aos serviços. E sobre o acesso, ainda que se considere os avanços em alguns aspectos, como a não exigência de documentação e comprovação de residência, muitos serviços ainda não conseguem ofertar estratégias de cuidado³³.

Referente à falta de acesso e inexistência de serviços, observamos que as demandas relacionadas ao uso e abuso de drogas são questões críticas e sensíveis para o cuidado em saúde da população em situação rua. Isso devido ao cenário de grande apelo social, midiático e político por lógicas proibicionistas, que rivaliza com possibilidades de descriminalização e de adoção das estratégias de redução de danos. No Estado de Santa Catarina, projetos voltados a instituição da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS³⁴) não possuem força política para sua

³³ Na reunião do MNPR/SC, em 06.03.2017, fomos informados que o Centro POP de Florianópolis só tem aceito a entrada no serviço com documentação, como forma de barrar a entrada de pessoas oriundas de outras cidades.

³⁴ A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) – Portaria GM/MS nº 3.088/2011 –, preconiza o atendimento a pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas.

efetivação, sendo que, em contrapartida, há significativo financiamento³⁵ de leitos/vagas em Comunidades Terapêuticas (CT). É necessário mencionar que, na fala de muitos integrantes do MNPR/SC, as internações nas CT geralmente revelam situações de privação de liberdade, maus-tratos e de aliciamento de pessoas em situação de rua para fazer a contenção física dos demais internos.

Se nas políticas públicas de saúde, o contexto envolve descontinuidades no atendimento, dificuldades de acesso aos equipamentos públicos e adoção de estratégias repressoras de cuidado, o ponto da reunião do Comitê que abordou as discussões sobre a política de assistência social também evidenciou os atravessamentos na vinculação entre os trabalhadores e usuários e demais aspectos que asseguram a qualidade destes serviços. Tais situações podem ser observadas no seguinte fragmento do nosso diário de campo:

Em 08.08.2016, na pauta sobre o acolhimento provisório de inverno (Abrigo), avaliou-se os critérios utilizados pela ação desenvolvida pela Prefeitura Municipal (através da Secretaria de Assistência Social) e Defesa Civil. Alfredo aponta que quando chove dificulta a ida para o local, e que o mesmo tem horário rígido para entrar (22h), não pode sair e retornar, não possui chuveiros para banho, a higiene é duvidosa e alimentação só se for de grupos voluntários. Um dos integrantes do governo no Comitê relata que o dinheiro para alimentação acabou, e que, por isso, estão buscando parcerias com a sociedade civil. Jorge traz que é preciso solicitar ao prefeito rever o

³⁵ Notícia de 2014, no site do governo de SC, informa a realização de edital (Reviver) prevendo a destinação de aproximadamente R\$12 milhões, objetivando atender 3 mil usuários, em 140 instituições espalhadas pelo Estado. Veja mais em: <http://www.sc.gov.br/mais-sobre-desenvolvimento-social/5353-governo-do-estado-assina-convenio-com-43-instituicoes-de-tratamento-a-dependentes-quimicos>

critério para abertura do Abrigo, pois não tem como achar que se for acima de 10°C as pessoas suportam, e quando chove? O mesmo ainda comenta que muitos têm medo de ir para o local, uma vez que na “geada negra” de 2013, a polícia entrou e revistou todos, inclusive mandando ficar sem roupa, parecia que estavam encarcerados. José traz que um dos coordenadores, cargo de confiança na área da Assistência Social e que agora está na Casa de Acolhimento, geralmente chama (manda) na polícia, e que igualmente escolheu os educadores que fariam turno no Abrigo, para fazer a vigilância. Este ainda reflete sobre como criar confiança se o oprimido e o opressor dividem o mesmo espaço. Jorge relaciona que essa sensação de prisão também acontece no Centro POP, e José reforça que quando chegam no serviço são revistados pela guarda municipal, são coagidos, e que nunca recebeu cursos e oficinas, o que compreende ser o objetivo do serviço. Uma das responsáveis pelo Centro POP traz que é preciso resgatar a história, que muito se avançou pois há 2 anos só tinham gangues dentro do serviço, que agora estão planejando muitas ações e que, apesar da rotatividade de profissionais, foi feito concurso para os educadores e estes irão receber capacitação (a última foi em 2015 sobre violência, uso da força e papel do educador). José se retira da sala. O representante da CDL argumenta que o MNPR/SC só quer pressionar o governo, mas não reconhece que todos são Comitê e que neste espaço são iguais. Após essa fala o assunto se dissipou, e o acordo estabelecido foi de repensar os critérios para o Abrigo de inverno e enviar ao Prefeito.

Contrariando o que sinalizava o folder, este relato apresenta questionamentos significativos para pensar os enquadramentos sobre o

atendimento à população em situação de rua, sejam eles referentes a abordagem dos agentes públicos, como também das condições dos serviços em ofertar atendimento a pessoas com violações de direitos.

Uma das questões mais evidentes no relato se refere a quebra de confiança entre os usuários e serviços, situação apresentada de forma recorrente nos encontros do MNPR/SC, sendo que os participantes referem sentir que muitos trabalhadores não gostam de estar no local, que já chegaram a ser maltratados pelos mesmos e que a gestão proíbe de manterem um vínculo/aproximação. Ressaltamos que além desses aspectos que atravessam os três locais mencionados, estes possuem objetivos próprios e apresentam especificidades quanto as condições para efetividade do direito a proteção social. No caso do Abrigo de Inverno, retorna o problema dos critérios de acesso (como se fosse algo aceitável viver na rua se estiver mais de 10°C), regras rígidas para a permanência e qualidade do espaço que não tornam o local confortável e respeitoso. Sobre a Casa de Acolhimento, importante ressaltar como pano de fundo a insuficiência das vagas, situação que se agravou com o processo de intensificação da imigração e refúgio de haitianos, senegaleses, árabes e de outros países para o estado de Santa Catarina, que passaram a utilizar este espaço (muitas vezes com maior facilidade de entrada). Já o Centro POP, quando este permanece aberto³⁶, além dos relatos sobre o recebimento de comida estragada e do chuveiro que é frio no inverno, são frequentes as histórias de atrito com a coordenação e perseguição de alguns agentes da guarda municipal, principalmente devido as alegações

³⁶ Nos municípios de São José e Palhoça é recorrente o fechamento do serviço por meses, geralmente pela alegação de violência, insegurança para os profissionais e/ou não aceitação dos moradores vizinhos ao objetivo do local. Em Florianópolis, outras particularidades se referem: a) que o Centro POP fica abaixo das arquibancadas da Passarela do Samba, e devido o carnaval ou outros eventos, não há condições para o funcionamento (em 2017 fechou por 10 dias); b) há a presença da Guarda Municipal no serviço e, por determinação da Polícia Federal, os agentes não puderam portar armas por determinado período, gerando a recusa de “proteção” do local e rumores do fechamento do Centro (nesta ocasião foi elaborado documento - Anexo 4 e realizado reunião com a Secretaria para impedir a interrupção das atividades à população de rua).

de descumprimento do Regimento Interno (Anexo 5) e a perseguição com quem questiona as normas e formas de tratamento do local.

Exibimos esse cenário, pois ainda nos inquieta a campanha: “Não dê esmolas, dê oportunidades” promovida pela Conseg e CDL. Ao sermos abordados por alguém em situação de rua podemos afirmar que se ele buscar a Casa de Acolhimento encontrará uma vaga disponível? Que será atendido nos serviços de saúde? Que será respeitado em suas opções de tratamento? Que terá alimentação, condições para higiene pessoal, possibilidades de vivência comunitária, atividades culturais e profissionalização no Centro Pop? Que terá proteção contra maus-tratos, coerção e violações? Enfim, parece que tais oportunidades ofertadas mais se relacionam com estratégias de vigilância e compaixão do que com a garantia de direitos e reconhecimento de sua humanidade.

Sandra Caponi (1999) questiona essa suposta lógica da compaixão presente nas instituições, uma vez que esta pode se configurar como uma temível estratégia de poder. Ao utilizarmos da piedade, podemos glorificar o sofrimento alheio com isso, autorizarmos que o “benfeitor” possa se tornar um agente moral, invocando o que é o bem para o outro. A autora, com base em Hannah Arendt e Michel Foucault, destaca que a promessa do Estado moderno, de fim do sofrimento e escassez, negligencia o valor da liberdade, criando instituições que, em nome da segurança, bem-estar e assistência aos necessitados, geram mecanismos coercitivos de controle e sujeição. Mecanismos estes que são socialmente admitidos, submetendo os sujeitos a um olhar vigilante e disciplinador, que se estabelece de modo a constituir uma biopolítica de sujeição e normalização dos corpos (FOUCAULT, 2005).

Com base nessa reflexão sobre a vigilância e o que se estabelece como adequado para o outro, resgatamos um dos pontos restantes da reunião do CIAMPRua, que trata do recolhimento dos pertences da população em situação de rua pela Comcap, guarda municipal e polícia militar. Para tanto, questionamos a qual finalidade tem se prestado as ações de limpeza urbana e segurança pública?

3.2 Que cidadão é preciso proteger e respeitar?

Se no capítulo anterior já sinalizávamos para os processos que intensificam a precarização e desumanização, quando pensamos nas ações de “proteção” e “defesa” apregoadas pelos serviços da polícia e guarda municipal, e de “limpeza” para a COMCAP, precisamos abordar outros contornos da relação que se estabelece com as pessoas em situação de rua. A situação exposta no CIAMPRua sobre o recolhimento dos pertences (roupas, colchões, papelão e outros materiais), anuncia as medidas truculentas e perversas utilizada pelos agentes públicos. Retoma-se a (pré) conceito de que é preciso uma cidade limpa e segura para os turistas (com dinheiro) poderem ir à praia, comer e se divertir (explica-se ainda mais os enquadramentos da Imagem 1). Destacamos, contudo, que tal fato não é restrito apenas a realidade de Florianópolis³⁷ e região, mas está presente no contexto das muitas cidades que prezam por ações higienistas e criminalizatórias.

Novamente. Não podemos desconsiderar o trabalho de recolhimento dos resíduos da cidade, da conservação do patrimônio, proteção dos sujeitos contra violências, nem desmerecer os trabalhadores destes serviços, mas isso é diferente do uso deliberado dessas funções para empreender agressões e violações com outros cidadãos que pertencem à cidade. Isso porque a rua é condição de moradia, exercício da cidadania, vínculos comunitários e de sobrevivência para muitos. E é

³⁷ O portal Hora da Santa Catarina, em 08.01.2017, traz como notícia: Prefeitura investiga se moradores de rua estão sendo trazidos de outras cidades para Florianópolis. No conteúdo desta, é perceptível o “desejo” de ajudar as pessoas em situação de rua que foram levadas a Florianópolis para voltar a suas cidades de origem. Ainda, se estes solicitarem tratamento será ofertado tratamento pelo SUS e possibilidade de internação em Comunidades Terapêuticas (CT), que posteriormente será cobrado do outro município.

<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2017/01/prefeitura-investiga-se-moradores-de-rua-estao-sendo-trazidos-de-outras-cidades-para-florianopolis-9203673.html>


sobre esse aspecto do direito à cidade, que o MNPR/SC se pronuncia diante de casos de recolhimento indevido dos pertences e uso da força contra os seus companheiros na rua.

Além da pauta na reunião do CIAMPRua em Florianópolis, outra ação do Movimento, em parceria com o SAJU³⁸ e demais entidades (como a OAB Cidadã, Serviço Modelo de Psicologia da UFSC – Sempsi), foi a elaboração de Nota de Denúncia ao Ministério Público das ações de recolhimento indevido. Como desdobramento desta ação, seguiu-se a pactuação de reuniões com a Promotoria, COMCAP e representantes da segurança pública (entre julho e dezembro de 2016). Estas reuniões, que foram inúmeras vezes remar cadas, tiveram como encaminhamento a adoção de um manejo cuidadoso, do recolhimento apenas de materiais sem utilidade e da filmagem das abordagens com a população em situação de rua. Segundo avaliações do MNPR/SC, as ações indevidas ainda se repetem, exigindo a continuidade das articulações e mobilizações.

Sobre estas ações de recolhimento, gostaríamos de assinalar duas questões para a nossa análise. A primeira delas pode ser exemplificada em uma das repercussões à Nota de Denúncia, como demonstra o comentário na página do facebook do SAJU – UFSC:

³⁸ O SAJU - Serviço de Assessoria Jurídica Universitária Popular possui como objetivo a democratização do conhecimento jurídico junto aos movimentos sociais. Apoiam as ações do MNPR/SC o SAJU da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina e Faculdade CESUSC.

Curtiu
Seguindo
Compartilhar
...



SAJU UFSC
@sajuufsc

Página inicial

- Publicações
- Vídeos
- Fotos
- Sobre
- Curtidas
- Vem saber mais!

Criar uma Página

DENÚNCIA: RECOLHIMENTO INDEVIDO DE PERTENCENÇAS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE FLORIANÓPOLIS

Os membros do Movimento Nacional População de Rua que atuam no município de Florianópolis, bem como o Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU), seu apoiador, formado, em sua maioria, por estudantes de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (CESUSC), vêm denunciar grave violação aos direitos da população em situação de rua que se concentra nos entornos da Praça XV de Novembro, no centro da cidade.

Na última semana, funcionários da Companhia Melhoramentos da Capital (COMCAP), responsável pela coleta de resíduos sólidos e pela limpeza pública da capital, escoltados por policiais militares, recolheram, indevidamente, cerca de 80 (oitenta) cobertores, além de outros objetos pessoais, dos moradores de rua.

Toda a ação foi marcada por discursos e comportamentos extremamente agressivos, além de inúmeras ameaças aos que estavam presentes e tentavam defender seus colegas.

Ressalta-se que, nos últimos meses, o MNPR, em parceria com diversas entidades, incluindo o SAJU, promoveu campanhas do agasalho em vários pontos da cidade e as doações foram distribuídas entre os moradores, com vistas a tornar os dias e noites frios dessa época do ano minimamente suportáveis para quem dorme nas ruas e praças, sem qualquer proteção ou conforto. Nesse contexto, as violações aos direitos humanos perpetradas pelos agentes públicos tornam-se ainda mais preocupantes e inaceitáveis.

A partir dos fatos relatados, constata-se alarmante episódio de abuso de poder, sendo tais ações contrárias ao interesse público pelo desvio da finalidade pública.

A denúncia já foi encaminhada junto ao Ministério Público de Santa Catarina e está sendo acompanhada tanto pelo SAJU quanto pelo MNPR.

Essa acusação é leviana e desrespeita inclusive a história da Comcap. Os garis e auxiliares operacionais da Comcap há décadas se relacionam com respeito e solidariedade com os moradores de rua. Quando a cidade reclama limpeza de praças e ruas, são os primeiros a oferecerem o que são pertences de pessoas em situação de rua desquitando o cidadão em geral chama de sujeira. A Comcap, concessionária dos serviços de limpeza, tem compromisso com o interesse público. Tem a obrigação de zelar por uma cidade para todos, inclusive para o contribuinte, morador ou empreendedor, que paga taxas e impostos para o saneamento ambiental.

A Comcap tem sido parceira do Ministério Público e da Polícia Militar e da Secretaria Municipal de Assistência Social nas abordagens de rua. Apenas acompanha as ações para cuidar da limpeza.

A atuação da Comcap é orientada por um conceito bem pragmático: o que a pessoa não consegue carregar consigo será recolhido como resíduo de sua situação de rua. Simplesmente porque todos os demais cidadãos também têm direito de ir e vir em condições sanitárias regulares. Todo cidadão tem direito a uma cidade limpa e esse é o dever atribuído à Comcap. Aliás, deve hoje compartilhado com todos os demais.

Pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, o gerador é corresponsável pelo resíduo que produz. Há legislação federal e municipal que proíbe deixar lixo na rua. O ato é considerado crime ambiental, sujeito à multa e prisão. Claro que isso seria criminalizar de forma inadequada uma situação social. Assim como o oposto também é verdadeiro: criminalizar a Comcap por "recolhimento indevido" de cobertores nas ruas é passar da conta. Especialmente, como parece, tentando dar uso político a essa levandade.

A Comcap, por exemplo, tem sido obrigada a lavar o Largo da Alfândega todas as noites. Há agora um módulo de limpeza urbana instalado ali e os trabalhadores da Comcap que varrem o Centro vêm sendo submetidos a condições impróprias, na chegada e na saída do trabalho ou mesmo durante as refeições, por causa do uso do espaço como sanitário ao ar livre. Que não fosse pela Comcap, também os feirantes e consumidores de hortifrutis têm o direito, na manhã seguinte, de usar o espaço em condições seguras de higiene.

Como a denúncia do Movimento Nacional de População de Rua foi encaminhada ao Ministério Público de Santa Catarina, a Comcap terá oportunidade de se manifestar na forma jurídica e institucional. Aliás, com a proposta que cobertores e outros agasalhos recolhidos das ruas em bom estado possam ser encaminhados ao SAJU para higienização e reuso em futuras doações.

Atenciosamente,
Assessoria de Comunicação da Comcap

Imagem 2: Postagem do SAJU - UFSC em 18.07.2016 e, comentário com resposta da Assessoria de Comunicação da COMCAP, em 19.07.2016.

Vejamos: se a cidade é para todos, inclusive para os moradores e empreendedores que pagam as taxas e impostos de saneamento ambiental, e se de forma pragmática o que a pessoa não consegue carregar consigo se torna resíduo, e se o gerador do lixo é corresponsável pelo resíduo e pode ser criminalizado por isso, nos perguntamos: das condições de vida de quem estão falando? Vale lembrar que no período de junho a setembro é período de inverno em nosso país, e não temos como deixar de considerar que não são poucas as notícias de morte por frio (hipotermia) na rua. Retomamos assim a tese de Judith Butler (2015) das vidas que merecem ser protegidas (que importam) e das mortes que não serão lamentadas.

A segunda questão envolve a atuação dos agentes de segurança pública (principalmente da polícia militar e guarda municipal), seja de sua participação nas ações de recolhimento indevido dos pertences, quanto do envolvimento em outras dimensões já elencadas indiretamente neste texto, como a repressão dentro dos serviços públicos, a perseguição dos integrantes do MNPR/SC e a utilização de agressão física e verbal com as pessoas que ocupam os espaços urbanos. Como exemplifica Jorge, em reunião de 06.03.2017, o novo comando da polícia militar em Florianópolis tem sido “dorme cedo, acorda cedo”, e que já presenciou abordagens em que “a polícia chegou com cassetete mandando levantar as 6h da manhã na Praça XV”. Já em São José, apesar do Centro POP estar fechado há quase 7 meses (em março de 2017 ainda estão procurando um novo equipamento), não são incomuns imagens de coação como essa:



Imagem 3: Guarda Municipal recolhe colchões, papelões, cobertores e roupas de pessoas em situação que rua em ocupavam um dos equipamentos públicos em protesto ao fechamento do Centro POP (foto retirada por integrantes do MNPR/SC).

O MNPR/SC vem acompanhando atentamente as alianças entre os órgãos de segurança e as demais políticas públicas que ofertam atendimento à população em situação de rua, realizando diagnósticos, diálogos com as gestões e, quando necessário, denúncias junto aos espaços de controle social e o sistema de justiça. Defendemos, em nossa proposta de análise, a importância da constituição e intensificação destas estratégias de resistência, que combatem e ao mesmo tempo desmarcaram práticas de torturas com esses sujeitos. As imagens e fotos que constam nesse trabalho servem enquanto registro de uma certa ausência da lei (justiça), expondo como o Estado tem lidado com quem é considerado

menos humano e como tem empregado certa violência de forma “autorizada”. Como escreve Butler (2015), com base em Theodore Adorno, “(...) a violência praticada em nome da civilização revela seu próprio caráter bárbaro quando justifica sua própria violência presumindo a sub-humanidade bárbara do outro contra a qual a violência é perpetrada” (BUTLER, 2015, p. 139).

É contra a produção da barbárie que precisamos resistir, denunciando a violência arbitrária e a seletividade (estratégias de saber-poder) do Estado na garantia de direitos. E ainda, recusar uma compaixão disfarçada de dominação, exclusão e desumanização, pois frente às relações que se valem do deixar morrer é preciso lutar!

3.3 Como se organizar diante de tanta violência?

Graça, em sua fala no evento promovido pelo SAJU na UFSC, intitulado: *Voz na Rua*, em 04.04.2016, ressalta: “Nós somos iguais, não tenham medo. Eu assumo os meus erros e minha identidade de moradora de rua”. Para nós, esta fala se apresenta como um convite para a aproximação, para o reconhecimento das vidas que estão na rua e expressa que a fome não é só por comida, mas por direitos e políticas públicas³⁹. É como se tivesse a potência de problematizar que o respeito está acima da compaixão e a solidariedade acima da piedade. Como destaca Caponi (1999), uma solidariedade efetiva entre iguais pressupõe a pluralidade humana, a mediação do diálogo e a argumentação arrazoada, excluindo qualquer generalização que negligencia as singularidades e individualidades.

³⁹ A afirmação acima teve como inspiração o comentário proferido por Luis Carlos em uma das reuniões do MNPR/SC, servindo também como título desta dissertação.

Compreendemos que estes conceitos de respeito, diálogo e solidariedade, propostos por Caponi, perpassam o processo de organização das ações do MNPR/SC. Jorge, no mesmo evento que participou Graça, aponta: “Quem diria que criminosos, catadores de lixo iriam lutar (...) antes as pessoas vinham para me julgar, agora querem escutar”. Diante destas condições e possibilidades para escuta e luta, propomos pensar, mesmo que brevemente, sobre os desafios que envolvem a articulação do Movimento, de seus processos de (r) existência.

Inicialmente, cabe considerar as tentativas do MNPR/SC (e em outros contextos) em buscar o fortalecimento e autonomia de suas pautas e ações. Para tanto, de um lado, lida-se ainda com o histórico assistencialismo e clientelismo de muitas instituições religiosas que oferecem estrutura e suporte para as atividades, e de outro, com as dificuldades de mobilização da base (entre as pessoas em situação de rua) e em descentralizar (despersonalizar) certas representações. Frente a estes desafios, observamos que muito se discute nas reuniões e momentos de planejamento sobre a horizontalidade das decisões, descentralização e ampliação das lideranças locais, da intensificação das lutas apesar da opressão e, do combate a “corrupção” (lógica de fazer coisas por benefício próprio) sem a exclusão de companheiros.

Relevante argumentar que, apesar dos atravessamentos e das individualidades na constituição deste movimento social, compreendemos que há uma busca por cuidar dos processos de aproximação e distanciamento de cada integrante (membro e apoiadores), atentando para o tempo-espço que é da rua, e procurando estrategicamente (sem se apoiar em uma falsa unidade e/ou noção de identidade) a união para as lutas.

Pensando nas experiências que partilhamos com estes sujeitos, um de nossos maiores aprendizados pode ser contemplado pela seguinte afirmação: participar é vida! Participação esta que faz suas exigências, como as que estão expressas abaixo:

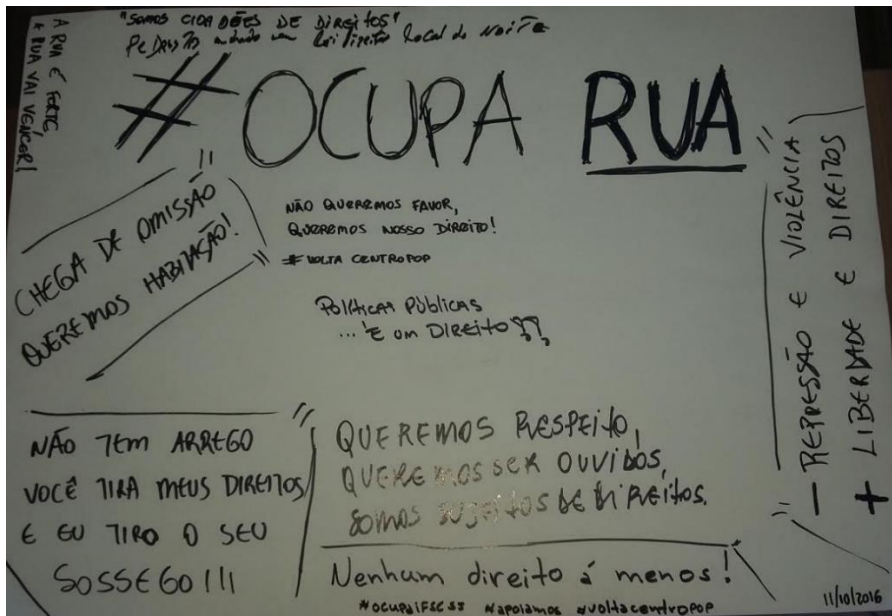


Imagem 4: Cartaz confeccionado na mobilização para reabertura do Centro POP de São José em 11.10.2016.

As exigências a que nos referimos envolvem a reclamação daquilo que é necessário para que estas vidas sejam viáveis, vividas em igualdade de condições e livres da violência arbitrária (BUTLER, 2015). É justo e necessário, portanto, que os movimentos sociais (dentre eles o MNPR/SC) possam ocupar os espaços públicos (das políticas públicas e na rua), promovendo denúncias das violações, participando das decisões que os afetam e tendo possibilidades de conduzir suas vidas - governo de si (FOUCAULT, 2015). Caminhos para cuidarmos das dores, oportunizarmos os curativos e nos implicarmos com os corações partidos. E, por fim, que cada vez mais sejam possíveis as linhas de fuga ao desejo normalizador, ao poder centralizador e ao que tenta impedir a (r) existência.

3.4 Mais algumas coisas que aprendemos com as pessoas em situação de rua...

Aliados aos processos de denúncia social e de organização para o enfrentamento das violações de direitos das pessoas em situações de rua, ressaltamos outros aspectos importantes que apreendemos nas experiências com os participantes do MNPR/SC. Aspectos que podem potencializar a relação de alteridade com esses sujeitos e as possibilidades de luta/resistência. São eles:

- Como sujeitos inseridos em ilhas de confortos (capital desejante, como expõe MEHRY, 2015), educados a não incorrerem em uma situação de rua e ficarmos “aliviados” por recusar os modos de vistas destas pessoas (estar nessa condição), temos a tarefa de desconstrução de um olhar auto piedoso. Isso porque não podemos manter a ilusão de sucesso, bem-estar e liberdade enquanto certas vidas estão sendo condenadas e aviltadas.
- Precisamos reconhecer a alteridade desse outro de quem ousamos falar e escrever, compreendendo dessa forma, que as experiências com essas pessoas não são objetos de livre interpretação, generalização e de um desejo colonial (exploração). Sabemos que mesmo apoiando as ações do MNPR/SC, ao voltarmos para nossas casas após as reuniões, deixamos de experienciar uma infinidade de práticas e discursos que se aplicam as vidas que estão na rua.
- São indefensáveis quaisquer estratégias de produção de conhecimento que desconsiderem as violações acometidas à população em situação de rua, pois corre-se o risco de reforçar ainda mais as lógicas higienistas, patologizantes e medicalizantes. Ao abordar contextos sociais como se fossem problemas individuais, ao categorizar os indivíduos segundo critérios universais e ao justificar uma ação sanitária sobre o que

se julga incorreto, fornecemos os conceitos necessários para reafirmar relações de dominação e exclusão.

- Não temos como empreender a noção de sujeito de direitos baseando-se apenas na retórica da aplicação de determinada lei. É inegável que as leis contribuem para avançar em maiores condições de igualdade e na responsabilização do Estado. Contudo, quando observamos os direitos ofertados a população de rua, não podemos garanti-los sem reconhecer de fato a singularidade desse outro. Tal questão envolve a ampliação das possibilidades de apreensão das vidas e o rompimento com enquadramentos normativos que promovem a desumanização.
- Em nossa tarefa como pesquisadores e profissionais, carecemos de um compromisso com a transformação social e a construção coletiva de nossas intervenções sobre a realidade. Esse compromisso se estabelece na direção da superando das lógicas filantrópicas e assistencialistas, promovendo uma ética do cuidado que intensifique o governo de si, o protagonismo dos sujeitos e a negociação conjunta das soluções para suas demandas.
- Enfim, podemos nos implicar na descolonização do poder e do saber e na desmercantilização da vida cotidiana, buscando repensar as nossas relações interpessoais e de interdependência com as demais pessoas. Fazer com àquelas vidas tidas como subalternas possam ser vistas, escutadas e respeitadas, proporcionando condições para o bem-viver em comunidade.
- E enquanto houverem histórias como as aqui relatadas, que os integrantes do MNPR/SC e outras tantas pessoas que estão em situação de rua tenham potência para (r) existir. Não estarão sós!

Estamos cientes que em nossa escrita muito foi deixado de fora e um tanto de coisas a mais poderíamos ter aprendido. Mesmo assim, ela permanecerá sempre aberta a sua revisão e contestação. Afinal, são sempre experiências a serem vividas e (re)interpretadas, que percorrem ilimitadamente os desejos, e por vezes, promovem encontros possíveis de transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma longa e intensa caminhada com a população em situação de rua, não poderíamos pensar na conclusão desta escrita sem estabelecer um diálogo sobre as experiências constituídas nesse processo. Pautamo-nos pelo lema: “nada sobre nós sem nós”, para propor um momento que abordasse as sínteses “provisórias” da pesquisa, e, com isso, oportunizar a acolhida, questionamentos e ampliação dos olhares acerca do que estamos propondo em nossas análises e reflexões. Com base nisto, buscamos a criação de uma estratégia que contemplasse a participação dos envolvidos nesse processo antes da finalização da dissertação, e que não fosse apenas uma devolução com indicativos do que falta em suas vidas e lutas.

Tal proposta foi apresentada e prontamente aceita pela coordenação e integrantes do MNPR/SC, sendo efetivada na reunião do dia 20.03.2017. Para tanto, organizamos um momento de confraternização e posterior discussão do que fora produzido até então (capítulos da dissertação). Compreendemos que as anotações desse diálogo não poderiam ficar de fora de nosso processo de cartografia. Muitos pontos contribuíram para aprimorar a escrita, com inclusão de maiores informações e/ou questionamentos, enquanto outros pontos serão abordados nesta conclusão, uma vez que apontam para novos caminhos (pesquisas, análises e lutas) e linhas a percorrer.

Antes de passar aos relatos destes pontos, gostaríamos de registrar a fala inicial com os participantes do encontro, na qual expressamos a gratidão por todo aprendizado junto com o MNPR/SC. Ressaltamos que todo o processo de pesquisa e escrita compreendeu uma dura (e angustiante) tarefa de falar da vida que é do outro, desse outro que está na rua e (r) existe. Com isso, defendemos que nosso caminho não esteve apenas aliado a um aprendizado pessoal e/ou buscar por cumprir requisitos acadêmicos, mas que procuramos respeitar as construções coletivas e as pautas e ações do Movimento. E que, acompanhar essas ações com quem está na rua, potencializou nosso engajamento com as

lutas por direitos, de reconhecimento do humano e de enfrentamento das violências.

Passando para a apresentação das sínteses, primeiramente alertamos sobre as costuras nos objetivos de nossa pesquisa, que anteriormente buscavam compreender a relação entre gênero e as experiências de homens em situação de rua. Fomos produzindo remendos, recortes e montagens em nossas pretensões, observando sempre o olhar cartográfico, os estudos feministas e, os processos que experienciávamos com o MNPR/SC. Foram as tentativas de junção dessas diversas concepções e processos que resultaram na feitura dos capítulos, entrelaçando questões da vida nas ruas, a produção de conhecimento sobre essa população, gênero, direitos humanos, violências, movimentos sociais, entre outros.

O primeiro capítulo, que teve como proposta cartografar intensidades e transversalidades em artigos científicos e estabelecer diálogos com algumas experiências do MNPR/SC, suscitou dois maiores questionamos. Um deles envolveu o não retorno das pesquisas que são feitas com a população de rua, em que as pessoas “da universidade” realizam entrevistas, tiram fotos, pedem para assinar folhas (termo de consentimento), mas não abrem espaço para a construção conjunta, nem voltam para apresentar suas considerações e/ou contribuições. Outra questão apontada refere-se a distância entre o que é produzido cientificamente com as demandas e realidades vivenciadas na rua, tendo como destaque em nossa conversa a problemática relacionada a aplicação de testes psicológicos nestes contextos (validação, objetivos, relevância, se os construtos avaliados abarcam a pobreza e as desigualdades sociais. Vale retomar as nossas interrogações sobre quais os vínculos éticos que constituímos (ou não) com os sujeitos no processo de produção de conhecimentos? O compromisso é com quem e para quem?

No que se refere a primeira parte do segundo capítulo, a situação das mulheres na rua e o respeito ao espaço de fala foi recebido com bastante eco durante a conversa. Contudo, o debate se intensificou com a abordagem das questões sobre identidade de gênero, especificamente da aproximação de transexuais e travestis com o MNPR/SC. Esse assunto foi precedido pelo relato de um episódio ocorrido no Albergue municipal, em

que um dos funcionários caiu próximo a um grupo de pessoas que pernoitavam no local, e estes riram, tendo como resultado a ação do funcionário que se dirigiu diretamente à uma mulher trans deste grupo, ofendendo e ameaçando-a. Posterior a esse fato, houve registro de boletim de ocorrência, e a mesma está processando a prefeitura municipal de Florianópolis pelo ocorrido.

Apesar dos participantes do encontro argumentarem sobre a necessidade de aproximação com a demanda vivenciada pelas pessoas trans em situação de rua, registramos os seguintes comentários: “a pop rua não respeita essa diferença entre as pessoas”, “não quer dizer que a pessoa vai ser acolhida na rua”, “preconceito dos companheiros quando se aproxima de uma trans ou travesti, acham que tem interesse”, “a rua pratica essa violência isolando”, “você é mulher, não acha que vai aguentar o chute de um homem vestido de mulher”. Oportunamente, foi um contexto propício para debatermos com os presentes sobre: a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero, as políticas de masculinidades (cumplicidade para manutenção dos privilégios) e, os enquadramentos que impedem o reconhecimento e a vinculação com transexuais e travestis. Consideramos que essa questão necessita estar presente no processo de formação das lideranças do MNPR/SC, e se apresenta como um contexto em potencial para a realização de estudos e pesquisas.

Quanto a Parte II do segundo capítulo, adentramos em uma reflexão sobre o reconhecimento da vida de quem está na rua e enquadramentos que possibilitam maior proteção contra as vulnerabilidades e a defesa dos direitos humanos. Nesse tópico, o debate foi fortemente direcionado para a questão do descaso no atendimento que as pessoas em situação de rua recebem nas políticas públicas, em especial para a falta de cuidado para os que tentam deixar a situação de rua e, para a percepção sobre a repressão e desumanização que vivenciam pelos órgãos de segurança pública. Diante dessa questão da violência policial, aproveitamos para expor as sínteses do Capítulo 3, reafirmando a importância das mobilizações e denúncias contra as violências e violações. Nesse momento, uma notícia impactante que recebemos foi da recente morte de um integrante do MNPR/SC, decorrente de conflitos entre policiais e moradores de um Morro na cidade de Florianópolis. Em

nosso trabalho, este foi representado como Aldmir, mas queremos lembrar e dar visibilidade ao nome pelo qual o conhecíamos: Claudemir. Sua morte, assim como as tantas outras, as quais não nos acostumamos e não esquecemos, precisam ser politicamente lamentadas e socialmente reivindicadas, fazendo-nos pensar sobre os compromissos que assumimos com as vidas que (r)existem nas ruas.

Foi pensando justamente nesses compromissos, que solicitamos ao final de nossa apresentação que os presentes pudessem opinar de forma geral sobre o trabalho e as repercussões deste para o cotidiano das lutas do MNPR/SC. Frente às manifestações que avaliaram positivamente a escrita e abordagem do tema, destacamos a menção feita ao processo metodológico que constituímos, que foi avaliado como respeitoso com as construções coletivas do Movimento, não se mantendo rígido aos interesses iniciais de pesquisa e não impondo temas desvinculados das pautas de luta. Ainda, guardamos com imenso carinho e gratidão a fala de uma das integrantes presentes, ao trazer que, com nossa participação, acabamos fazendo parte de suas vidas e histórias.

Ao finalizar esse processo de “devolução”, foi momentâneo o sentimento de alívio e de “dever quase cumprido”, contudo, ainda permaneceu a sensação de muitas tarefas e batalhas pela frente. Das tarefas, restava a finalização da escrita da dissertação e a necessidade de avaliar o que acabamos deixando de fora, aspectos que não conseguimos abarcar e/ou nos implicar. Um destes aspectos foi o pouco não investimento em uma aproximação maior com os itinerários na rua, da circulação nos espaços da rua e nos serviços das políticas públicas, de ter escutado histórias para além das relatadas pelos integrantes do MNPR/SC. Quanto as batalhas, permanecem os novos desafios a serem compartilhadas com a população em situação de rua, as possibilidades de articulações de lutas a partir de outras frentes (como as entidades da psicologia) e de oportunizar caminhos para outros encontros e experiências.

Encarando cada passo dessa trajetória, nos mais de 2 anos, podemos afirmar que acabamos sendo desfeitos, tanto pela desconstrução das pretensões de verdades (saber-poder) sobre a vida destas pessoas, como pela interpelação sempre urgente desse outro na rua que luta para

(r) existir. Outro que nos recoloca diante do mundo, que nos faz pensar sobre os efeitos de nossas ações e que fala de quem eu sou/nós somos. Outro que busca incessantemente constituir linhas de fuga às tentativas de aprisionamento e dominação das subjetividades, e nos convoca ao compromisso com o reconhecimento e respeito por suas apostas de vida.

Como fechamento provisório, não queremos esquecer de como fomos afetados (ética e politicamente) após uma das primeiras experiências com o MNPR/SC. Em reunião com a Secretaria de Estado de Saúde, no ano de 2015, um dos membros do Movimento, já exaltado com os olhares acusatórios dos presentes, afirmou que estava cansado de ver companheiros na rua morrendo ou vendo cachorros serem mais bem tratados na cidade. Ao sair desse encontro, com muitos “nãos”, passamos por uma pessoa em situação de rua que arrumava seus papelões, certamente para poder dormir e se proteger do frio. Apesar de continuarmos nossa caminhada para casa, acompanhamos este rasgar parte do seu papelão e dividir com um cachorro que partilhava o mesmo espaço. Bem... com esse registro gostaríamos de nos despedir e registrar esse sentimento que nos persegue: que ainda é preciso romper com os enquadramentos que não garantem tais vidas, que é somente através do reconhecimento e respeito à alteridade do outro que garantimos direitos humanos, e que, ao apreendermos as singularidades das ruas criamos condições de possibilidades para a transformação social.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Rubens CF. Atenção à saúde, direitos e o diagnóstico como ameaça: políticas públicas e as populações em situação de rua. **Etnográfica**. 2011;15(3):543-67.

ALVAREZ, Aparecida Magali de Souza et al. Pesquisa-Ação-Formação Inter e Transdisciplinar com Pessoas Envolvidas com a Questão do Morador de Rua. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 300-313, junho 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902011000200004>.

ALVAREZ, Aparecida Magali de Souza; ALVARENGA, Augusta Thereza; FIEDLER-FERRARA, Nelson O encontro transformador com moradores de rua na cidade de São Paulo. **Psicologia e Sociedade**, Dez 2004, vol.16, no.3, p.47-56

ANDRADE, Luana Padilha; COSTA, Samira Lima da; MARQUETTI, Fernanda Cristina. A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1248-1261, dez. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902014000400011>.

BARATA, Rita Barradas et al. Desigualdade social em saúde na população em situação de rua na cidade de São Paulo. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 24, supl. 1, p. 219-232, junho 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902015S01019>.

BRITO, Maria Mercedes Merry. A abordagem e a clínica no atendimento aos moradores de rua portadores de sofrimento psíquico. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 320-327, Junho 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932006000200013>.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 7.053 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

BRASIL. Governo Federal. **Política Nacional de Inclusão social da população em situação de rua**. Brasília/DF: 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégia e Participativa. **Saúde da população em situação de rua: um direito humano**. Brasília, M.S, 2015.

BOTTI, Nadja Cristiane Lappann et al. Padrão de uso de álcool entre homens adultos em situação de rua de Belo Horizonte. **SMAD**, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (Ed. port.), Ribeirão Preto, v. 6, n. spe, p. 536-555, nov. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762010000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 dez. 2016

BOTTI, Nadja Cristiane Lappann et al. Prevalência de depressão entre homens adultos em situação de rua em Belo Horizonte. **J. bras. psiquiatr.**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 1, p. 10-16, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0047-20852010000100002>.

BOTTI, Nadja Cristiane Lappann; CASTRO, Carolina Guimarães; SILVA, Ana Karla; SILVA, Monica Ferreira; OLIVEIRA, Ludmila Cristina; CASTRO, Ana Carolina Henriques Oliveira Amaral; FONSECA, Leonardo Leão Kahey. Avaliação da ocorrência de transtornos mentais comuns entre a população de rua de Belo Horizonte. Belo Horizonte: **Barbarói**;(33):178-193, ago-dez. 2010.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOPES, Guacira Louro. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000

_____. Fundamentos Contingentes: el feminismo y la cuestión del “postmodernismo”. **La Ventana** (13); 2001.

_____. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2006.

_____. **Vida Precaria**: el poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2006.

_____.Regulações de Gênero. **Cadernos Pagu** (42), janeiro-junho de 2014: 249-274.

_____. **Problemas de Gênero**: feminismos e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. **Relatar a si mesmo:** crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CAMPOS, Tatiane Neme; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira; DEL PRETTE, Almir. (Sobre)vivendo nas ruas: habilidades sociais e valores de crianças e adolescentes. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 517-527, 2000. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722000000300019>.

CANONICO, Rhavana Pilz et al. Atendimento à população de rua em um Centro de Saúde Escola na cidade de São Paulo. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 41, n. spe, p. 799-803, dez. 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342007000500010>.

CAPONI, Sandra. A lógica da compaixão. **Trans/Form/Ação**, 1999, vol.21-22, no.1, p.91-117.

CARNEIRO JÚNIOR, Nivaldo; JESUS, Christiane Herold; CREVELIM, Maria Angélica. A Estratégia Saúde da Família para a Equidade de Acesso Dirigida à População em Situação de Rua em Grandes Centros Urbanos. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v.19, n.3, p.709-716, 2010.

CARNEIRO JUNIOR, Nivaldo et al. Serviços de saúde e população de rua: contribuição para um debate. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 47-62, Dez. 1998. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12901998000200005>.

CASTIGLIONI, Maria do Carmo. Poesia concreta em prosa no asfalto: limites da deficiência no espaço urbano. **Interface** - Comunicação, Saúde, Educação, v. 16, p. 1087-1093, 2012, <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180125203023>

CERQUEIRA-SANTOS, Elder et al. Concepções de policiais sobre crianças em situação de rua: um estudo sobre preconceito. **Psico-USF** (Impr.), Itatiba, v. 11, n. 2, p. 249-256. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-82712006000200013>.

CONNELL, Raewyn W. La organización social de la masculinidad. In: VALDES, Teresa; OLAVARRIA, José (orgs). Masculidad/es: poder y crisis. ISIS-FLACSO: Ediciones de Iñs Mujeres. n.24, 1995. p31-48.

_____. MESSERSCHIMDT, James W. Masculinidades Hegemônicas: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(1): 241-282. 2013.

_____. Questões de gênero e justiça social. **Revista de Ciências Sociais**, v.4, no 2, p.11-34, jul./dez. 2014

COSTA, Jean Henrique. Subjetivação e dobras de fora: transitando por Foucault, de Gilles Deleuze. **Trilhas Filosóficas**. v.3, n.1, 2010.

COSTA, Luis Artur; FONSECA, Tania Galli; MIZOGUCHI, Danichi H; Corpoartecidade: (inten)cidades dos corpos urbanos. In: FONSECA, Tania Galli; ENGERLMAN, Selda (orgs). **Corpo, arte e clínica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

DE TILIO, Rafael; VIDOTTO, Letícia Trombini; GALEGO, Pâmela Suelen. Medos e expectativas de usuários de drogas em situação de rua. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 2, p. 75-87, 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 dez. 2016.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____ & GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol.I. São Paulo: Ed.34, 1995.

ENGSTROM, Elyne Montenegro; TEIXEIRA, Mirna Barros. Equipe “Consultório na Rua” de Manguinhos, Rio de Janeiro, Brasil: práticas de cuidado e promoção da saúde em um território vulnerável. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1839-1848, junho 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015216.0782016>

FERRAZ, Sonia Maria Taddei; MACHADO, Bruno Amadei. Eu não tenho onde morar, é por isso que eu moro na rua. Os “sem-teto”: moradores ou transgressores? **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 609-623, nov. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3214>.

FIOCRUZ. **Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras? /Organizadores: Francisco Inácio Bastos, Neilane Bertoni**. – Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014

FLOOD, Michael. Prevención de la violencia masculina: estrategias y retos. In: RODRIGUEZ, Juan Carlos Ramirez; VÁZQUEZ, Griselda

Uribe. (Coords.) **Masculinidades**: El juego de género de los hombres en el que participan las mujeres. México: Plaza y Valdes, 2008.

FONSECA, Tania Mara Galli et al . Pesquisa e acontecimento: o toque no impensado. **Psicol. estud.**, Maringá , v. 11, n. 3, p. 655-660, Dec. 2006 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000300022](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000300022&lng=en&nrm=iso)>. access on 10 Nov. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722006000300022>.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, RABINOW. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**. Tradução Vera Porto Carreiro. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

_____. **Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: forense Universitária, 2014.

_____. **O corpo utópico: as heterotopias**. São Paulo. N-1 Edições, 2013.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

_____. **Historia da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Diversidade sexual, situação de rua, vivências nômades e contextos de vulnerabilidade ao HIV/AIDS. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 3, p. 1005-1019, dez. 2013. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.3-EE17PT>.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira; SALGADO, Fernanda Maria Munhoz; PAIVA, Vera Sílvia F.; COSTA, Ana Carolina Simionato; PASCOAL, Bianca Thais Manzari. “Vida loka”: estilo de vida e vulnerabilidade à violência e ao abuso de drogas entre jovens LGBT em situação de rua. Anais do X Encontro Regional da ABRAPSO – São Paulo, 2010.

GARCEZ GHIRARDI, Maria Isabel; LOPES, Samira Rodrigues; BARROS, Denise Dias; GALVANI, Débora. Vida na rua e cooperativismo: transitando pela produção de valores. **Interface** (Botucatu) [online]. 2005, vol.9, n.18, pp.601-610. ISSN 1807-5762. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832005000300014>.

GONTIJO, Daniela Tavares; MEDEIROS, Marcelo. Crianças e adolescentes em situação de rua: contribuições para a compreensão dos processos de vulnerabilidade e desfiliação social. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 467-475, abril 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000200015>.

GONTIJO, Daniela Tavares Gontijo; MEDEIROS, Marcelo. Adolescência, gênero e processo de vulnerabilidade/desfiliação social: compreendendo as relações de Gênero para adolescentes em situação de rua. **Revista Bahiana de Saúde Pública**, v. 33, n. 4, 605-17. 2009.

GRAEFF, Lucas. Corpos precários, desrespeito e autoestima: o caso de moradores de rua de Paris-FR. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 757-775, Dec. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642012000400008&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Nov. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642012000400008>.

HALLAIS, Janaína Alves da Silveira; BARROS, Nelson Filice de. Consultório na Rua: visibilidades, invisibilidades e hipervisibilidade. **Cad. Saúde Pública** [online]. 2015, vol.31, n.7, pp.1497-1504. ISSN 0102-311X. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00143114>.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 5, 1995, 7-41. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/31102009-083336haraway.pdf>

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, 7(1), 1993, 7-33.

JABUR, Pedro de Andrade Calil. Palavras náufragas: relatos de vida de uma moradora de rua em Brasília. **Ide (São Paulo)**, São Paulo, v. 37, n. 59, p. 81-93, fev. 2015. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062015000100008&lng=pt&nrm=iso

KAMI, MTM; LAROCCA, LM; CHAVES, MMN; PIOSIADLO, LCM; ALBUQUERQUE, GS. Saberes ideológicos e instrumentais no processo de trabalho no Consultório na Rua. **Ver Esc. Enferm USP**.

2016;50(3):440-447. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-623420160000400010>.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 263-280, ago. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922013000200004>.

KUNZ, Gilderlândia Silva; HECKERT, Ana Lucia; CARVALHO, Silvia Vasconcelos. Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 919-942, dez. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1192>.

LUNA, Izaildo Tavares; COSTA, et. al. Conhecimento e prevenção das doenças sexualmente transmissíveis entre os adolescentes em situação de rua. **Ciência Cuid. Saúde**, 2013, Abr/Jun; 12(2):346-355. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/ciencceuidsaude.v12i2.18693>

MACERATA, Iacã; SOARES, José Guilherme Neves e RAMOS, Julia Florêncio Carvalho. Apoio como cuidado de territórios existenciais: Atenção Básica e a rua. **Interface (Botucatu)** [online]. 2014, vol.18, suppl.1, pp.919-930. ISSN 1414-3283. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622013.0210>.

MACHADO, Ricardo William Guimarães. População LGBT em situação de rua: uma realidade emergente em discussão. **Revista EDUC-Faculdade de Duque de Caxias/Vol. 01- n° 03**, p. 57-67, Jan-Jun 2015.

MAGNI, Ana Amélia Calaça; GUNTHER, Wanda Maria Risso. Cooperativas de catadores de materiais recicláveis como alternativa à exclusão social e sua relação com a população de rua. **Saúde soc.** [online]. 2014, vol.23, n.1, pp.146-156. ISSN 0104-1290. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902014000100011>.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, 8(2), 110-17. 2009.

MATRACA, Marcus Vinicius Campos; ARAUJO-JORGE, Tania Cremonini; WIMMER, Gert. O PalhaSUS e a Saúde em Movimento nas Ruas: relato de um encontro. Interface (Botucatu), **Botucatu**, v. 18, supl. 2, p. 1529-1536, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622013.0373>.

MATTOS, Ricardo Mendes; HELOANI, Roberto; FERREIRA, Ricardo Franklin. O trabalhador em situação de rua: algumas ações coletivas atuais. **Mental** [online]. 2008, vol.6, n.10, pp. 24-62. ISSN 1679-4427.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 47-58, ago. 2004. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822004000200007>.

MEDEIROS, Marcelo et al. A sexualidade para o adolescente em situação de rua em Goiânia. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 2, p. 35-41, abril. 2001. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692001000200005>

MENDES, Célia Regina Pessanha; HERR, João Fillipe. Vivência nas ruas, dependência de drogas e projeto de vida: um relato de experiência no CAPS-ad. *Rev. Psicol. Saúde*, Campo Grande, v. 6, n. 1, p. 90-97, jun. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2014000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 dez. 2016.

MENDONÇA, Gabriel Coelho. **Sentidos Subjetivos de moradores de rua frente ao futuro**. Mestrado em Psicologia. PUC Campinas: 2007.

MENEZES, Deise Matos do Amparo; BRASIL, Kátia Cristina T. Dimensões psíquicas e sociais da criança e do adolescente em situação de rua. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 327-344, 1998. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79721998000200011>.

MERHY, Emerson Elias. Multidão: esfinge da saúde pública, lugar de inflexão, ideias do bem comum. *Saúde soc.*, São Paulo, v. 24, supl. 1, p. 44-54, junho 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902015S01004>

MIZOGUCHI, Danichi Hausen; COSTA, Luis Artur; MADEIRA, Manoel Luce. Sujeitos no sumidouro: a experiência de criação e resistência do Jornal Boca de Rua. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 38-44, abr. 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000100006>.

MONTIEL, José Maria et al. Avaliação de Transtornos da Personalidade em Moradores de Rua. *Psicol. Cienc. prof.*, Brasília, v. 35, n. 2, p. 488-502, junho 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-370301992013>.

MORAIS, N. A.; AQUINO Morais.; REIS, S.; KOLLER, S. H. (2010). Promoção de saúde e adolescência: um exemplo de intervenção com adolescentes em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, 22(3), 507-518, 2010.

NOGUEIRA, Luciana de Alcântara; BELLINI, Luzia Marta. Sexualidade e violência, o que é isso para jovens que vivem na rua? **Texto contexto enferm.**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 610-616, dez. 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072006000400009>.

NORIEGA, Guillermo Nunes. Los “hombres” em los estudios de género de los “hombres”: un reto desde los estudios queer. In: RODRIGUEZ, Juan Carlos Ramirez; VÁZQUEZ, Griselda Uribe. (Coords.) **Masculinidades: El juego de género de los hombres en el que participan las mujeres**. México: Plaza y Valdes, 2008.

PACHECO, Maria Eniana Araújo Gomes. Políticas públicas e capital social: o Projeto Consultório de Rua. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 43-58, abril 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922014000100005>.

PALUDO, Simone dos Santos; KOLLER, Silvia Helena. Toda criança tem família: criança em situação de rua também. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 42-52, abril 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822008000100005>.

PAIVA, Irismar Karla Sarmiento de et al. Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. **Ciênc. Saúde coletiva** [online]. 2016, vol.21, n.8, pp.2595-2606. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015218.06892015>

PASSOS, E., EIRADO, A. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador In: **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 110-131.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói** (UNISC. Online), v. 1, p. 45-59. 2013

REGIS, Vitor Martins; FONSECA, Tania Mara Galli. Cartografia: estratégias de produção do conhecimento. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 271-286, ago. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922012000200005>.

RODRIGUEZ, Juan Carlos Ramirez; VÁZQUEZ, Griselda Uribe. (Coords.) **Masculinidades: El juego de género de los hombres en el que participan las mujeres**. México: Plaza y Valdes, 2008.

ROSA, AS; CAVICCHIOLI, MGS; BRÊTAS, ACP. O processo saúde-doença-cuidado e a população em situação de rua. **Rev Latino-americana Enfermagem**, 2005 julho-agosto; 13(4):576-82.

SANTANA, Juliana Prates et al. É fácil tirar a criança da rua, o difícil é tirar a rua da criança. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 165-174, Agosto 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722005000200002>.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. **Proj. Historia**, 16, 1998, 297-325.

_____. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Sociedade**, 16(2), 5-22, 1990.

SILVA, Aline Santos e et al. Crianças em situação de rua de Porto Alegre: um estudo descritivo. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 441-447, 1998. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79721998000300005>.

SILVA, Felicialle Pereira da; FRAZAO, Iracema da Silva; LINHARES, Francisca Márcia Pereira. Práticas de saúde das equipes dos Consultórios de Rua. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 4, p. 805-814, abril 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00100513>.

SILVEIRA, Anne Lise Sandoval Scappaticci; BLAY, Sergio Luis. Mães adolescentes em situação de rua: uma revisão sistemática da literatura. **Rev. psiquiatr.** Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 03-15, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-81082010000100002>.

SERAFINO, Irene; LUZ, Lila Cristina Xavier. Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate Políticas. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 74-85, nov. 2015. ISSN 1982-0259. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/38234/30689>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

SOUSA, AGL. "Sou feio, pobre, sujo e alcoólico": emoções e sociabilidade dos moradores das ruas de João Pessoa - PB. **RBSE**. 2009;8(23):373-416.

SOUSA, Rosa Gouvea de; LOVISI, Giovanni Marcos. Avaliação de déficits cognitivos em moradores com mais de 65 anos de um albergue público. **Rev. psiquiatr. clín.**, São Paulo, v. 34, n. 5, p. 205-209, 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-60832007000500001>.

SOUZA, Eduardo Sodré de; SILVA, Sandra Regina Vilchez da; CARICARI, Ana Maria. Rede social e promoção da saúde dos "descartáveis urbanos". **Rev. esc. enferm. USP** [online]. 2007, vol.41, n. espec., pp.810-814. ISSN 0080-6234. <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342007000500012>.

SOUSA, Edson Luiz André de; BECHLER, Janaina. Labirintos na cidade contemporânea. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 390-403, 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932008000200013&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Nov. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932008000200013>.

STOFFELS, M. G. **Os mendigos na cidade de São Paulo**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VARANDA, Walter; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde soc.** [online]. 2004, vol.13, n.1, pp. 56-69. ISSN 0104-1290. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902004000100007>.

VEIGA RAIZER, Milena, FERNDDES, Flávia L. F.; BRÊTAS, Ana Cristina P. Pobre, idoso e na rua: uma trajetória de exclusão. **Revista**

Latino-Americana de Enfermagem, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281421882007>.

VERAS, Renata Meira et al. As condições de vida e de trabalho da população em situação de rua do Centro Histórico de Salvador, Bahia. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 15, n. 106, p. 161-178, jul. 2014. ISSN 1984-8951. <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8951.2014v15n106p161>.

WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, Mônica R (org). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004.

ANEXO 1:



**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto.

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Art. 2º A Política Nacional para a População em Situação de Rua será implementada de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos que a ela aderirem por meio de instrumento próprio.

Parágrafo único. O instrumento de adesão definirá as atribuições e as responsabilidades a serem compartilhadas.

Art. 3º Os entes da Federação que aderirem à Política Nacional para a População em Situação de Rua deverão instituir comitês gestores intersetoriais, integrados por representantes das áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua, com a participação de fóruns, movimentos e entidades representativas desse segmento da população.

Art. 4º O Poder Executivo Federal poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento e a execução de projetos que beneficiem a população em situação de rua e estejam de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos que orientam a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Art. 5º São princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade:

I - respeito à dignidade da pessoa humana;

II - direito à convivência familiar e comunitária;

III - valorização e respeito à vida e à cidadania;

IV - atendimento humanizado e universalizado; e

V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Art. 6º São diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;

II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento;

III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;

IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo;

V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;

VI - participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas;

VIII - respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na

elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

IX - implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e

X - democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos.

Art. 7º São objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;

II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua;

III - instituir a contagem oficial da população em situação de rua;

IV - produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua;

V - desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos;

VI - incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento;

VII - implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua;

VIII - incentivar a criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento;

IX - proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica;

X - criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços;

XI - adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários, de acordo com o disposto no art. 8º;

XII - implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social;

XIII - implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade; e

XIV - disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho.

Art. 8º O padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento temporário deverá observar limite de capacidade, regras de funcionamento e convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição geográfica das unidades de acolhimento nas áreas urbanas, respeitado o direito de permanência da população em situação de rua, preferencialmente nas cidades ou nos centros urbanos.

§ 1º Os serviços de acolhimento temporário serão regulamentados nacionalmente pelas instâncias de pactuação e deliberação do Sistema Único de Assistência Social.

§ 2º A estruturação e reestruturação de serviços de acolhimento devem ter como referência a necessidade de cada Município, considerando-se os dados das pesquisas de contagem da população em situação de rua.

§ 3º Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social, fomentar e promover a reestruturação e a ampliação da rede de acolhimento a partir da transferência de recursos aos Municípios, Estados e Distrito Federal.

§ 4º A rede de acolhimento temporário existente deve ser reestruturada e ampliada para incentivar sua utilização pelas pessoas em situação de rua, inclusive pela sua articulação com programas de moradia popular promovidos pelos Governos Federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Art. 9º Fica instituído o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, integrado por representantes da sociedade civil e por um representante e respectivo suplente de cada órgão a seguir descrito:

I - Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que o coordenará;

II - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

III - Ministério da Justiça;

IV - Ministério da Saúde;

V - Ministério da Educação;

VI - Ministério das Cidades;

VII - Ministério do Trabalho e Emprego;

VIII - Ministério dos Esportes; e

IX - Ministério da Cultura.

§ 1º A sociedade civil terá nove representantes, titulares e suplentes, sendo cinco de organizações de âmbito nacional da população em situação de rua e quatro de entidades que tenham como finalidade o trabalho com a população em situação de rua.

§ 2º Os membros do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades as quais representam e designados pelo Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Art. 10. O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua terá as seguintes atribuições:

I - elaborar planos de ação periódicos com o detalhamento das estratégias de implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, especialmente quanto às metas, objetivos e responsabilidades, considerando as propostas elaboradas pelo Grupo de

Trabalho Interministerial instituído pelo Decreto de 25 de outubro de 2006;

II - acompanhar e monitorar o desenvolvimento da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

III - desenvolver, em conjunto com os órgãos federais competentes, indicadores para o monitoramento e avaliação das ações da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

IV - propor medidas que assegurem a articulação intersetorial das políticas públicas federais para o atendimento da população em situação de rua;

V - propor formas e mecanismos para a divulgação da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

VI - instituir grupos de trabalho temáticos, em especial para discutir as desvantagens sociais a que a população em situação de rua foi submetida historicamente no Brasil e analisar formas para sua inclusão e compensação social;

VII - acompanhar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na implementação da Política Nacional da População em Situação de Rua, em âmbito local;

VIII - organizar, periodicamente, encontros nacionais para avaliar e formular ações para a consolidação da Política Nacional para a População em Situação de Rua; e

IX - deliberar sobre a forma de condução dos seus trabalhos.

Art. 11. O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua poderá convidar gestores, especialistas e representantes da população em situação de rua para participar de suas atividades.

Art. 12. A participação no Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 13. A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA prestarão o apoio necessário ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, no âmbito de suas respectivas competências.

Art. 14. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República dará apoio técnico-administrativo e fornecerá os meios necessários à execução dos trabalhos do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Art. 15. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República instituirá o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua, destinado a promover e defender seus direitos, com as seguintes atribuições:

I - divulgar e incentivar a criação de serviços, programas e canais de comunicação para denúncias de maus tratos e para o recebimento de sugestões para políticas voltadas à população em situação de rua, garantido o anonimato dos denunciantes;

II - apoiar a criação de centros de defesa dos direitos humanos para população em situação de rua, em âmbito local;

III - produzir e divulgar conhecimentos sobre o tema da população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional nas diversas áreas;

IV - divulgar indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a

população em situação de rua para subsidiar as políticas públicas; e

V - pesquisar e acompanhar os processos instaurados, as decisões e as punições aplicadas aos acusados de crimes contra a população em situação de rua.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de dezembro de 2009; 188º da Independência e 121º da República

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tarso Genro

Fernando Haddad

André Peixoto Figueiredo Lima

José Gomes Temporão

Patrus Ananias

João Luiz Silva Ferreira

Orlando Silva de Jesus Júnior

Márcio Fortes de Almeida

Dilma Rousseff

ANEXO 2

Amor e Amargura de transmissão
na matéria desconhecida, na
Karmahood de assimilar, não é
uma base da noite há 10 e
Beira de Passagem e não é
E de novo, preciso das mil linguagens
de fogo que umidade e as brancas
para orientar-me novamente
em sintonia com a verdade
felicidade de viver,
toda vez que a vida me
parece sem laço...
Em poucos dias me
lembro das máquinas
de um velho alquimista

de que nem dia o ser humano
ao p' retornar a natureza
de que valemos as vaidades
e orgulhos e a violência em
tudo isso o vento varreu
e virou a brisa em v'nos
a tempestade aquele que não
conseguiu o verbo O maior
14/5/11 O Cruz de Espinosa
de Minas

=BOCA= RUA= 16 ANOS

IMPRESSO Ano XVI, número 62, janeiro, fevereiro, março 2017 - Preço: R\$ 2,00

Este jornal é vendido por:

Não compre de crianças e adolescentes



O último recado de Rita para o Boca de Rua, pouco antes de ser internada, foi: "Não posso ir na reunião porque preciso fazer um curativo no coração. Ninguém sabe bem o que ela queria dizer. Talvez falasse da dor no peito provocada pela tuberculose. A verdade é que ao partir, em novembro passado, ela deixou todos com o coração partido e sem curativo para aliviar a dor."

RITA NO CORAÇÃO



Criança tem história
Nesta edição elas apresentam a família Dragão

ANEXO 4

O Movimento Nacional da População de Rua de Florianópolis (MNPR-SC) vem requerer ao Governo Municipal medidas de proteção social no que se refere à permanência e qualidade dos serviços oferecidos pelo Centro-Pop. A realidade de descaso atual, envolvendo o cenário instável de fechamento de tal Centro, devido à proibição do porte de armas de fogo pela Guarda Municipal, ameaça a proteção social, integridade e dignidade dos sujeitos em situação de rua. Assim, questionamos a obrigatoriedade da presença da segurança pública em serviços de acolhimento de alta complexidade no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Tais questões expressam a despreocupação do Estado em oferecer meios adequados para assegurar os cuidados e os direitos sociais aos cidadãos, no caso a população em situação de rua, como expõe a Constituição Federal de 1988 e a Portaria 7053/09. Revelam, ainda, a necessidade de compromisso com a vida humana, como expõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos – 1948, em seu Artigo XXV:

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

Com base no exposto, solicitamos a atenção da Prefeitura de Florianópolis para a permanência do funcionamento do Centro-Pop, bem como a ampliação da oferta de serviços públicos para a população de rua (tais como o cumprimento de horários de atendimentos previstos em estatuto, diversidade e qualidade do cardápio, cursos de formação e

profissionalizantes, potencialização de encaminhamentos para a rede de serviços, dentre outros). Reforçamos, aqui, a luta pelo reconhecimento, garantia de direitos e de uma vida digna aos cidadãos e às cidadãs em situação de rua.

Representante do MNPR-SC

ANEXO 5

| REGRAS DE FUNCIONAMENTO DA INSTITUIÇÃO | |
|---|--|
| Horário de funcionamento | |
| Das 08:00 às 16:30 | |
| Obs.: O portão só será aberto para acesso nos seguintes horários: 08:00; 09:30; 11:30; 12:30; 14:00 e 15:00. | |
| Entrada | |
| Para entrar e usufruir dos serviços deve-se: apresentar documento oficial com foto, sendo permitida a entrada sem documento somente na primeira vez; deixar na revista qualquer tipo de material perigoso; prestar esclarecimentos e informações pessoais para fins de preenchimento de cadastro da instituição, que é obrigatório para usufruir dos serviços aqui oferecidos. | |
| Obs.: é obrigação do proprietário dos pertences retidos na revista retirá-los até o último dia de funcionamento da mesma semana, caso contrário os materiais serão descartados. | |
| Horário das refeições | |
| Café das 09:00 às 10:00; Almoço das 12:00 às 13:00; Lanche da tarde das 14:00 às 15:00. | |
| Obs.: os talheres e canecos disponibilizados para as refeições deverão ser devolvidos ao final no local próprio para isso e os resíduos das marmitas separados. Em caso de dúvida pergunte ao educador. | |
| Horário para banho | |
| Das 08:00 às 16:00, sendo que a chamada ocorrerá por ordem de chegada e fora dos horários das refeições. Obs.: Será fornecido sabonete líquido e empréstimo de toalha que deverá ser devolvida imediatamente após o uso. | |
| Das ligações telefônicas | |
| O usuário tem direito à uma ligação por semana, para tanto, deve informar ao educador no balcão no momento de sua entrada. Obs.: As ligações serão feitas das 10:00 às 11:30 e das 13:30 às 15:00, e não poderá exceder 2 minutos. | |
| Do atendimento pela equipe técnica | |
| Quem desejar atendimento com assistente social e psicólogo, deverá informar no balcão no momento da entrada ao colocar o nome na lista das refeições. | |
| Obs.: O atendimento ocorrerá por ordem de chegada de acordo com o número de atendimentos disponíveis para o horário. | |
| Da permanência nas dependências do Centro Pop | |
| Todos devem permanecer no pátio, exceto em caso de atendimento, refeições, entrada para o banho ou alguma atividade monitorada por um educador, sendo, portanto, proibida a permanência nos corredores ou salas. É proibido também: fazer uso ou portar qualquer tipo de droga ou bebida alcoólica nas dependências da instituição; dormir no pátio; correr, gritar e bater em portas ou parede, se envolver em brigas e agressões a terceiros. | |
| Das sanções disciplinares | |
| Estará sujeito às sanções previstas no regimento interno da instituição, aquele que desobedecer as regras de funcionamento desta, bem como desrespeitar os servidores em sua função ou em razão dessa. Obs.: Há uma cópia do regimento interno fixado no mural para conhecimento de todos. | |

[Assinatura]

APÊNDICE 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES
HUMANOS

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFH
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma dela é sua e outra é do pesquisador.

Título da pesquisa: EXPERIÊNCIAS DE HOMENS EM SITUAÇÃO DE RUA NA REGIÃO DA GRANDE FLORINÓPOLIS/SC

Pesquisadores responsáveis: Marivete Gesser e Adriano Beiras

Pesquisador responsável pela coleta de dados: Anderson Schuck

Telefone para contato: (49) 8803-6437 e (48) 96537855

Endereço profissional dos pesquisadores: Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Campus Universitário – Trindade, Florianópolis – SC. CEP: 88040-500 Fone/Fax: (0xx48) 3721-9984

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos -
CPESH: UFSC. Prédio Reitoria II

R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade,
Florianópolis/SC. CEP 88.040-400
Contato: (48) 3721-6094 cep.propesq@contato.ufsc.br

Esta pesquisa de mestrado objetiva compreender a relação entre gênero e as experiências de homens em situação de rua na região da Grande Florianópolis/SC. Dados sociodemográficos apontam que os homens representam mais de 80% desta população, apresentam fluxo intenso de circulação e demandam questões específicas para as políticas públicas das cidades, além de que os contextos de rua possibilitam outros olhares e reflexões sobre gênero e masculinidades. A proposta metodológica se estabelecerá a partir de conceitos operativos do método cartográfico, sendo desenvolvido junto ao Movimento Nacional da População de Rua/SC, de forma a criar circunstâncias para conversar com outras experiências e itinerários, outros sujeitos e modos de viver a cidade e o gênero.

A sua participação na pesquisa consiste em responder uma entrevista semiestruturada e observações registradas em diário de campo que será realizado pelo próprio pesquisador responsável pela coleta de dados, sem qualquer prejuízo ou constrangimento para o pesquisado. A mesma seguirá os preceitos da Resolução CNS 466 de 02 de dezembro de 2012. Dessa forma, compreende-se que os possíveis riscos da participação compreendem: desconforto e constrangimento em relação à observação e a entrevista e, a mobilização de sentimentos e memórias a partir dos questionamentos. Mesmo não havendo previsão de custos para participação na pesquisa ou decorrentes dela, se ocorrer algum dano ou custo eventual os pesquisadores farão indenização/ressarcimento através de recursos próprios. Caso haja necessidade de apoio psicológico, poderão ser encaminhados ao SAPSI – Serviço de Atenção Psicológica da UFSC. Em caso de maiores dúvidas e questionamentos os participantes poderão procurar a Coordenação do MNPR que está ciente de como contatar o pesquisador, o Comitê de Ética da UFSC e outros órgãos que se fizerem necessários.

As informações obtidas através da coleta de dados serão utilizadas para alcançar o objetivo acima proposto, e para a composição do relatório de pesquisa, resguardando sempre sua identidade. Os benefícios que envolvem a pesquisa referem-se a produção de novos conhecimentos relacionados aos efeitos de gênero na experiência de homens em situação de rua, de como estes saberes se articulam com o cenário amplo de garantia de direitos, podendo contribuir com o aprimoramento das políticas públicas e das intervenções psicossociais junto à população que vive na rua. Caso não queira mais fazer parte da pesquisa, favor entrar em contato pelos telefones acima citados.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa. Você poderá retirar o seu consentimento a qualquer momento.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DE PESQUISA

Eu, _____, RG _____
CPF _____, abaixo assinado,
concordo em participar do estudo como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa e, os procedimentos nela envolvidos, bem como os benefícios decorrentes da minha participação. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento.
Local: _____ Data ____/____/____.

Assinatura do sujeito de pesquisa:
